



Organizadores

Fabiano Incerti

Gustavo Bruno de Paula

Saulo Geber

OLHARES SOBRE O PROUNI NA PUCPR

Uma análise
sobre o acesso e
a permanência de
jovens bolsistas no
Ensino Superior

**PUCPRESS**



Organizadores

Fabiano Incerti
Gustavo Bruno de Paula
Saulo Geber

OLHARES SOBRE O PROUNI NA PUCPR

Uma análise
sobre o acesso e
a permanência de
jovens bolsistas no
Ensino Superior

Curitiba, 2018


PUCPRESS

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná
(PUCPR)**

Reitor

Waldemiro Gremski

Vice-reitor

Vidal Martins

Pró-reitor de Missão, Identidade e Extensão

Ir. Rogério Mateucci

Diretor do Instituto Ciência e Fé

Fabiano Incerti

Gerente de Identidade Institucional

José André de Azevedo

Especialista do observatório das juventudes:

Rodrigo de Andrade

Curadoria da Coleção

Fabiano Incerti

Pesquisadores

Fabiano Incerti; Luiz Domingos Costa;

Saulo Geber

Conselho Editorial

Alex Villas Boas Oliveira Mariano

Aléxei Volaco

Carlos Alberto Engelhorn

Cesar Candiotta

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Cloves Antonio de Amissis Amorim

Criselli Maria Montipó

Eduardo Damiano da Silva

Evelyn de Almeida Orlando

Fabiano Borba Viana

Katya Kozicki

Kung Darh Chi

Léo Peruzzo Jr.

Luis Salvador Petrucci Gnoato

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Rafael Rodrigues Guimaraes Wollmann

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Suyanne Tolentino de Souza

Vilmar Rodrigues Moreira

PUCPRESS

Coordenação

Michele Marcos de Oliveira

Editor

Marcelo Manduca

Editor de arte

Rafael Matta Carnasciali

Preparação de texto

Camila Fernandes de Salvo

Revisão

Camila Fernandes de Salvo

Elisama Nunes dos Santos

Lara Padilha

Capa

Solange Freitas de Melo Eschipo

Rafael Matta Carnasciali

Projeto gráfico

Solange Freitas de Melo Eschipo

Diagramação

Rafael Matta Carnasciali

Paola de Lara da Costa

PUCPRESS / Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. (41) 3271-1701 | pucpress@pucpr.br | www.pucpr.br/pucpress

Dados da Catalogação na Publicação

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR

Biblioteca Central

Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos – CRB 9/1911

045 Olhares sobre o Prouni na PUCPR: uma análise sobre o acesso e a
2018 permanência de jovens bolsistas no Ensino Superior / Fabiano Incerti,
Gustavo Bruno de Paula, Saulo Geber (organizadores). – Curitiba: PUCPRESS, 2018.
160 p. ; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-54945-33-6

978-85-54945-34-3 (E-book)

1. ProUni (Programa). 2. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. Política pública. 4. Ensino Superior. I. Incerti, Fabiano. II. Paula, Gustavo Bruno de. III.
Geber, Saulo.

DEDICATÓRIA

*Dedicamos este livro
aos estudantes bolsistas
do Ensino Superior.
Pela sua luta diária
por uma formação de qualidade
e uma vida melhor.*

A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo.

(Nelson Mandela)

Converter o educando em sujeito, não só de
seu desenvolvimento, mas também posto a
serviço do desenvolvimento da comunidade:
educação para o serviço.

(João Paulo II)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO.....	12
PARTE I	
Fabiano Incerti, Gustavo Bruno de Paula e Saulo Geber	
CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA	15
ASPECTOS METODOLÓGICOS	24
O PERFIL SOCIAL DOS BOLSISTAS DO PROUNI.....	34
CONDIÇÕES DE MORADIA.....	48
RELAÇÃO COM O TRABALHO	56
TRAJETÓRIA ESCOLAR.....	64
VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: PERCURSOS E PERCALÇOS	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA.....	98

PARTE II

ALIMENTAR-SE OU EDUCAR-SE: DIREITOS E PRIVAÇÕES
NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 115

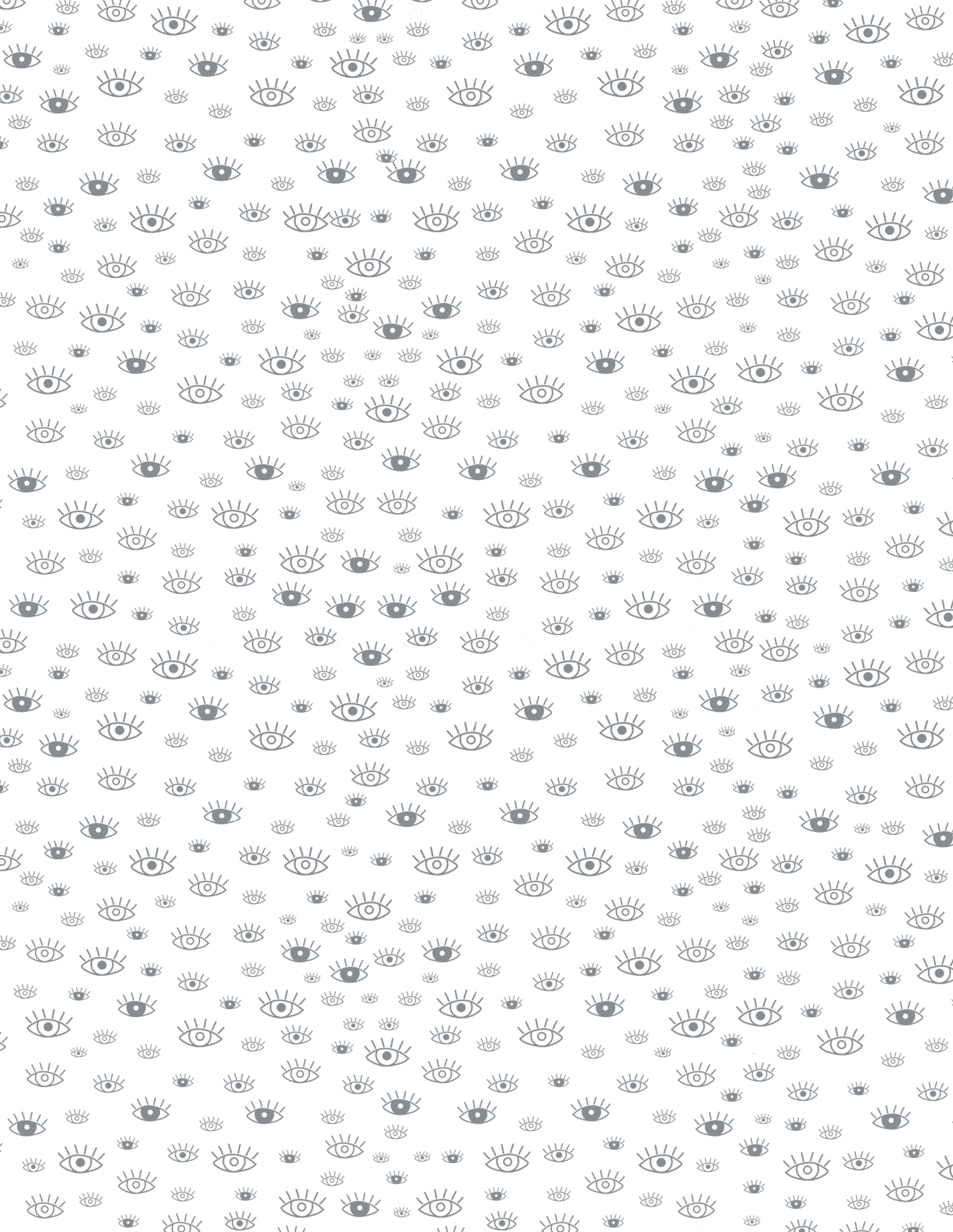
Caroline Filla Rosaneli e Natan Monsores de Sá

JUVENTUDE E MIGRAÇÃO: DESAFIOS PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO 130

Caroline Filla Rosaneli e Anna Sílvia Penteadó Setti da Rocha

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: SENTIDOS E TENSÕES
DE UMA RELAÇÃO COMPLEXA 142

Cauê Krüger, Maria Isabel Silva Bezerra Linhares e Rodrigo de Andrade



PREFÁCIO

O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado pelo governo brasileiro em 2004, a partir da conjunção de dois fatores: aumento da demanda por educação superior e existência de vagas ociosas no setor privado. O primeiro fator foi uma decorrência da expansão da educação básica e, mais precisamente, da ampliação do número de concluintes do Ensino Médio, ocorridas ao longo dos anos 1990. De acordo com os dados do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), o total de concluintes desse nível de ensino em 1991 era de 666 mil estudantes, enquanto que o contingente de diplomados atingia, em 2004, quase 1,9 milhão. Portanto, um crescimento de 182% no período em referência.

Ainda que a oferta de vagas nas instituições de Ensino Superior tenha crescido em proporção substancialmente maior, deve-se ter em conta que, nesse mesmo período, esse crescimento ficou concentrado no setor privado (468%) e em proporção muito acima daquela alcançada pelas redes públicas (90%). Esse aumento excepcional foi decorrente da orientação da política adotada pelo MEC, na segunda metade dos anos 1990, de contenção dos investimentos na rede federal e estímulo à expansão do setor privado. No entanto, o aumento da oferta de vagas no setor privado não redundou em semelhante incremento do número de ingressantes (258%), de modo a caracterizar certa ociosidade nessa rede de ensino, quando se tem em conta a evolução da taxa de ocupação das vagas oferecidas no período sob análise (80% em 1991 e 50% em 2004).

Mesmo sob uma orientação de política educacional distinta daquela que prevaleceu no período 1995-2002, a criação do Prou-

ni justificava-se pelo entendimento de que a demanda por educação superior não poderia ser atendida unicamente pelas redes públicas de ensino e, portanto, se questionou: por que não utilizar a capacidade instalada da rede privada, parcialmente ociosa?

Sem entrar no mérito da qualidade da oferta, pode-se afirmar que o custo médio das bolsas concedidas pelo Prouni para o poder público é relativamente baixo. De acordo com os últimos dados disponíveis sobre o número de bolsistas ativos, referentes a 2014, o custo médio anual por aluno para a União seria de R\$ 2,2 mil ou o equivalente a uma mensalidade de R\$ 183,00. Portanto, um gasto por aluno inferior ao do valor médio dos custos mensais nas instituições de Ensino Superior (IES) privadas, que foram estimados em R\$ 645,00¹.

Para além desse indicador de eficiência econômica, deve-se ter em conta que o Prouni também viabilizou o acesso à educação superior a uma parcela da população brasileira historicamente alijada desse nível de ensino, o que é corroborado pelos resultados da pesquisa realizada pela PUCPR, publicada neste livro, segundo a qual cerca da metade dos entrevistados são os primeiros da família a ingressar na educação superior.

Não tenho dúvidas de que o Prouni constitui uma medida de política pública que contribui para a ampliação e democratização do acesso à educação superior, muito embora possa ser aperfeiçoado em diversos aspectos que, neste espaço, não caberia discorrer. Assim como o sistema de cotas na rede federal de educação superior (Lei nº 12.711), instituído em 2012, o Prouni

¹ O custo médio por bolsista do Prouni foi calculado com base na estimativa de renúncia fiscal devida ao programa, contida no PLOA 2014, e no número de bolsistas ativos divulgado pelo MEC. Por sua vez, o valor médio das mensalidades das IES privadas em 2014 foi obtido por pesquisa realizada pela Consultoria Hoper Educação, intitulada Análise Setorial do Ensino Superior Privado 2014.

se insere como uma iniciativa de enfrentamento do legado escravocrata que ainda enrijece a estrutura social brasileira.

Ainda que o Prouni tenha constituído, talvez, a única oportunidade de acesso à educação superior para cerca de 85% dos bolsistas da PUCPR, entrevistados durante a realização da pesquisa ora apresentada, parcela majoritária destes enfrenta obstáculos para assegurar sua permanência e, principalmente, para obter uma formação de qualidade. São exemplos de tais dificuldades: necessidade de conciliar estudo e trabalho; insuficiência de recursos financeiros para custeio de atividades correlatas; tempo excessivo nos deslocamentos urbanos e tempo insuficiente para estudos. Assim como outros estudos de caso haviam mostrado, a pesquisa da PUCPR corrobora o entendimento de que a oferta gratuita de vagas por si só não assegura a permanência e o bom rendimento dos estudantes bolsistas.

Cabe lembrar que essa realidade também é vivenciada por parcela dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), sobretudo os cotistas, razão pela qual o Ministério da Educação mantém duas ações orçamentárias de vulto (Assistência ao Estudante e Bolsa Permanência), para assegurar a permanência e o bom desempenho acadêmico desses estudantes.

Entre os prounistas da PUCPR, prevalecem os jovens com até 25 anos (78%); com renda familiar de até três salários mínimos (74%); que recebem bolsa integral (76%); que trabalham/estagiam (58%), sendo que 79% destes em jornada de no mínimo 20 horas semanais; que despendem pelo menos duas horas por dia com deslocamentos entre a casa, o trabalho e a universidade (63%). Portanto, é possível entender as razões (falta de dinheiro e/ou de tempo) que levam a maioria desses bolsistas (75%) a não vivenciar de forma plena a vida universitária, mediante a participação em grupos de

estudo, programas de iniciação científica e atividades culturais, ou mesmo a não ter maior dedicação aos estudos.

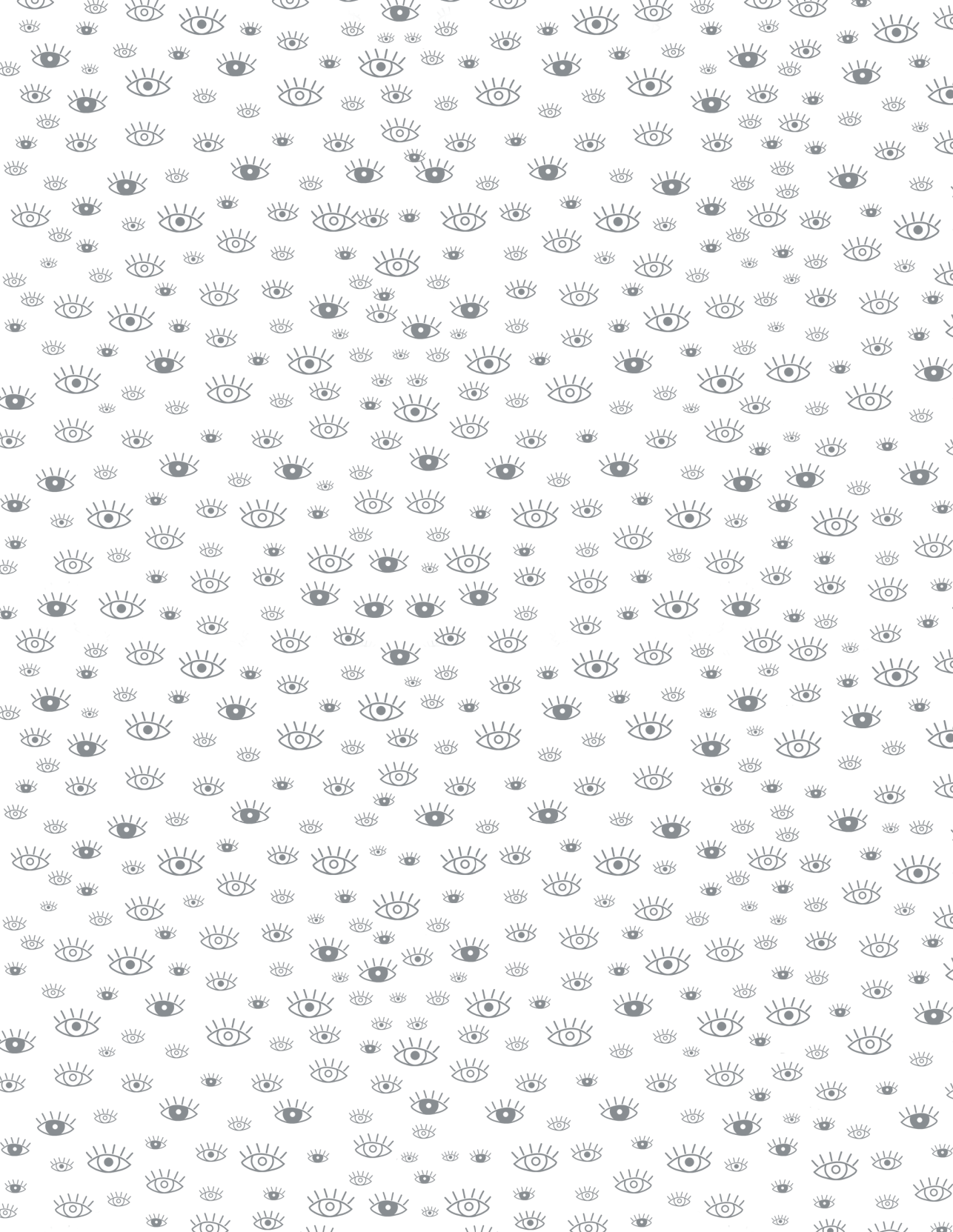
A despeito de os prounistas se inserirem na parcela minoritária da população brasileira que tem acesso à educação superior, também é verdade que esses bolsistas, assim como os estudantes cotistas das IES públicas, configuram um subgrupo que se encontra em condições de permanência muito aquém daquelas usufruídas pelo estrato superior dos estudantes universitários brasileiros.

Portanto, conhecer as dificuldades e os obstáculos que desafiam a permanência e a conclusão com qualidade dos cursos de graduação de bolsistas do Prouni constitui esforço de crucial relevância para que possam ser concebidas e implementadas ações voltadas à sua superação, tanto em âmbito local quanto em nível nacional.

Nesse sentido, a pesquisa realizada pela PUCPR, que teve por objetivo conhecer não apenas o perfil dos bolsistas do Prouni, mas também as condições sob as quais realizam o desafio de uma formação em nível superior, poderá trazer externalidades positivas em diferentes instâncias. Em primeiro lugar, no âmbito da própria instituição, com vistas ao aperfeiçoamento de seus mecanismos internos de assistência estudantil. Numa segunda instância, poderá oferecer subsídios às instituições congêneres, uma vez que os prounistas dessas instituições estariam sujeitos a dificuldades semelhantes às de seus colegas da PUCPR. Por fim, os subsídios disponibilizados por meio deste livro, que corroboram estudos correlatos, poderão contribuir para o redesenho e o aperfeiçoamento dessa política pública.

A todos, uma profícua leitura!

Paulo Roberto Corbucci



APRESENTAÇÃO

O livro *Olhares sobre o Prouni na PUCPR: uma análise sobre o acesso e a permanência de jovens bolsistas no Ensino Superior* é resultado de um trabalho de dois anos desenvolvido pelo Observatório das Juventudes e pelo Instituto Ciência e Fé da PUCPR. O estudo em questão consiste em uma das ações de *Advocacy* Prouni, metodologia que tem como objetivos compreender, incidir politicamente e desenvolver boas práticas na garantia do direito ao acesso e à permanência no Ensino Superior por jovens pobres¹.

Nesta publicação, serão apresentados os resultados de uma ampla pesquisa que foi respondida por cerca de 4 mil estudantes bolsistas do Prouni da PUCPR. As questões envolveram aspectos de perfil social, vida familiar, vivências educacionais, moradia, trabalho, dimensões universitárias, saúde, aspectos culturais, entre outros. Os dados buscam dar visibilidade aos sujeitos jovens que, por meio das bolsas, estão tendo acesso à

¹ Por padronização e por economia de espaço, adotamos as normas da língua portuguesa com o uso de artigos, substantivos e adjetivos no masculino para indicar pessoas de ambos os sexos, sem, contudo, coadunar com práticas discriminatórias.

formação universitária. Também são discutidos, de forma ampla, os desafios enfrentados por esses sujeitos em seu processo formativo.

Acessando o site da publicação (<http://observatoriodasjuventudes.pucpr.br/advocacyprouni/>) os leitores poderão visualizar tabelas específicas de dados da pesquisa, caso tenham interesse em aprofundar a reflexão em alguma temática. No site também se encontra um conjunto de políticas desenvolvidas pela PUCPR no intuito de garantir a permanência universitária de estudantes bolsistas.

PARTE I

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Neste primeiro capítulo apresentamos o Instituto Ciência e Fé e o Observatório das Juventudes, áreas da PUCPR responsáveis pela realização da pesquisa. Os estudantes Prouni na PUCPR: uma análise sobre o acesso e a permanência de jovens bolsistas no Ensino Superior. Também abordamos o *Advocacy*, que consiste em uma metodologia de garantia de direitos que vem embasando as ações que a universidade desenvolve com os estudantes bolsistas. Em seguida, fazemos uma contextualização do Ensino Superior brasileiro e também do histórico e da situação atual do Prouni.

O Observatório das Juventudes do Instituto Ciência e Fé da PUCPR

O Instituto Ciência e Fé da PUCPR² foi criado no ano de 2009 com o objetivo de favorecer o diálogo entre ciência, cultura e fé. Vinculado à Área Identitária e à Pró-Reitoria de Missão, Identidade e Extensão da PUCPR, o Instituto tem sido responsável pela realização de uma série de programas e projetos, que alcançam tanto a comunidade acadêmica como o público externo. Dentre eles, o Café Filosófico, os Diálogos Contemporâneos e o Átrio dos Gentios merecem destaque. Publicações como o Caderno Ciência e Fé têm democratizado o conhecimento gerado em tais projetos e levado ao grande público os resultados dos profícuos e provocadores debates.

No ano de 2013, o Instituto inaugurou o Observatório das Juventudes da PUCPR³. Assim como outros Observatórios do Brasil⁴, ele está inserido no contexto das ações afirmativas em torno da temática da juventude, objetivando produzir conhecimento sobre a realidade juvenil brasileira, pautar a discussão sobre juventude na universidade e incidir em práticas e políticas voltadas aos direitos dos jovens.

Em seus quatro anos de existência, o Observatório das Juventudes vem atuando em diferentes campos de intervenção, como a garantia de direitos à população jovem brasileira; a mobilização contrária à redução da maioria penal no Brasil; o estímulo à articulação de jovens e grupos juvenis e a formação de jovens e educadores de jovens. É também escopo do Observatório realizar

³ Para mais informações sobre o Observatório das Juventudes da PUCPR, acesse o site <<http://observatoriodas-juventudes.pucpr.br/>>.

⁴ Sediados na Universidade Federal de Minas Gerais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal Fluminense, entre outros.

ações voltadas para os estudantes da universidade, visando a melhoria das condições após seu ingresso no Ensino Superior, sua formação, suas vivências e experiências universitárias.

O *Advocacy*

Desde 2010, a Rede Marista de Solidariedade (RMS) estabelece o Ciclo de *Advocacy* como modalidade de atuação no eixo de defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. A metodologia, embasada em referenciais teóricos e boas práticas já desenvolvidas por outras instituições e ONGs, estabelece passos de elaboração, desenvolvimento e avaliação de ações que buscam a garantia de direitos (ADVOCACY, 2013).

O *Advocacy* tem como premissa possibilitar que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso a seus direitos fundamentais, bem como uma vida em sociedade solidária, justa e digna (ADVOCACY, 2013). *Advocacy* é uma ação política baseada em princípios e valores de incidência na formulação de legislação e de políticas públicas, no acompanhamento e no controle social de sua implementação. Caracteriza-se como forma de agir politicamente sobre uma causa a partir de uma boa prática em desenvolvimento na instituição e sob os princípios dos Direitos Humanos.

É um processo sustentado em métodos argumentativos e ações de mobilização, construção de alianças e negociações com os poderes do Estado, nas três esferas (municipal, estadual e federal), e com a sociedade civil, que conhece e analisa o problema para formular pontos-chave para a ação política (ADVOCACY, 2013, p. 11).

Em sua metodologia, o processo do *Advocacy* define ações geradoras de impacto, objetivando alcançar tanto resultados

imediatos como em longo prazo. A proposta também estabelece a construção de indicadores de processos e resultados que vislumbrem a garantia dos direitos das gerações futuras, considerando o investimento de recursos humanos e financeiros (ADVOCACY, 2013).

Advocacy Prouni

A PUCPR, em consonância com seus princípios de instituição filantrópica e comunitária e orientada pelos valores maristas, tem um histórico de oferta de bolsas sociais para seus estudantes. Com a criação do Prouni, em 2005, a instituição aderiu ao programa, oferecendo bolsas junto às outras modalidades já existentes. Em 2016 já haviam sido ofertadas cerca de 16 mil bolsas Prouni na instituição, sendo aproximadamente 11 mil integrais e 5 mil parciais.

A partir do ano de 2012, a Rede Marista de Solidariedade definiu o acesso e a permanência no Ensino Superior como tema de *Advocacy*. Em 2015, o Instituto Ciência e Fé, por meio do Observatório das Juventudes, assumiu o projeto *Advocacy Prouni*, tendo esses fatores como objeto de debate.

Em relação à juventude, podemos considerar que o acesso e a permanência no Ensino Superior são um tema de *Advocacy*. Tendo como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, constata-se que até 2015 somente 18,1% da população jovem entre 18 a 24 anos estava matriculada no Ensino Superior (IBGE, 2016). Número ainda muito inferior à expectativa definida pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que prevê uma porcentagem de 33% de matriculadas des-

sa faixa etária para 2024, evidenciando assim um baixo acesso à essa modalidade de ensino.

Além de o percentual de matriculados ser abaixo do esperado, o acesso é bastante desigual quando levamos em conta diferentes dimensões, como renda, cor ou mesmo localização geográfica. Com relação à renda, considerando dados da PNAD de 2015, observa-se que enquanto 35,5% dos estudantes matriculados no Ensino Superior público pertenciam ao quinto mais elevado de renda domiciliar, somente 8,3% dos estudantes do quinto mais baixo haviam ingressado nessas instituições. Essa situação desigual também é constatada no Ensino Superior privado, tendo em vista que os números eram, respectivamente, 38,3% e 4%.

Para além da renda, Corbucci (2016) analisa outras dimensões sociais que também estão relacionadas ao desigual acesso ao Ensino Superior no país. O autor, por meio do estudo de diferentes variáveis do IBGE, constata a existência de uma distribuição desigual dos recursos educacionais de acordo com a localização geográfica. Assim, as regiões Norte e Nordeste teriam menores oportunidades de acesso quando comparadas às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Além disso, os jovens das capitais brasileiras possuem maior oportunidade de ingresso na universidade do que os de cidades do interior.

Outra dimensão também analisada por esse autor consiste na desigualdade étnico-racial. O acesso à educação superior, segundo a variável étnica, também evidencia profundas desigualdades entre os jovens brasileiros (CORBUCCI, 2016, p. 163), estando jovens pardos e pretos em desvantagem de acesso se comparados com os brancos. Com efeito, enquanto 26,5% dos jovens brancos com idade entre 18 a 24 anos de idade estavam

matriculados no Ensino Superior, somente 12,8% dos jovens negros (pretos e pardos) nessa mesma faixa etária ingressaram no Ensino Superior em 2015 (IBGE, 2016). Vale ressaltar que 55,4% da população entre 18 e 24 anos se enquadra na categoria preta ou parda (PNAD/IBGE, 2016).

As variáveis de renda, região do país e raça interferem mutuamente, expressando uma dinâmica complexa de desigualdades. Segundo Corbucci (2016),

As diferenças entre as taxas de acesso à educação superior dos três grupos étnicos (brancos, pardos e pretos) também variavam em função da região em que residiam, sendo que as maiores disparidades entre eles se encontravam nas regiões Sul e Sudeste [...] (CORBUCCI, 2016, p. 163).

As políticas de ampliação e democratização do acesso ao Ensino Superior

Nas últimas duas décadas, o Ensino Superior brasileiro, público e privado, passou por um amplo processo de expansão e diversificação, orientado por políticas sociais cujos objetivos foram sanar esse contexto desigual das oportunidades de acesso. Nesse sentido, essas medidas buscaram não apenas aumentar os índices de matrícula na educação superior, mas também equalizar as oportunidades de entrada nas universidades por grupos até então desfavorecidos, como os jovens das classes populares, das escolas públicas (municipais e estaduais) e/ou negros.

No ensino público federal, destaca-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que incentivou a ampliação da oferta de vagas pe-

las instituições públicas federais. Tal política procurou expandir e aperfeiçoar a infraestrutura das universidades federais por meio de incentivos orçamentários às instituições participantes que, em contrapartida, deveriam elaborar propostas de expansão das vagas dos cursos e planos de permanência estudantil. Outra política fundamental foi instituída pela Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, que objetivou democratizar o acesso ao estabelecer uma reserva de metade das vagas desse setor para os estudantes de baixa renda vindos das escolas públicas, designando ainda uma parte dessas vagas especialmente para alunos negros, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção desses grupos na população dos estados em que estão situadas as instituições (BRASIL, 2012).

Já no âmbito do ensino privado, políticas de acesso aos estudantes vindos das camadas populares como o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) – foram responsáveis por uma expressiva expansão das instituições privadas de educação superior no país.

O Fies consiste em uma política de concessão de empréstimo para estudantes de baixa renda (rendimento familiar *per capita* inferior a três salários mínimos). Esse programa se tornou uma importante alternativa para estudantes mais pobres que desejam frequentar a graduação, mas não são capazes de custear a matrícula e as mensalidades, financiando-as para pagá-las após a conclusão do curso. Dados do IBGE expõem o aumento da utilização do programa pelos alunos, já que em 2009, 5,9% das matrículas no setor privado eram financiadas pelo programa, tendo esse número passado para 30,8% em 2014 (IBGE, 2016). Por outro lado, após esse ano, em decorrência da crise fiscal do Estado brasileiro, houve uma readequação da política, reduzin-

do drasticamente o número de contratos firmados⁵, passando de 733 mil em 2014 para 201 mil em 2016.

Prouni

Foco dos propósitos deste trabalho, o Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado em 2005, oferta bolsas de estudos parciais e integrais nos cursos de graduação de instituições privadas de Ensino Superior (BRASIL, 2005). Segundo as normas dessa política, para se candidatar às bolsas, o estudante precisa cumprir determinadas exigências, entre elas: obter nota mínima no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); ter cursado o ensino médio em escola pública (ou particular com bolsa integral). No caso das bolsas integrais, o estudante deve ter uma renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, enquanto as parciais são destinadas aos alunos com até três salários mínimos⁶. Salienta-se ainda que uma parte das bolsas é reservada para estudantes de baixa renda negros, indígenas ou pessoas com deficiência, de acordo com o percentual dessa população em cada estado.

Os resultados das iniciativas de ampliação do acesso são expressivos, tendo em vista que se registrou um aumento de 96,5% das matrículas no Ensino Superior entre os anos de 2003 e 2014; sendo que a maior parte desse crescimento ocorreu no setor privado (INEP, 2017). Os resultados na direção da democratização também foram significativos, já que entre as instituições

⁵ Conforme relatório do Ministério da Fazenda, disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/diagnosticofies_junho2017.pdf>.

⁶ Podem concorrer ainda às bolsas, sem necessidade de comprovação de renda, professores da educação básica que não possuem licenciatura e pessoas com deficiência.

privadas de Ensino Superior a proporção de estudantes vindos dos dois quintos de rendimentos mais baixos no país passou de 2,9% para 14,8% (IBGE, 2016).

Por outro lado, apesar dos inegáveis avanços no acesso ao Ensino Superior possibilitados por essas políticas, especialmente a do Prouni, ainda nos deparamos com as dificuldades de permanência e conclusão dos estudos pelos estudantes bolsistas. Pesquisas vêm mostrando que muitos estudantes que conseguem ingressar correm risco de trancar a matrícula ou mesmo abandonar o curso antes de sua conclusão, devido a variadas dificuldades de permanência (SANTOS, 2012; FIOREZE, GODOY, BORTOLIN, 2015; SASSAKI, 2005).

Vários aspectos dificultam a conclusão do processo de formação acadêmica desses estudantes. Um deles consiste nos custos para se manter durante a graduação. Apesar de os estudantes ingressarem em universidades públicas ou receberem bolsas totais para as particulares, a graduação apresenta muitos gastos indiretos, como despesas com transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, livros e fotocópias. Por não conseguirem arcar com elas, muitos acabam optando pelo trancamento ou mesmo pelo abandono do curso. Apesar de o Prouni, por exemplo, prever a possibilidade de fornecer bolsas de permanência, elas estão restritas aos cursos de tempo integral, com mais de cinco horas aula por dia, e têm um valor ainda baixo para custear as necessidades dos alunos ao longo do curso (R\$ 400,00 mensais em 2018).

Além da questão financeira, há problemas de adaptação, relacionamento com professores e colegas e sentimento de inferioridade, principalmente pela discriminação por serem bolsistas (FONTELE; CRISÓSTOMO, 2016; OLIVEIRA; CONTARINE;

CURY, 2012; SANTOS, 2013). Assim, não apenas questões materiais se impõem aos estudantes bolsistas, mas até mesmo de sociabilidade e adaptação às instituições.

Aspectos metodológicos

A realização e o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas estão previstos enquanto estratégias metodológicas do *Advocacy*. Parte-se da concepção de que, para garantir os direitos de crianças e jovens, faz-se necessário compreender fenômenos vivenciados por esses sujeitos em seus múltiplos aspectos. Perspectiva essa garantida pelo rigor acadêmico de estudos sistemáticos.

O *Advocacy* Prouni na PUCPR, desde sua implantação, vem realizando estudos e estimulando o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática do acesso e da permanência no Ensino Superior. Um conjunto de estudos incentivados pelo *Advocacy* foi recentemente lançado na publicação *Olhares sobre o Prouni na PUCPR* (INCERTI; GEBER, 2018). A publicação reúne pesquisas desenvolvidas por professores da instituição, em parceria com estudantes bolsistas na modalidade de iniciação científica. O grupo de trabalho foi constituído a partir da criação de um edital específico de fomento a estudos referentes ao Prouni na instituição.

Nos anos de 2012 e 2014, o *Advocacy* (ADVOCACY; 2012, 2014) desenvolveu pesquisas de caráter quantitativo que buscaram compreender o perfil dos estudantes bolsistas na instituição. Na perspectiva de realização de monitoramentos sistemá-

ticos, foi definida uma nova coleta de dados para o ano de 2016, pesquisa essa apresentada nesta publicação.

Para a pesquisa de perfil dos estudantes Prouni da PUCPR em 2016, foram definidos como objetivos: conhecer os estudantes Prouni da PUCPR; identificar o perfil desses sujeitos; analisar suas trajetórias até o ingresso no Ensino Superior; compreender suas vivências universitárias e localizar as dificuldades enfrentadas para permanecerem estudando.

Construção do questionário

Optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter quantitativo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário on-line com perguntas abertas e fechadas que seriam enviadas para todos os estudantes Prouni da PUCPR.

Na formulação das perguntas do questionário, optou-se, quando possível, por adaptar questões já desenvolvidas em outras pesquisas como Censo e PNAD. Essa estratégia garante uma maior efetividade, pois replica questões já testadas, bem como permite análises comparativas com pesquisas anteriores. Além disso, muitas perguntas foram construídas especificamente para a realização da presente pesquisa, buscando compreender aspectos específicos da realidade vivenciada pelo estudante bolsista da PUCPR.

Ainda como fator decisório na construção do instrumento, tomou-se como variável o tempo médio de resposta. Entendeu-se que o questionário não poderia durar mais de 30 minutos, levando em consideração o acúmulo de atividades já vivenciadas pelos estudantes e também o risco de desistência.

No processo de construção do questionário, foram realizadas diversas revisões e pré-testes buscando avaliar o funcionamento da plataforma Qualtrics, identificando o tempo de resposta dos estudantes, a compreensão das perguntas pelos respondentes, os pulos realizados, entre outros aspectos.

Em uma análise mais geral, pode-se dividir o questionário em dois grandes grupos de perguntas. Em um primeiro conjunto, as questões buscaram levantar informações referentes ao perfil dos estudantes entrevistados, tais como idade, gênero, raça, local de origem, situação familiar, de moradia, vivência escolar etc. Já um segundo conjunto de questões buscou compreender a vivência universitária desses estudantes, identificando curso, período, turno de estudo, modo de transporte para a faculdade, como se alimentam, hábitos de estudos, participação em atividades da vivência universitária e dificuldades que enfrentam em sua formação.

A versão final do questionário contou com 64 perguntas, tendo respostas fechadas, abertas, de resposta única e/ou múltiplas⁷. No entanto, dependendo das opções de resposta, o número de perguntas acessadas por cada respondente variava. Estudantes que mudaram de cidade para estudar na PUCPR, por exemplo, responderam perguntas específicas sobre essa realidade, da mesma forma que estudantes que trabalhavam, que tinham filhos ou algum tipo de deficiência, que participavam de programas de iniciação científica etc.

Com o término da construção do instrumento, o projeto da pesquisa foi enviado para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, recebendo parecer

⁷ O questionário utilizado na pesquisa está disponível em: <<http://observatoriodasjuventudes.pucpr.br/advocacyprouni>>.

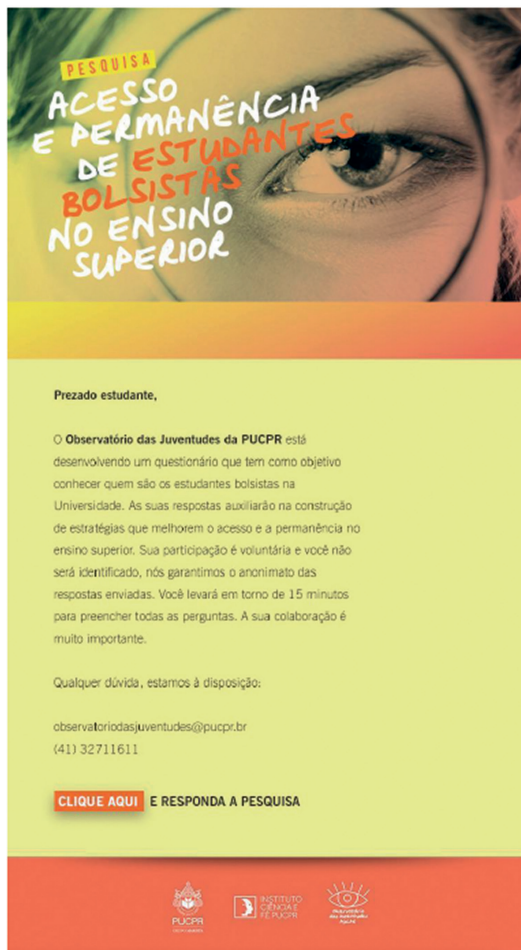
favorável para a realização em 2 de setembro de 2016 (CAAE: 59049516.6.0000.0020).

Aplicação do questionário

O contato com os estudantes bolsistas para a participação na pesquisa foi feito por meio de envio de e-mail, a partir de lista disponibilizada pelo setor de bolsas da universidade. Buscando maior adesão à pesquisa, foi criada uma identidade visual do estudo pela equipe de marketing da instituição.

Clicando no e-mail marketing, o estudante era direcionado para a pesquisa no Qualtrics. A primeira página do formulário apresentava, com mais detalhes, a proposta da pesquisa e perguntava se o estudante gostaria de participar do estudo, alternativa que foi aceita por 98,3% dos respondentes, tendo sido entrevistados.

Figura 1 - Convite público para participação na pesquisa respondendo ao questionário



Fonte: Captura de tela realizada pelos autores, 2016.

Figura 2 – Primeira página do questionário



 INSTITUTO
CIÊNCIA E
FÉ PUCPR

 Observatório
das Juventudes
PUCPR

 GRUPO
MARISTA

Prezado(a) estudante, o Observatório das Juventudes da PUCPR está desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo conhecer quem são os estudantes bolsistas na Universidade. As suas respostas auxiliarão na construção de estratégias que melhorem o acesso e a permanência no ensino superior. Sua participação é voluntária e você não será identificado(a). Os responsáveis por essa pesquisa garantem o anonimato das respostas enviadas. Você levará em torno de 15 minutos para preencher todo o questionário.

Por favor, responda com atenção. A sua colaboração é muito importante.

Qualquer dúvida, estamos à disposição:
observatoriodasjuventudes@pucpr.br
(41) 32711611

Aceito participar da pesquisa

Não gostaria de participar da pesquisa

Fonte: Captura de tela realizada pelos autores, 2016.

A aplicação da pesquisa teve a duração de um mês, iniciando-se no dia 17 de setembro e se encerrando no dia 16 de outubro de 2016. Além do e-mail inicial de apresentação da pesquisa, uma vez por semana era enviado um e-mail lembrete para os estudantes que ainda não haviam respondido o questionário. Um último e-mail de agradecimento de participação também foi enviado no encerramento da coleta de dados.

Ao final, a pesquisa contou com a participação de 3.917 entrevistados, representando mais de 60% dos estudantes Prouni da instituição. As taxas de respostas também foram representativas nos diferentes câmpus e escolas da PUCPR. Portanto, trata-se de um conjunto de dados extenso, que permite conhecer de maneira aprofundada a realidade social dos bolsistas

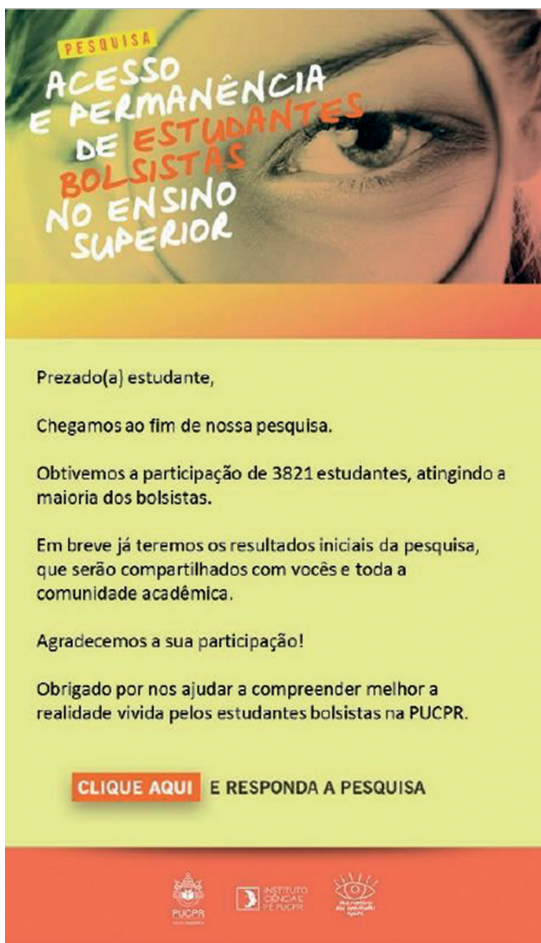
que compõem a universidade. Apesar de focalizado em uma instituição (a PUCPR), dados a amplitude das questões abordadas e o índice elevado de respostas obtidas, esse banco de dados permite iniciar um diagnóstico mais amplo do programa Prouni, possibilitando também comparações com outros contextos institucionais do país.

Análise dos dados

Concluída a fase de aplicação dos questionários, iniciou-se o processo de análise dos dados. Esses foram interpretados utilizando-se o programa SPSS para os dados quantitativos e leitura das informações qualitativas, buscando relacionar ambas as fontes de informações para compreender o quadro social dos bolsistas pesquisados.

A pesquisa oportunizou a produção de uma grande quantidade de informações sobre os estudantes Prouni da PUCPR. Os dados foram interpretados e confrontados com outras pesquisas educacionais, assim como a produção do conhecimento sobre

Figura 3 - Agradecimento público pela participação na pesquisa respondendo ao questionário



Fonte: Captura de tela realizada pelos autores, 2016.

as temáticas específicas, como trabalho e urbanização. Durante o próprio processo de análise dos dados, apresentações foram sendo feitas a partir dos resultados preliminares coletados, sendo muitas das interpretações aqui apresentadas resultado dessas análises coletivas.

Os resultados da pesquisa acabaram se constituindo como um banco de dados, que vem sendo acessado a partir das demandas levantadas. Na perspectiva de divulgação dos resultados e também para a contribuição das ações de *Advocacy*, a pesquisa vem sendo utilizada como suporte para compreensão da realidade dos estudantes bolsistas e também na construção de propostas interventivas.

A presente publicação se constitui como mais um resultado da pesquisa desenvolvida. As possibilidades interpretativas eram muito diversas, no entanto, optamos em realizar uma apresentação mais geral dos dados coletados, fazendo uma análise interpretativa, articulando a discussão com outros estudos disponíveis.

Acessando o site da publicação (<http://observatoriodasjuventudes.pucpr.br/advocacyprouni/>), o leitor poderá gerar tabelas de seu interesse a partir da criação de cruzamentos específicos entre as variáveis. Os dados poderão ser cruzados com as seguintes variáveis⁸:

Bolsas de 50% ou 100%: Existem estudantes bolsistas que recebem isenção total da mensalidade e aqueles que precisam pagar 50% do valor. Nas tabelas apresentadas será possível analisar os dados comparando bolsistas 50% e 100%.

Sexo: A comparação entre sexos é tema relevante nas pesquisas de forma geral e em especial no campo da educação.

⁸ A lista de cursos de cada escola está disponível em: <<http://observatoriodasjuventudes.pucpr.br/advocacyprouni/>>.

Raça: Estudos educacionais revelam as grandes desigualdades raciais referentes ao acesso à educação.

Turno: Os cursos de graduação da PUCPR podem ser ofertados nos turnos da manhã, tarde, noite e em período integral. Em muitos aspectos, pode-se analisar de forma comparativa a vivência universitária a partir do turno em que o estudante cursa sua graduação.

Trabalho: O tema de estudantes que trabalham será amplamente analisado nesta publicação.

Mudou de cidade: Muitos estudantes mudaram de cidade para estudar na PUCPR, dando-nos indícios para acreditar que aqueles nessa situação vivenciam aspectos específicos como bolsistas.

Câmpus: A PUCPR possui câmpus nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Toledo.

Escolas: Os cursos de graduação da PUCPR estão distribuídos em sete escolas: Arquitetura e Design; Ciências da Vida; Comunicação e Artes; Direito; Educação e Humanidades; Medicina; Negócios; Politécnica⁹.

Referências

ABDAL, A.; NAVARRA, J. Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa: deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do Prouni no Ensino Superior privado. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 99, p. 65-87, 2014.

ADVOCACY. *O perfil dos estudantes Prouni da PUCPR*. Relatório de Pesquisa. Curitiba: PUCPR, 2012.

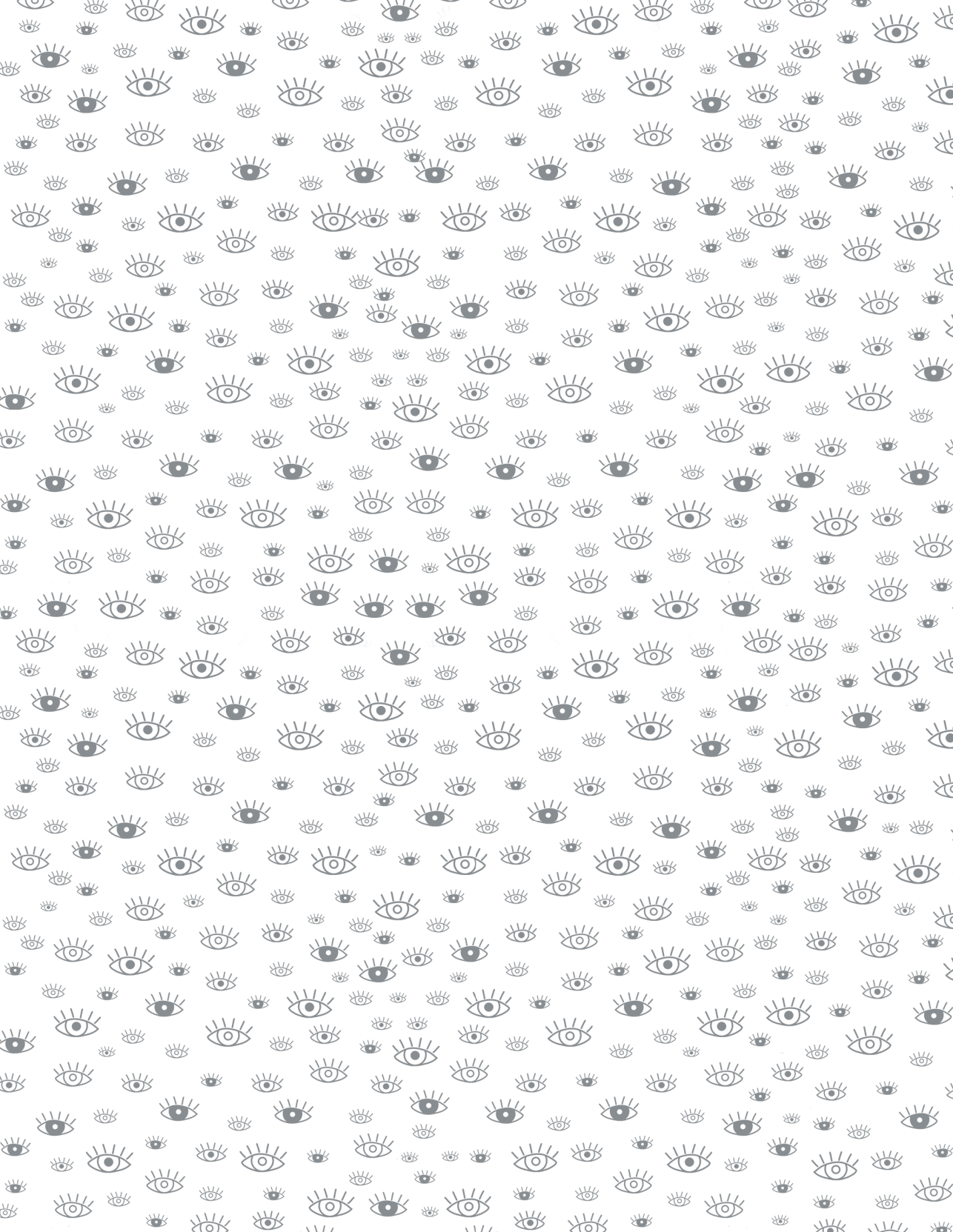
⁹ A denominação – escola – é utilizada no câmpus Curitiba, no entanto, para esta pesquisa, agregamos nas mesmas escolas os cursos, independente do câmpus. Por exemplo, os dados dos estudantes do curso de Psicologia de Curitiba, Londrina, Maringá e Toledo estão categorizados na escola de Ciências da Vida.

ADVOCACY. *O perfil dos estudantes Prouni da PUCPR*. Relatório de Pesquisa. Curitiba: PUCPR, 2014.

ALMEIDA, W. M. Os herdeiros e os bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 130, p. 85-100, 2015.

COMIN, A. A.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos estud.* - *CEBRAP*, São Paulo, n. 91, p. 75-95, nov. 2011.

INEP. *Resumo técnico – Censo da Educação Superior 2014*. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2017.



O PERFIL SOCIAL DOS BOLSISTAS DO ProuNI

A questão da socialização é bem complicada, pois alunos bolsistas têm um padrão econômico que os demais alunos não fazem nem ideia da dificuldade e não têm a menor empatia. Meu grupo atual do internato é todo composto por alunos bolsistas, pois nós entendemos as dificuldades de cada um e nos ajudamos bastante (Estudante do curso de Medicina, câmpus Curitiba).

Neste capítulo, apresentamos elementos referentes às características sociodemográficas dos entrevistados, buscando traçar o perfil social dos estudantes bolsistas do Prouni da PU-CPR, discutindo dados como: tipo de bolsa, faixa etária, sexo, cor/raça, renda, composição familiar, religião, entre outros.

Tabela 1 - Tipo de bolsa

Resposta	Porcentagem
50%	24.44%
100%	75.56%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como destacado pela tabela anterior, 76% dos estudantes Prouni da universidade recebiam bolsas integrais e 24% bolsas parciais, sendo responsáveis pelo pagamento do restante de sua mensalidade. Nesse sentido, a tabela seguinte exhibe como os estudantes com bolsas parciais arcavam com esses custos.

Tabela 2 - Pagamento do restante da mensalidade

Resposta	Porcentagem
Pago integralmente	71,16%
Financio com o FIES	21,57%
Financio com a PUCPR	6,20%
Financio com o banco	1,07%

Fonte: Elaborados pelos autores.

Os estudantes que recebiam bolsas parciais eram responsáveis pelo pagamento do restante de sua mensalidade. Desses estudantes, a grande maioria, 71,2%, disse que pagava integralmente o valor restante; 21,6% afirmaram que financiavam o restante da mensalidade pelo Fies; 6,2% disseram que financiavam com a própria PUC e 1,1% disse que estava financiando com o banco.

No decorrer desta publicação, apresentaremos as dificuldades dos estudantes bolsistas em arcar com os custos de seus estudos, seja com o pagamento das próprias mensalidades, no caso dos bolsistas parciais, ou com outros custos indiretos, como moradia, transporte, alimentação, materiais, congressos, entre outros.

Essas dificuldades podem ter se acentuado a partir do ano de 2015, considerando que, por decorrência da crise econômica e fiscal do país, ocorreu uma diminuição no número de bolsas ofertadas pelos programas, acompanhada por uma maior rigidez das normas de concessão de financiamento. Segundo estimativas do Mapa do Ensino Superior (SEMESP, 2016), ocorreu uma redução de aproximadamente 60% no número de contratos firmados pelo Fies em 2015. Com relação ao Prouni, apesar de não ter havido uma queda expressiva da quantidade de bolsas ofertadas, não houve um aumento da oferta em 2015, interrompendo o ritmo de crescimento de atendidos pelo programa desde sua implementação (SEMESP, 2016).

Faixa etária

Tabela 3 - Faixa etária

Resposta	Porcentagem
16 a 20	34,21%
21 a 25	43,97%
26 a 30	11,9%
31 a 35	5,15%
Acima de 35	4,78%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 apresenta a distribuição de faixa etária dos estudantes Prouni da PUCPR. Observamos que a faixa etária predominante era a de 21 a 25 anos, que representava 44% dos respondentes, seguida pela de 16 a 20 anos, com 34,21%, e pela de 26 a 30, com 11,9% dos respondentes. Aproximadamente 78% dos entrevistados possuíam até 25 anos, expressando uma predominância de estudantes jovens. Se levarmos em consideração a definição etária de juventude até os 29 anos, estabelecida pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), esse percentual passa para cerca de 90%.

O perfil etário dos estudantes Prouni da PUCPR segue a tendência predominante no Ensino Superior brasileiro e também o perfil dos estudantes Prouni das diferentes universidades do país (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012). Apesar da diversidade de grupos idade, predominavam os estudantes mais jovens enquanto bolsistas na universidade. Por outro lado, percebemos que o perfil etário dos bolsistas da PUCPR era relativamente mais jovem do que o dos estudantes participantes do programa em âmbito nacional. Segundo dados do último Censo da Educação Superior (2016), 25,7% se encontravam na faixa de 16 a 20 anos, enquanto mais de 10% estavam acima dos 35 anos.

Sexo

Tabela 4 - Sexo

Resposta	Porcentagem
Masculino	41,11%
Feminino	58,89%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa constatou que 58,5% dos respondentes se declararam do sexo feminino, seguindo a tendência de predominância feminina no Ensino Superior brasileiro, mesmo entre os bolsistas do programa (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012). Relatório do último Censo da Educação Superior com dados de 2016, destacou que cerca de 56% dos estudantes matriculados em algum curso presencial no país eram mulheres (INEP, 2017).

Esses dados refletem os ganhos educacionais obtidos pelas mulheres nas últimas décadas. Se durante a década de 1960 elas tinham em média somente 1,9 anos de escolarização, frente aos 2,4 anos em média obtidos pelos homens, nos finais da década de 1990 essa situação se inverte completamente, de forma que para as mulheres esse número passa para seis anos e para os homens, 5,7 anos (CARVALHO, 2003). Portanto, devem-se reconhecer os avanços obtidos em matéria de equalização das oportunidades educacionais entre homens e mulheres no Brasil.

Esse quadro não é particular ao Brasil, ocorrendo em outros países industrializados (ALON; DIPRETE, 2015; ALVES; FRANCO; XAVIER, 2016). Apesar da existência de explicações variadas sobre essa situação, pesquisas têm buscado investigar as diferentes expectativas dos papéis sociais de masculinidade e feminilidade e seus efeitos sobre os percursos escolares e profissionais dos jovens (SENKEVICS; CARVALHO, 2015). No caso dos estudantes bolsistas, vindos das camadas populares, é possível que a associação do papel masculino ao mercado de trabalho e do papel feminino ao trabalho doméstico repercutisse de maneira distinta nas trajetórias educacionais dos meninos e meninas mais pobres – favorecendo indiretamente as últimas, pelo menos no que tange a indicadores como anos de escolaridade e acesso ao Ensino Superior, mas desfavorecendo em outros, como o ingresso em carreiras educacionais e profissionais mais rentáveis.

Raça/cor dos bolsistas

Tabela 5 – Cor ou raça

Resposta	Porcentagem
Branca	75,99%
Parda	18,18%
Preta	4,05%
Amarela	1,51%
Indígena	0,26%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Questionamos também os estudantes a respeito de sua cor ou raça¹, utilizando os critérios estabelecidos pelo IBGE. Dos respondentes, 76% se declararam brancos, 18% pardos e 4% pretos. Se somarmos pretos e pardos, temos a porcentagem de 22% de estudantes negros enquanto bolsistas.

Historicamente no Brasil existe uma expressiva desigualdade racial no acesso à educação, sendo que as disparidades são ainda acentuadas nos níveis superiores de ensino (DO VALLE SILVA; HASENBALG, 2000; FERNANDES, 2004; RIBEIRO, 2006). Apesar do crescimento exponencial de matrículas de negros nas universidades nos últimos anos, fruto da expansão do sistema e das políticas de ações afirmativas, essa população ainda se encontra em níveis inferiores de acesso quando comparamos com a população branca.

Dados divulgados pela Pnad de 2014 identificam que entre a população brasileira com Ensino Superior, 71% seriam brancos,

¹ Nesta publicação entende-se raça como uma construção social, uma forma de classificação baseada em características tais como a cor da pele, textura do cabelo e outros traços fenotípicos. Apesar de não demonstrar diferenças genéticas, atribui-se ao conceito de raça um grande poder de influência sobre a organização social, que funciona como um princípio de classificação capaz de hierarquizar segmentos da sociedade.

enquanto apenas 29% seriam negros (IBGE, 2017). Portanto, evidencia-se uma clara sub-representação da população negra com Ensino Superior, considerando que em 2015, 53,9% dos brasileiros se declararam como negros (IBGE, 2016). No caso específico da população negra do Paraná, quando comparamos com o grupo de bolsistas da PUCPR, observa-se que mesmo adotando políticas de cotas raciais, a porcentagem de negros bolsistas matriculados na universidade é inferior à proporção de indivíduos declarados negros no estado, que atualmente é de cerca de 30,7% (IBGE, 2016).

Características de renda e escolaridade das famílias dos bolsistas

Tabela 6 - Renda Familiar

Resposta	Porcentagem
Entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00)	73,71%
Entre 4 e 6 salários mínimos (R\$ 3.520,00 a R\$ 5.280,00)	24,08%
Entre 7 e 9 salários mínimos (R\$ 6.160,00 a R\$ 7.920,00)	1,56%
Entre 10 e 13 salários mínimos (R\$ 8.800,00 a R\$ 11.440,00)	0,51%
Entre 14 e 17 salários mínimos (R\$ 12.320,00 a R\$ 14.960,00)	0,09%
Acima de 18 salários mínimos (mais de R\$ 15.840,00)	0,06%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Questionados a respeito da renda total das pessoas que vivem com o estudante, 73,7% deles declararam uma renda familiar de um a três salários mínimos, enquanto 24,1%, de quatro a

seis salários mínimos. Trata-se de um dado esperado, já que os estudantes pesquisados se enquadram no perfil de rendimento previamente definido pela política do programa, que concede bolsas parciais para estudantes com renda familiar *per capita* menor que três salários mínimos e bolsas integrais para estudantes com renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salário mínimo.

Diante desse resultado esperado, devido ao – filtro – socioeconômico imposto pelos critérios de atendimento do programa, procuramos detalhar outras características socioculturais dos bolsistas, questionando-os a respeito da escolaridade dos membros da família, as dificuldades econômicas para permanecer no curso, composição familiar, entre outros aspectos.

Tabela 7 – Familiares com formação superior

Resposta	Porcentagem
Pai, mãe e irmão	4,57%
Irmãos	26,54%
Pai	5,58%
Mãe	11,34%
Pai e mãe	3,56%
Sou o primeiro da família a acessar o Ensino Superior	48,40%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebemos que a maior parte dos bolsistas representava a primeira geração da família a ingressar no Ensino Superior. Em seguida, 26,5% afirmaram ter irmãos que também frequentaram o Ensino Superior.

Esses dados sustentam a eficácia das políticas de ampliação de acesso ao Ensino Superior por famílias de origens sociais historicamente excluídas desse nível de ensino, já que mais de 70% dos respondentes não tiveram pais ou mães que frequentaram a educação superior. Apesar dessa informação promissora, é necessário atentar para as especificidades vivenciadas pelos sujeitos que constituem a primeira geração a ingressar no Ensino Superior, pois são menos familiarizados com o universo escolar quando comparados aos alunos de famílias cujos pais ou parentes frequentaram a universidade (PASCARELLA et al., 2004; ISHITANI, 2003).

Características da composição familiar

O próximo item analisado é o estado civil dos estudantes. A Tabela 8 exhibe os resultados obtidos, classificados de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE.

Tabela 8 – Estado civil

Resposta	Porcentagem
Casado(a)/União estável	12,01%
Divorciado(a)/Separado(a)	1,51%
Solteiro(a)	86,02%
Viúvo(a)	0,46%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao estado civil, 86% dos estudantes se declararam solteiros e apenas 12% responderam ser casados. Assim como a idade, o perfil do estado civil dos estudantes bolsistas reforça a identidade juvenil desses sujeitos.

Prosseguindo com a descrição da composição familiar dos bolsistas, a tabela seguinte exhibe o número de filhos que os respondentes tinham.

Tabela 9 – Filhos

Resposta	Porcentagem
0	90,13%
1	5,79%
2	2,57%
3	1,00%
4	0,37%
5 ou mais	0,14%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pouco mais de 90% dos estudantes disseram não ter filhos; apenas 5,8% dos respondentes disseram ter um filho e 4,1% disseram ter dois ou mais filhos. Esses dados reforçam o perfil mais jovem que caracteriza os estudantes bolsistas da universidade.

Objetivando entender um pouco melhor essa questão, para os que afirmaram ter pelo menos um filho, foi também questionado com quem geralmente o deixavam enquanto estudavam ou trabalhavam.

Tabela 10 – Com quem deixa os filhos

Resposta	Porcentagem
Amigos, cônjuge ou familiares	50,88%
Escola ou creche pública	16,37%
Escola ou creche privada	6,14%
Meus filhos já são capazes de ficar sozinhos	18,71%
Outros. Qual?	7,89%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os alunos pais ou mães, 51% responderam que deixavam os filhos com amigos, cônjuges e familiares, enquanto 18,5% afirmaram que os filhos já eram aptos a ficar sozinhos e 16,4% disseram deixá-los em creches ou escolas públicas. Pesquisas no campo da educação têm investigado as dificuldades vivenciadas pelos estudantes que são pais em dar continuidade aos estudos por não terem com quem deixar seus filhos – uma dificuldade que recai fundamentalmente sobre as mulheres que são mães (URPIA; SAMPAIO, 2011). Devido à tradicional divisão sexual das tarefas domésticas (BARRETO, 2014), grande parte de todo o trabalho domiciliar, que inclui o cuidado dos filhos, acaba sendo feita pelas mulheres, que encontram então sérios desafios para conciliar as tarefas da graduação com as responsabilidades familiares.

Essa dificuldade pode ser ainda maior entre as estudantes bolsistas, uma vez que podem ter uma menor capacidade financeira para arcar com os custos de uma creche particular – percebemos que apenas 6,2% dos bolsistas deixavam os filhos em creche particular. Tendo em vista que as creches públicas possuem vagas

limitadas e não funcionam no período noturno, a existência de redes de apoios sociais, como amigos e familiares, torna-se crucial para a continuidade do curso para os estudantes que têm filhos.

Religião

Buscamos também caracterizar o perfil religioso dos bolsistas. O quadro obtido referente aos pertencimentos religiosos desses estudantes segue o padrão nacional quanto à predominância da religião católica, como exposto pelos dados do Censo do ano de 2010. Contudo, existe uma maior pluralidade religiosa entre os respondentes, como exibido pela Tabela 11.

Tabela 11 - Religião

Resposta	Porcentagem
Afro-brasileira (Umbanda, Candomblé, etc.)	1,09%
Agnóstico (acreditam em Deus, mas não tem religião)	17,16%
Ateu (não acredita em Deus)	7,37%
Católica	44,71%
Espírita	2,73%
Evangélico Pentecostal (IURD, Assembleia de Deus, etc.)	12,54%
Islâmica	0,14%
Orientais (Budista, Seicho-no-iê, etc.)	0,95%
Outras. Qual?	5,39%
Protestante	7,78%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observamos que 44,7% dos estudantes responderam ser católicos. Em seguida estão os agnósticos – que não negam a existência de Deus, mas não seguem nenhuma religião – com 17,1%. Esse número ultrapassa até mesmo a quantidade de estudantes evangélicos de orientação pentecostal – atualmente a segunda maior confissão religiosa do país – que teve uma proporção de 12,5% dos bolsistas. Se somarmos esses últimos aos protestantes, alcançamos o número de 20,2% de respondentes cristãos não católicos. O número de agnósticos e ateus (estes com 7,3%) se encontra bem acima da média nacional.

Parte da explicação para esse quadro pode estar no perfil etário dos estudantes bolsistas da universidade. De acordo com os dados do censo de 2010, a maior parte das pessoas que declararam não seguir nenhuma religião se concentrava justamente na faixa etária de 15 a 29 anos (IBGE, 2012). Portanto, é possível que a diversidade religiosa aqui encontrada, principalmente a grande quantidade de agnósticos, possa estar relacionada à condição de jovens estudantes vivenciada por esses sujeitos.

Esses dados expressam um fenômeno observado em outras pesquisas entre os jovens, que é o crescimento da escolha de formas de religiosidade como o ateísmo e o agnosticismo. Mais do que uma negação da religião, trata-se de um fenômeno que privilegia uma religiosidade própria, mais desvinculada de ligações institucionais, na qual a subjetividade do sujeito pode estar pautada em crenças de diferentes tradições religiosas (DELLAGLIO, 2017; FASHIN, 2017; JAHN; VILLASENOR, 2011).

Pessoas com deficiência

Por fim, uma última análise a respeito do perfil sociodemográfico dos estudantes bolsistas respondentes constatou uma proporção baixíssima de estudantes com deficiência, de qualquer tipo. Do total de respondentes, 99,2% responderam não possuir deficiência. Entre os estudantes que afirmaram ter deficiência, a maior parte, compreendendo mais de 60% das respostas, afirmou ter deficiência física/motora ou visual, seguida de deficiência auditiva, representada por 18,7% dos respondentes com deficiência.

Apesar da baixa proporção de estudantes com deficiência nesse estudo, deve-se atentar para a importância da inclusão social desse grupo no espaço universitário, uma vez que, com base no último Censo (IBGE, 2010), o Brasil possui 45 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a quase 24% da população.

Cabe salientar que a baixa quantidade de estudantes com deficiência se deve, possivelmente, às dificuldades vivenciadas por essa parcela da população ao longo de suas trajetórias sociais e escolares, dificultando assim a própria inserção desses indivíduos no Ensino Superior. Informações do Censo também demonstram que 61% das pessoas com deficiência não possuem instrução ou ensino fundamental completo, enquanto esse número cai para 38% para pessoas que não têm deficiência. Em relação ao acesso ao Ensino Superior, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos (VIEGAS, 2016), apenas 6,7% da população com deficiência está matriculada nesse nível de ensino. Diante desse contexto, evidenciam-se os desafios e a necessidade de reflexão a respeito da inclusão social de pessoas com deficiência, principalmente no que tange ao acesso à educação.

CONDIÇÕES DE MORADIA

Se não tivesse ajuda de meus pais e minha avó (com quem moro), não conseguiria arcar com as despesas apenas com meu salário de estagiária. (Estudante do curso de Letras, câmpus Curitiba)

Constituindo-se como um país eminentemente urbanizado, o Brasil apresenta problemas urbanos crônicos. Entre as cidades e no interior das metrópoles brasileiras existem profundas desigualdades das condições de moradia e de acesso a bens e serviços. Nos últimos anos, estudos sociológicos na área de educação têm investigado os efeitos da desigualdade urbana sobre a desigualdade escolar (RIBEIRO; KATZMAN, 2008; RIBEIRO; KOSLINSKI, 2009; RIBEIRO et al., 2010). Um dos aspectos considerados relevantes nesse campo é justamente o problema da distribuição desigual das oportunidades escolares nas e entre as cidades brasileiras. Nesse contexto, torna-se importante identificar e analisar os dados referentes às condições de moradia e os aspectos de mobilidade¹ dos estudantes bolsistas da PUCPR. Neste capítulo, as tabelas expostas buscam retratar esse quadro, abordando questões como o local em que os estudantes vivem, com quem residem e as condições do domicílio.

Características e condições de moradia dos bolsistas

Tabela 12 – Com quem mora

Resposta	Porcentagem
Pais	61,61%
Amigos/colegas	6,59%
Com familiar que não os pais (tios, primos, avós, irmãos)	7,75%
Sozinho(a)	9,95%
Cônjuge, namorado(a) ou companheiro(a)	14,10%

Fonte: Elaborado pelos autores

¹ Os aspectos sobre mobilidade serão discutidos no capítulo 9.

A Tabela 12 identifica com quem os estudantes vivem. Entre os respondentes, 61,6% deles disseram que moravam com seus pais ou responsáveis legais, reforçando as observações do capítulo anterior a respeito do perfil jovem dos estudantes bolsistas. A segunda resposta mais frequente, com 14,1%, foi de estudantes que residiam com cônjuges, namorados ou companheiros. Também era considerável o número de estudantes que moram sozinhos, aproximadamente 10%, e com amigos e/ou colegas, 6,6% – esse último dado provavelmente representa muitos dos estudantes que mudaram de cidade para estudar na PUCPR, organizando-se em repúblicas para compartilhar os custos da moradia com outros alunos.

Tabela 13 – Condição de moradia

Resposta	Porcentagem
Imóvel próprio quitado	41,88%
Imóvel próprio financiado	10,23%
Imóvel alugado	26,16%
Imóvel cedido/emprestado	12,87%
República	2,11%
Pensionato	1,61%
Casa de estudante	0,92%
Instituição religiosa	0,09%
Hotel	0,00%
Moro de favor	4,13%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à condição de moradia, a maior parte dos estudantes, 41,8%, disse morar em imóveis próprios quitados. Esse dado se correlaciona ao fato de que a maioria dos alunos respondentes ainda residiam com os pais. Por outro lado, uma quantidade significativa dos bolsistas afirmou viver em imóveis alugados (26,1%), financiados (10,2%) ou cedidos/emprestados (12,8%). A proporção de imóveis próprios quitados entre os bolsistas é relativamente mais baixa do que o cenário nacional, pois de acordo com dados da PNAD de 2015, aproximadamente 70% dos domicílios brasileiros eram próprios quitados (IBGE, 2016). Portanto, uma parte considerável dos bolsistas e/ou suas famílias deviam direcionar parte de seu orçamento aos custos de aluguel ou financiamento do imóvel, comprometendo ainda mais sua situação financeira.

Ainda em relação à moradia, 33,2% dos estudantes entrevistados não moravam na mesma cidade em que estudavam, se deslocando diariamente para as aulas. Essa proporção elevada segue uma tendência retratada no último Censo, em que se verificou que 29,2% das pessoas que frequentavam uma instituição fora do município de residência o faziam para cursar o Ensino Superior (IBGE, 2010). Tal resultado sugere a existência de uma profunda desigualdade territorial das oportunidades de acesso ao Ensino Superior no país, fazendo com que muitos estudantes tenham que rotineiramente se deslocar para outras cidades para cursar graduação ou pós-graduação. Esse aspecto será retomado quando for discutido o tempo diário de deslocamento dos estudantes bolsistas.

Esse quadro é sustentado ainda pelo fato de que 18,8% dos bolsistas disseram ter mudado de cidade para estudar na PU-CPR. Assim, pouco mais da metade dos bolsistas entrevistados se deslocavam regularmente ou se mudaram permanentemente

de outras cidades para ingressar na universidade. Essa situação está relacionada ao progressivo aumento do uso do Enem como forma de avaliação e seleção dos candidatos ao Ensino Superior no Brasil. Enquanto no setor público federal o exame passou a funcionar como o meio de avaliação dos candidatos do SisU; no setor privado, muitas instituições – como a própria PUCPR – passaram a utilizar a nota obtida no Enem para selecionar seus estudantes, ainda que em alguns casos parcialmente. Portanto, por funcionar como um meio centralizado de seleção do acesso ao Ensino Superior, o exame permitiu que alunos de todo o país possam se candidatar a vagas mais distantes de onde vivem, reduzindo os custos de efetuar vários vestibulares específicos – como a taxa de inscrição e o deslocamento para realizar as provas, conforme ocorria anteriormente.

Apesar do efeito democratizante do uso do Enem como mecanismo de seleção, ao facilitar a mobilidade geográfica dos estudantes no país, não são garantidas as condições para que os alunos possam efetivamente se sustentar nas localidades mais distantes de onde vivem². Objetivando entender melhor os desafios enfrentados pelos estudantes que mudaram de cidade, elaboramos uma questão específica a esses estudantes.

Tabela 14 – Dificuldade para mudar de cidade

Resposta	Porcentagem
Não tive dificuldades	3,15%
Conseguir moradia	18,31%
Fazer amizades	12,07%

(continua)

² Essa questão é particularmente importante no caso do SisU, tendo sido discutida por Nogueira et al., 2016.

	(conclusão)
Com o clima	10,05%
Com as pessoas	9,45%
Me localizar/deslocar	18,79%
Com o custo de vida	28,18%

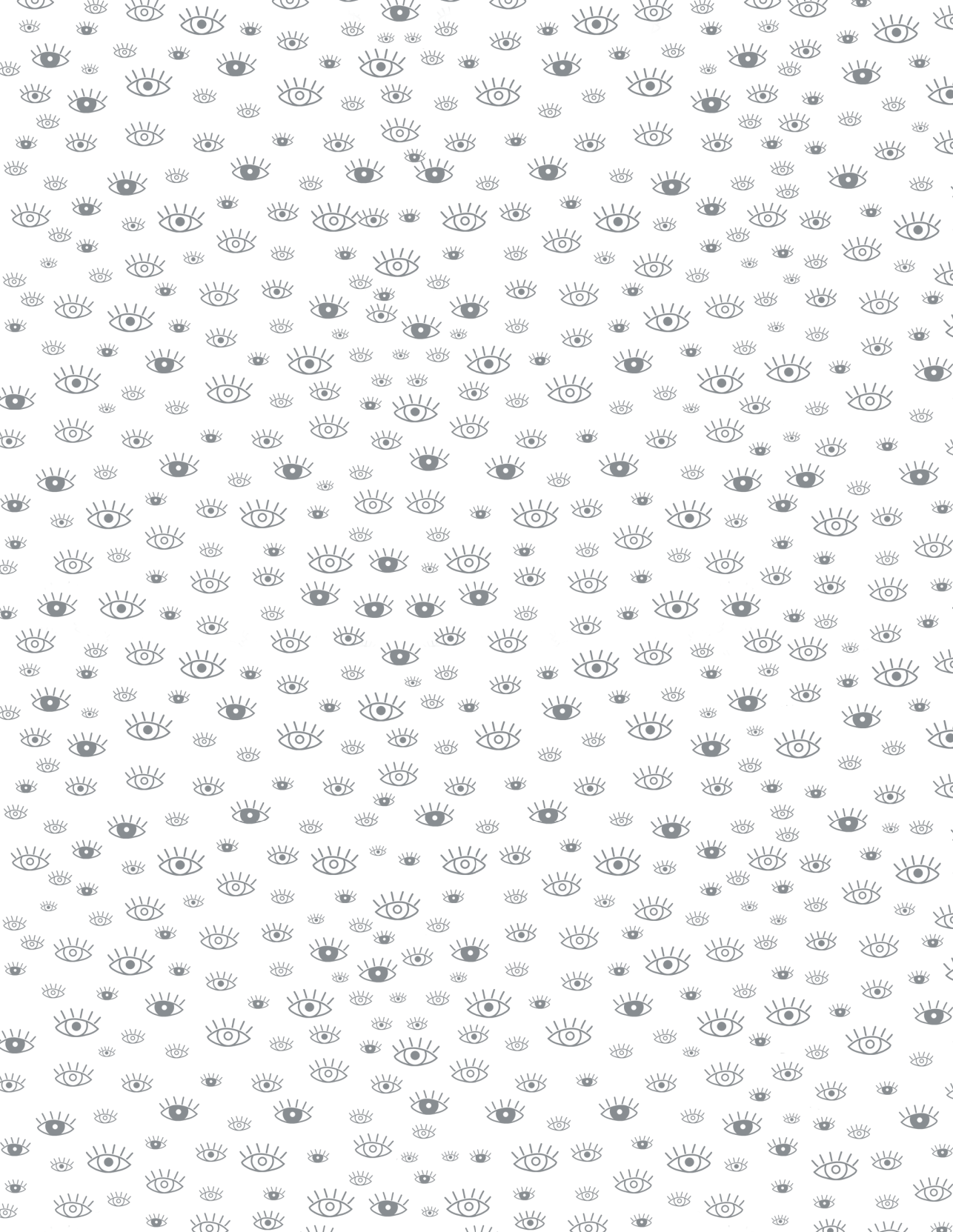
Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior parte dos estudantes que mudaram de cidade relatou ter vivenciado algum tipo de dificuldade. Duas principais se referem a questões materiais: o custo de vida (28,1%) e encontrar moradia (18,3%). Percebemos com isso que, potencialmente, os desafios dos estudantes bolsistas devem ser mais graves entre aqueles que se mudam, considerando que não apenas devem arcar com os custos usuais decorrentes do curso, mas ainda devem se preocupar em conseguir um local para viver durante a graduação. Além disso, muitos deviam vir de localidades do interior cujo custo de vida é relativamente mais baixo do que nas cidades onde se localizam os câmpus da PUCPR. Deviam então se adaptar a um contexto econômico em que bens e serviços – como aluguel, alimentação, transporte, entre outros – são muito mais caros.

Os desafios do estudante advindo de outras cidades envolvem também a familiarização e de sociabilidade na cidade e no câmpus universitário. Assim, 18,7% informaram que tiveram dificuldades em se localizar ou se deslocar para a universidade e 10% com o clima da cidade. Uma das primeiras dificuldades da entrada na vida universitária é justamente se ambientar ao espaço geográfico da universidade e da cidade em que ela se localiza (COULON, 1998).

Quanto aos desafios de sociabilidade, 12% deles indicaram ter dificuldades de fazer amizades e ainda 9,4% aponta-

ram ter problemas com as pessoas. Como apontado por trabalhos que investigam as razões do abandono ou da permanência estudantil no Ensino Superior, muitos alunos vivenciam dificuldades de se integrar socialmente na comunidade universitária que frequentam, aumentando os riscos de evasão entre aqueles que se sentem isolados do tecido social da universidade (TINTO, 2012).



RELAÇÃO COM O TRABALHO

No caso, no momento o que está atrapalhando um pouco é a questão do trabalho, quanto ao tempo para estudar.

Tenho que me organizar melhor para conseguir administrar os estudos, não só pela bolsa, que pede do aluno um rendimento X, mas também porque tenho certeza do curso que escolhi e o tenho como um objetivo de vida e não quero ser um mau profissional (Estudante do curso de Direito, câmpus Londrina).

Sofro muito com o transporte e preço da passagem, pois além de estudar, trabalho das 14h às 22h e tenho muito gasto com isso. Se existisse algum auxílio na passagem seria muito bom, pois moro em Colombo e a prefeitura daqui não dá nenhum tipo de incentivo para pagar meia passagem (Estudante do curso de Engenharia de Produção, câmpus Curitiba).

Neste capítulo abordamos aspectos que envolvem a relação dos estudantes beneficiados pelo Prouni com o mercado de trabalho. A expansão do setor privado de ensino no país resultou na entrada de um estudante com perfil bem diferente do tradicional, com perfil etário um pouco mais elevado, contando com experiência no mercado de trabalho (ALMEIDA, 2015). Muitos estudos têm observado que essa é uma faceta importante das dificuldades vivenciadas pelos estudantes de camadas populares que ingressaram no Ensino Superior (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012). Portanto, faz-se necessária uma análise mais focada da dimensão do trabalho na vida desses estudantes.

Tabela 15 – Trabalhava antes de ser bolsista

Resposta	Porcentagem
Não, somente estudava	37,93%
Sim, como estagiário(a)	10,77%
Sim, como funcionário(a) de empresa privada ou pública	46,36%
Sim, como autônomo(a)	4,93%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados da pesquisa mostram que parte significativa dos estudantes já trabalhava antes de ingressar no Ensino Superior. Dos estudantes entrevistados, 62% trabalhavam antes de entrarem na universidade como bolsistas. A maioria destes, 46,3%, atuando como funcionários de empresas públicas ou privadas; 10,7%, como estagiários e 4,9%, como autônomos.

Esses dados são coerentes com o contexto nacional. Comin e Barbosa (2011) destacam, a partir de dados da PNAD e do Inep, que no processo de expansão das matrículas do Ensino Superior brasileiro, um dos segmentos populacionais mais beneficiados

foi justamente o de trabalhadores. Tendo em vista que os jovens das camadas populares tendem a ingressar mais precocemente no mercado de trabalho, as políticas de expansão e inclusão do Ensino Superior acabaram atendendo principalmente uma porção da população que exercia alguma profissão antes de entrar na graduação. Assim, os autores verificaram que, enquanto apenas 31,4% dos matriculados do Ensino Superior brasileiro em 2009 não trabalhavam, 44,6% dos alunos conciliavam os estudos com alguma ocupação em tempo integral.

Tabela 16 – Atuação laboral

Resposta	Porcentagem
Não, somente estudava	42,22%
Sim, como estagiário	23,84%
Sim, como funcionário de empresa privada ou pública	28,89%
Sim, como autônomo	5,05%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos bolsistas entrevistados, 57,7% estavam trabalhando durante o período da pesquisa. Destes, 28,8% como funcionários de empresas privadas e públicas, 23,8%, como estagiários e 5%, como autônomos. Os dados expressam que parte significativa dos estudantes bolsistas conciliavam trabalho e estudos, revelando também que boa parte deles continuou a trabalhar após ingressar na universidade. Outro dado representativo em relação às formas de trabalho exercidas antes do acesso à graduação é um aumento significativo de estagiários, possivelmente ocasionado pelo fato de os estudantes passarem a exercer algum meio de atividade relativo ao curso que frequentavam na universidade.

Por outro lado, comparando os dados mais recentes com o perfil dos estudantes Prouni da PUCPR entrevistados em 2014, é interessante destacar que o número de estudantes trabalhando decresceu. Essa diminuição, possivelmente, é decorrente do contexto de aumento de desemprego no Brasil a partir de 2015. Como exposto pelos últimos relatórios do IBGE (2017), o índice de desocupação no país passou de pouco mais de 7% em 2014, para acima de 12% em 2016. Nesse mesmo relatório, observa-se que a população jovem foi a mais prejudicada nesse período, tendo em vista que a taxa de desocupação entre a população com 16 a 29 anos de idade passou de 13% para 21,1% entre os anos de 2012 e 2016. Considerando as observações de Comin e Barbosa (2011), de que políticas como o Prouni funcionaram como um forte incentivo à população trabalhadora para ingressar no Ensino Superior, é possível que a atual crise econômica, com seu consequente aumento do desemprego, seja responsável pela redução do número de estudantes ocupados matriculados na universidade.

Em relação à atuação profissional, parte considerável dos respondentes ainda não haviam se inserido em ocupações relacionadas à área de graduação que cursavam, representando 43,3% dos estudantes. Esses dados se tornam um pouco mais claros quando analisamos separadamente a situação do emprego do aluno. A maioria dos alunos que respondeu trabalhar em algum tipo de estágio (86,5%) afirmaram que atuavam na área do curso. Situação bem diferente dos estudantes que trabalhavam como funcionários em empresas públicas ou privadas ou como autônomos, em que apenas 37,4% e 28%, respectivamente, responderam afirmativamente à questão. Isso evidencia a importância do estágio enquanto meio de inserção profissional do aluno na carreira para a qual está se preparando.

Tabela 17 – Horas de trabalho por semana

Resposta	Porcentagem
de 1 a 10 horas	8,46%
de 11 a 20 horas	12,79%
de 21 a 30 horas	27,09%
de 31 a 40 horas	24,74%
mais de 40 horas	26,93%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresenta a quantidade de horas semanais dedicadas ao trabalho pelos estudantes bolsistas. Cerca de 79% dos entrevistados trabalhavam mais de 20 horas semanais, sendo que 27% trabalham de 21 a 30 horas; 24,7%, de 31 a 40 horas e 26,9%, mais de 40 horas. Existe ainda uma quantidade considerável de entrevistados que trabalham menos que 20 horas semanais (21,1%), sendo que 12,7%, de 11 a 20 horas e 8,4%, de uma a 10 horas – número possivelmente associado aos estudantes que exerciam algum estágio na área do curso que frequentavam e/ou aos que trabalhavam como autônomos.

A diversidade de quantidade de horas trabalhadas é expressão das múltiplas condições de trabalho exercidas por esses estudantes. De toda forma, o número expressivo de estudantes que trabalhavam acima de 30 horas (51,6%), indica que muitos dos bolsistas deviam enfrentar sérias dificuldades de conciliação da graduação com o trabalho, algo discutido por outras pesquisas que analisaram as dificuldades vivenciadas pelos estudantes bolsistas do Prouni (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012; SANTOS, 2013). Encontrar tempo para estudar ou realizar tra-

balhos em grupos fora do horário formal do curso se torna uma dor de cabeça para esses estudantes: “Devido a eu ter pouco tempo para estudos fora da sala de aula, fico constrangida em ter que realizar trabalhos em grupo extra sala, pois meus horários para estudos na maioria das vezes ocorrem na madrugada” (Estudante do curso de Direito, câmpus Maringá).

Tabela 18 - Participação na renda familiar

Resposta	Porcentagem
Trabalho, mas recebo ajuda financeira dos meus pais	18,97%
Trabalho, mas recebo ajuda de outras pessoas (parentes, cônjuges, irmãos, amigos ou avós)	3,50%
Trabalho e sou responsável pelo meu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira	14,62%
Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e contribuo parcialmente para o sustento da família ou de outras pessoas	16,62%
Trabalho e sou principal responsável pelo sustento da família	4,80%
Não trabalho e meus gastos são financiados pelos meus pais	30,33%
Não trabalho e meus gastos são financiados por outras pessoas (parentes, cônjuges, irmãos, amigos ou avós)	6,80%
Estou desempregado e sou responsável pelo meu próprio sustento	4,35%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação à participação do aluno na renda familiar, 37,1% dos entrevistados afirmaram não trabalhar e receber ajuda financeira de pais, parentes ou amigos. Contudo, a maior parte dos alunos respondeu exercer alguma forma de trabalho,

58,5% deles, sendo possível identificar uma variedade de situações sobre como contribuem com a renda familiar – refletindo a diversidade de horas trabalhadas verificada na tabela anterior. Assim, 22,4% dos estudantes trabalhavam, mas complementavam sua renda com ajuda financeira de pais, parentes ou amigos, revelando que mesmo entre os estudantes ocupados, uma parte significativa deles dependiam ainda de outras fontes de renda para financiar os estudos.

Entre os que trabalhavam e eram responsáveis pelo próprio sustento, constatamos que 14,6% deles se responsabilizavam somente pelo próprio sustento, enquanto 16,6% eram também responsáveis ao menos parcialmente pelo sustento da família e 4,8% disseram se responsabilizar completamente pela subsistência da família. Chama a atenção que 4,3% dos estudantes responsáveis por se manterem estavam desempregados durante a realização da pesquisa, possivelmente vivenciando uma situação de risco de continuidade de seus estudos.

Com a análise da relação dos estudantes bolsistas com o mercado de trabalho, observamos a existência de uma variedade de formas de inserção no mercado, mas em grande medida confirmamos que boa parte dos estudantes atendidos pelo programa de alguma forma exerciam alguma ocupação. Essa situação certamente traz dificuldades adicionais para esses sujeitos, tendo em vista que devem conciliar as exigências do curso de graduação com aquelas da atividade laboral que exercem, o que pode elevar os riscos de evasão do curso (FELICETTI; FOSSATTI, 2014). Essa situação deve ser ainda mais agravante para os estudantes que não apenas trabalham, mas são também responsáveis pelo sustento de sua família – 21,4% dos entrevistados. Como exposto em pesquisa de Rocha et al.

(2016), o desafio de compatibilizar os estudos com as responsabilidades familiares e laborais pode resultar em reprovações, dificuldades de frequentar as aulas e menor participação nas atividades do curso, aumentando as chances de o aluno abandonar a universidade.

TRAJETÓRIA ESCOLAR

Muitas vezes sinto dificuldade de aprendizado, pois os professores cobram coisas que eu não aprendi no ensino público, e que meus colegas de ensino particular têm facilidade. Então eles tratam o assunto superficialmente e eu acabo não aprendendo corretamente pois me falta a base principal. Eu frequentemente recorro a aulas on-line para evitar dependência [reprovação em disciplina acadêmica] (Estudante do curso de Biotecnologia, câmpus Curitiba).

Neste capítulo analisamos as informações referentes ao histórico do percurso escolar dos estudantes bolsistas da PU-CPR. Trata-se de um aspecto especialmente relevante, tendo em vista que as políticas de acesso ao Ensino Superior têm sido fundamentalmente destinadas a atender os estudantes vindos das escolas públicas. Essa situação traz uma série de preocupações com relação ao nível de domínio de conhecimento escolar desses estudantes, considerando que o nível de ensino apresentado pelas escolas públicas brasileiras tem exposto suas sérias deficiências em efetivar a aprendizagem dos estudantes (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016; XAVIER; ALVES, 2017). Abordamos então elementos referentes à origem escolar do estudante, seu desempenho ao longo de sua trajetória, bem como os fatores que o levaram a ingressar no Ensino Superior pelo Prouni.

Trajетória escolar na educação básica

Tabela 19 – Onde cursou o ensino médio

Resposta	Porcentagem
Curvei integralmente em escola pública	82,78%
Curvei integralmente em escola particular (bolsista)	11,89%
Curvei em escolas públicas e particulares (bolsista)	5,34%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Identificamos que 82,7% dos estudantes cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas, 11,8% cursaram

integralmente em escolas particulares como bolsistas e 5,3% cursaram em escolas públicas e particulares como bolsistas. Os dados confirmam os critérios de acesso à bolsa Prouni, uma vez que os estudantes precisam ter cursado o ensino médio no setor público ou como bolsistas integrais no setor privado.

Procurando compreender mais a fundo o desempenho escolar dos bolsistas, perguntamos também se tinham sido reprovados alguma vez ao longo da formação na educação básica e se em algum momento abandonaram a escola. Assim, 85,4% disseram nunca terem sido reprovados no ensino fundamental e médio, enquanto 10,7% tiveram apenas uma reprovação e 3,8%, mais de uma. Quanto à evasão, 91,6% apontaram nunca terem abandonado a escola durante a formação.

Apesar da proporção não tão elevada de repetência e abandono – o que sugere que a maior parte dos alunos teve um percurso escolar estável –, os dados sobre a trajetória escolar dos bolsistas seguem a tendência do nível de rendimento escolar típico da educação pública no país. Com efeito, o Censo Escolar de 2016 informa taxas de reprovação e abandono no ensino fundamental de, respectivamente, 17,3% e 4% (considerando os anos iniciais e finais). Já no ensino médio, a proporção foi de 12% e 6,6% (FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT, 2012). Esses dados expressam o desafio de melhorar os indicadores educacionais das escolas públicas do país. Considerando os dados do *Programme for International Student Assessment* (Pisa), as taxas de repetência e evasão escolar no país são bastante superiores às de outros participantes da pesquisa internacional (OECD, 2015).

Apesar de não termos informações mais objetivas a respeito do nível de desempenho dos alunos bolsistas ao longo de seu percurso na educação básica, o número de repetentes e evadidos sugere que muitos desses estudantes possam ter enfrentado algumas dificuldades ao acessar o Ensino Superior. Seja pela qualidade do ensino que receberam, seja como pela trajetória acidentada durante o ensino fundamental ou médio (ZAGO, 2006).

Procuramos também identificar o domínio de línguas estrangeiras por parte dos alunos. A maior parte dos estudantes, 56,9%, declarou estar cursando ou cursado algum curso de idioma. O Inglês apareceu como a língua estrangeira mais familiar entre os bolsistas – aproximadamente 77% deles responderam ter pelo menos o nível básico de fluência, sendo que por volta de 10% o dominavam de forma avançada. Em relação ao Espanhol, esse número foi de 49,3% e apenas 1,4% possuía nível de fluência avançado.

Os dados indicam o predomínio da língua inglesa como principal idioma estrangeiro aprendido entre os estudantes, mas também expressam que o domínio de línguas estrangeiras entre os bolsistas se encontra em nível baixo, possivelmente constituindo-se em um dificultador na formação, continuidade de estudos e inserção no mercado de trabalho. Essa situação está relacionada à baixa formação do ensino de línguas nas escolas públicas (ASSIS-PETERSON e COX, 2007), frequentemente inexistente, bem como às restrições econômicas desses alunos, impossibilitando o ingresso em cursos particulares de idiomas.

Escolhas no acesso ao Ensino Superior

Tabela 20 – Razões para escolher o curso

Resposta	Porcentagem
Foi o curso que consegui com a nota do ENEM	7,24%
Foi o curso em que consegui bolsa do ProUni	15,70%
É um curso que me proporcionará uma inserção no mercado de trabalho	21,18%
É um curso com o qual sempre me identifiquei	33,58%
Meus pais me incentivaram a fazer este curso	6,70%
Os professores do ensino médio me orientaram a escolher este curso	3,34%
A nota do curso no MEC (ENADE) era boa	3,44%
Meus amigos me incentivaram a fazer este curso	3,73%
Já trabalho na área e resolvi me especializar	5,09%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nessa tabela é possível compreender o que foi levado em consideração pelos jovens estudantes na escolha do curso superior. Os respondentes indicaram motivos variados para a escolha do curso, mas a razão mais apontada foi a identificação pessoal com o curso, com 33,5%. Duas outras razões que predominaram entre as respostas foi a inserção no mercado de trabalho que o curso proporcionaria, apontada por 21,1% dos bolsistas, e 15,7% assinalaram que ingressaram no curso por ter sido aquele em que obtiveram a bolsa do Prouni. As escolhas dos cursos pelos bolsistas expressam as estratégias utilizadas por jovens na construção de seus projetos de vida. De forma recorrente, os projetos são construídos por esses sujeitos a partir de seus desejos e interesses (“curso que sempre me identifiquei”) e também por uma análise crítica

do campo de possibilidades (“inserção no mercado de trabalho” e “oportunidade de bolsa”) (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011).

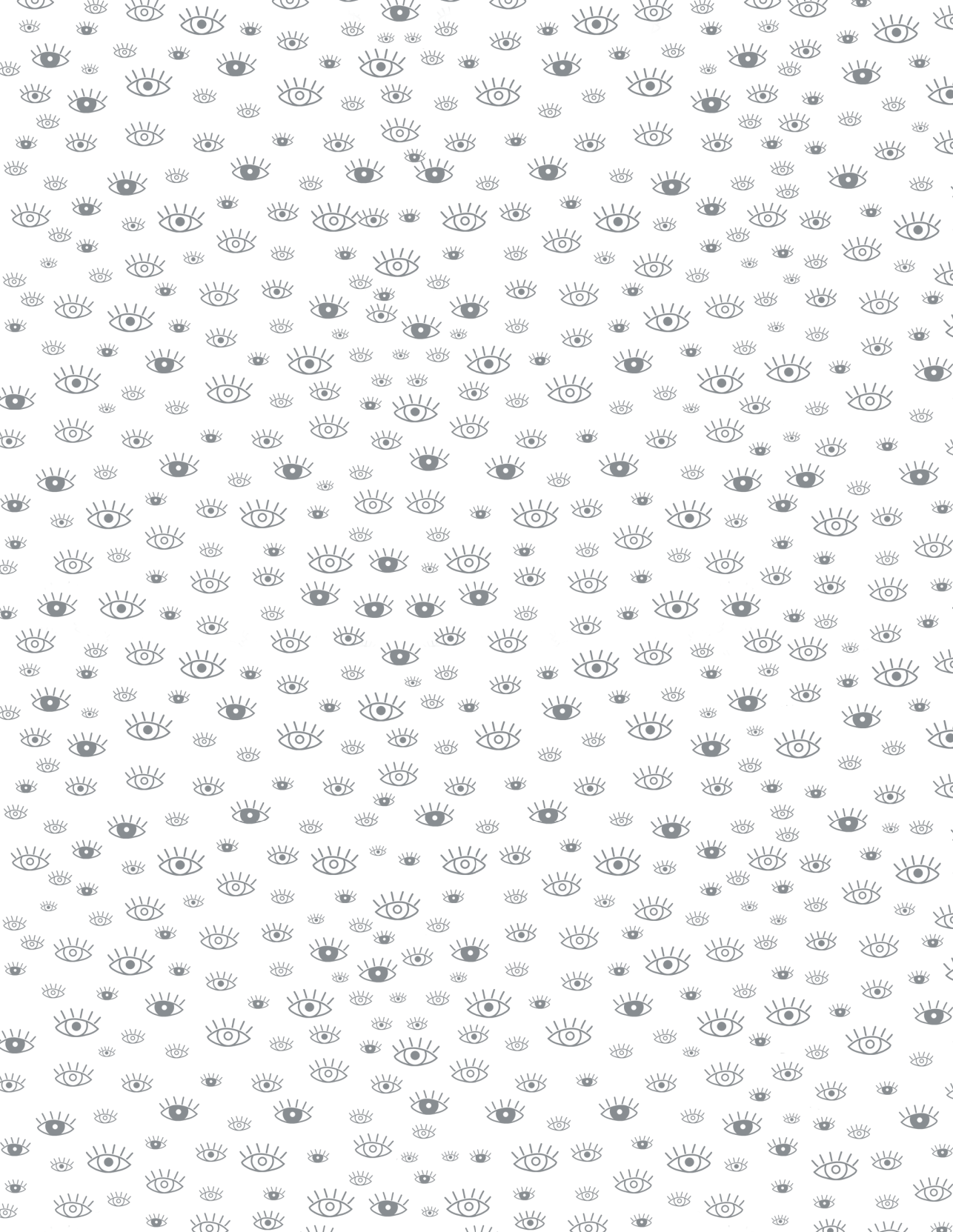
Tabela 21 – Como ficou sabendo do Prouni

Resposta	Porcentagem
Na escola em que estudava	15,94%
Pelos pais	5,16%
Por amigos	9,53%
Meios de comunicação (TV, rádio, jornal)	19,39%
Internet	19,37%
Redes Sociais	9,50%
Pelas universidades (feiras de curso, propaganda)	6,64%
Propaganda oficial do governo	13,97%
Palestras da aliança educativa PUCPR	0,49%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, questionamos também a respeito de como os estudantes tomaram conhecimento e se informaram sobre o Prouni. Seguindo sua crescente importância como fonte de informação, juntas a *internet* e as redes sociais foram os meios mais apontados pelos estudantes, com 28,8%. Contudo, os meios tradicionais de informação – como televisão, rádios e jornais – também parecem ter importância, considerando que 19,3% marcaram essa opção e 13,9% apontaram as propagandas oficiais do governo. Em comum, as opções mais citadas pelos estudantes (*internet*, redes sociais, e propaganda do governo) consistem em formas autônomas e não mediadas de informações sobre o Prouni. A partir desse

dado podemos levantar a hipótese de que os estudantes possuem pouco suporte para se informar sobre o acesso a bolsas no Ensino Superior. Apenas 15,9% deles disseram ter sido informados pelas escolas que frequentavam. Entendemos esse número como irrisório, se levarmos em consideração a função social da escola no processo de formação educacional e profissional. A baixa representatividade de informação adquirida por meio dos pais (5,1%) possivelmente pode ser explicada em decorrência do aspecto já discutido de que muitos desses estudantes representam a primeira geração de suas famílias a acessar o Ensino Superior.



VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: PERCURSOS E PERCALÇOS

Por precisar trabalhar, isto é, por precisar de dinheiro para me sustentar, sou “obrigado” a abdicar de uma série de possibilidades que sonhei quando pensava em fazer um curso superior, como estagiar, se dedicar mais às disciplinas, participar de congressos, frequentar cursos de extensão, participar de grupos de estudos etc. (Estudante do curso de Psicologia, câmpus Curitiba).

Gostaria de poder aproveitar mais as ofertas de intercâmbio, programas culturais e cursos de extensão, mas acabo não fazendo por falta de tempo e dinheiro (Estudante do curso de Direito, câmpus Curitiba).

A experiência estudantil no espaço universitário não se resume às atividades acadêmicas, como assistir às aulas ou realizar provas, mas envolve também interações sociais com colegas, professores e demais funcionários. Tinto (2012), ao tratar do processo de integração estudantil na comunidade universitária,

estabelece que as instituições de Ensino Superior são constituídas por dois sistemas: o acadêmico e o social. Enquanto o primeiro consistiria nos espaços e nas atividades formais (salas de aula, bibliotecas, secretarias etc.), o segundo seria composto pelos contextos e relações informais da vida na instituição (a interação com colegas e professores fora da sala de aula, atividades acadêmicas ou recreativas extraclasse etc.).

Cientes de que a experiência estudantil positiva depende de uma boa integração do aluno nesses dois domínios, neste capítulo abordamos elementos que envolvem a experiência universitária dos bolsistas da PUCPR, procurando apreender tanto seu desempenho acadêmico e suas atividades e práticas desenvolvidas na universidade, como sua percepção a respeito de sua vivência social durante a graduação.

Desempenho e percurso acadêmico

Tabela 22 – Percepção sobre o desempenho acadêmico

Resposta	Porcentagem
Vai muito bem	16,24%
Vai bem	39,61%
Poderia ir um pouco melhor	38,75%
Vai mal	4,41%
Vai muito mal	0,99%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Identificamos a questão do desempenho acadêmico a partir da própria percepção do aluno. 39,6% dos estudantes disse-

ram que iam bem e 16,2% apontaram que iam muito bem. Já 38,7% reconheceram que poderiam ir um pouco melhor nas disciplinas. Somente 5,3% dos bolsistas apontaram que seu desempenho estava ruim ou muito ruim.

Quando questionados sobre as dificuldades vivenciadas no Ensino Superior, 12,1% deles afirmaram enfrentar muitas dificuldades de aprendizagem. Apesar das limitações desses dados, é possível identificar que os estudantes apresentam uma percepção positiva com relação ao aproveitamento de seus estudos. Essa percepção é confirmada por pesquisas que analisaram o desempenho acadêmico de estudantes bolsistas no Brasil, verificando que eles apresentam notas equivalente aos estudantes não atendidos pelo Prouni durante sua formação (FRANKE-NBERG; CÔRTEZ, 2006; MENDONÇA et al., 2015; PUC MINAS, 2006; WAGNER; MELGUIZO, 2017).

Tabela 23 – Número de disciplinas nas quais já foi reprovado

Resposta	Porcentagem
0	65,91%
1	12,21%
2	7,47%
3	6,31%
4 ou mais	8,10%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Continuando a discussão a respeito do rendimento dos estudantes, a tabela apresenta se e em quantas disciplinas eles

foram reprovados durante seu período de formação. Observa-se que 65,9% informaram não ter sido reprovados em nenhuma disciplina e 12,2% apontaram ter tido apenas uma reprovação. São dados que reforçam nossa hipótese de que o percurso acadêmico da maior parte dos bolsistas tem sido satisfatório. Não se pode perder de vista, por outro lado, a situação possivelmente mais preocupante de alguns estudantes, pois 8,1% dos entrevistados disseram ter sido reprovados em quatro ou mais disciplinas.

Tabela 24 – Hábitos de estudos

Resposta	Porcentagem
Aos sábados, domingos e feriados	33,21%
Apenas quando há provas e trabalhos	17,11%
Todos os dias	33,49%
Estudo nos horários das aulas	5,95%
Nos intervalos do trabalho	10,24%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresenta a rotina de estudos dos bolsistas. Encontramos dois resultados predominantes entre os respondentes que expressam dois perfis distintos de estudos. Em primeiro lugar, temos os estudantes que responderam estudar todos os dias, com 33,4%. Em uma proporção muito aproximada, apresentaram-se aqueles que disseram estudar somente aos sábados, domingos e feriados, com 33,2%. Esse quadro possivelmente está relacionado às diferentes condições de tempo para estudar disponíveis aos estudantes. Por um lado, temos

os estudantes que não trabalham ou estão ocupados em atividades com menos horas semanais, possibilitando um estudo diário e mais frequente. Isso se confirma pelo fato de que a maior parte dos alunos que indicaram essa opção não trabalhava (52,9%). Contudo, muitos bolsistas não apenas trabalhavam em tempo integral, como também gastam muitas horas do dia para chegar à universidade, restringindo o tempo disponível para os estudos. Esse último dado ainda é reforçado pelo número de respondentes que costumavam estudar nos intervalos do trabalho, 10,2%.

Podemos apontar, ainda, um terceiro perfil de rotina de estudos, que talvez indique uma relação menos planejada com o curso, considerando que 17,1% disseram estudar apenas quando tinham provas e trabalhos. Percentual que não muda de acordo com a variável de trabalho, sugerindo que efetivamente consiste em um padrão de orientação dos estudos que é independente da condição de ser trabalhador ou não. Uma das dificuldades comuns aos estudantes do Ensino Superior é a formação de hábitos de estudos fora do horário formal dos cursos. Diferente da educação básica, o espaço universitário apresenta uma forma de ensino e de socialização muito mais vinculada à autonomia do sujeito (COULON, 1998). Por essa razão, muitos estudantes encontram dificuldades em organizar e sistematizar o tempo necessário para estudar o conteúdo transmitido na sala de aula.

Como apontado pela análise do perfil social, muitos desses estudantes pertenciam às camadas populares e eram a primeira geração a acessar o Ensino Superior. Por essa razão, muitos deles possivelmente não estavam familiarizados com a lógica escolar do Ensino Superior, em parte por não encontrarem no seio familiar alguns hábitos ou práticas que seriam recursos im-

portantes no percurso universitário, entre elas a organização do tempo e o planejamento dos estudos (THIN, 2006; 2010).

Tabela 25 – Tentativas de mudança de curso

Resposta	Porcentagem
Sim	4,50%
Não	93,47%
Já tentei e não consegui	2,03%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Buscamos entender também um pouco a satisfação dos estudantes com o curso ao longo da graduação, procurando verificar se eles pensaram em mudar de curso. Com relação a esse ponto, apenas 4,5% informaram que mudaram de curso e 2% tentaram mudar depois que ingressaram na instituição. Esse dado é sustentado ainda pelo fato de que encontramos uma baixa proporção de estudantes que disseram ter se arrependido da escolha de curso que efetuaram, somente 3,5%.

Entre os que mudaram, 46,4% explicaram que sempre quiseram fazer um outro curso; sendo essa a resposta também mais frequente entre aqueles que tentaram mudar, 50,7%. Esse dado reflete um movimento presente entre alguns estudantes do Ensino Superior, inclusive os bolsistas, que tentam inicialmente ingressar em determinado curso, para depois buscar uma transferência interna ou externa para outro curso de seu interesse.

Também foram frequentes os pedidos de mudança entre os estudantes que quiseram se transferir após conhecer melhor o curso, sendo 32% para os que mudaram e 42,8% para os que

tentaram mudar. Esse dado expressa as incertezas iniciais na escolha do curso superior e o desafio de muitos jovens na escolha de sua futura profissão (TINTO, 2012). Esse aspecto se torna ainda mais problemático entre jovens pobres que estudam em escolas públicas, pois em muitas situações recebem pouca orientação sobre a continuidade de estudos. Houve casos de estudantes que pediram transferência de curso por não estarem conseguindo acompanhar a formação, 21% dos que mudaram e 6,3% dos que tentaram mudar.

Tabela 26 – Risco de perder a bolsa

Resposta	Porcentagem
Não	77,06%
Sim, por ter sido reconsiderada	4,28%
Sim, em decorrência de reprovação em disciplinas	9,72%
Sim, por questões burocráticas como entrega de documentos, renovação da bolsa, etc.	4,16%
Tranquei o curso para não perder	3,28%
Outras. Qual?	1,50%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, procuramos entender também a relação dos alunos com o recebimento da bolsa. Dos estudantes entrevistados, no total 22,4% disseram ter corrido risco de perdê-la. O medo de perder a bolsa é recorrente em alguns bolsistas, como vemos no relato a seguir: “Sempre sinto muita pressão

por medo de perder a bolsa de estudos. Não conseguiria pagar a mensalidade se a perdesse” (Estudante do curso de Administração, câmpus Curitiba). Segundo normativas do Prouni, o estudante bolsista, para se manter no programa, deverá ser aprovado em, no mínimo, 75% das disciplinas cursadas em cada período (PROUNI, 2015). A maior proporção dos respondentes, 9,7%, disse que o risco de perder a bolsa foi em decorrência de reprovação em disciplinas. Caso o estudante não alcance o rendimento esperado, ele pode apresentar uma justificativa de baixo rendimento para a instituição de ensino, solicitando a reconsideração da bolsa. A reconsideração pode ser feita por até dois semestres, antes da perda da bolsa. Assim, 4,3% dos estudantes disseram ter medo de perdê-la, por já ter sido reconsiderada.

Uma estratégia algumas vezes utilizada pelo estudante, quando percebe que não alcançará o rendimento mínimo do semestre, é de solicitar o trancamento do curso (reabrindo no semestre seguinte). Esse recurso já foi utilizado por 3,2% dos entrevistados. Ainda, 4,1% dos bolsistas afirmaram ter medo de perder a bolsa por questões burocráticas, como o cumprimento de prazo de entrega de documentos no período de matrícula. Vale destacar que aproximadamente 15% dos bolsistas Prouni da PUCPR estão com suas matrículas inativas em decorrência de trancamentos, reconsiderações ou falta de documentação. Com relação aos participantes da pesquisa, apesar de a maior parte ter afirmado não cogitar trancar sua matrícula (69,1%), uma parte significativa pensa nessa possibilidade. Enquanto 25,5% dos entrevistados disse pensar às vezes no trancamento, 5,6% confirmaram pensar seriamente nessa possibilidade.

Participação em atividades extracurriculares na universidade

Procuramos identificar também o percentual de bolsistas que participavam de atividades extracurriculares na universidade. Como observam estudos sobre integração estudantil no Ensino Superior, afiliar-se à instituição frequentemente depende da participação do aluno em atividades para além das aulas e dos exames de avaliação (COULON, 1998).

Questionados especificamente sobre a participação em programas de iniciação científica, 20% deles responderam que integravam ou já haviam integrado algum desses programas. Destes, 75,5% desenvolveram um projeto de pesquisa por um ano e 24,5% estavam no segundo ou terceiro projeto de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 3,1% desses estudantes foram premiados pelo Seminário de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Semic). Se levarmos em consideração o número de projetos Pibic desenvolvidos na universidade, tendemos a acreditar que a porcentagem de bolsistas que os realizavam é relativamente alta. Parte desse fenômeno pode ser compreendido pelo interesse dos estudantes em participar de projetos de pesquisa, ao mesmo tempo, as bolsas oferecidas pelas atividades de iniciação científica podem interessar muitos deles para complementar a renda e arcar com os cursos de sua formação (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012).

De toda forma, como destaca Tinto (2012), um modo eficaz de aumentar as chances de permanência do aluno é promover participação em atividades extracurriculares complementadas

com bolsas, já que além de auxiliar a situação financeira do aluno menos favorecido, permite integrá-lo em outros círculos sociais e acadêmicos do espaço universitário.

Tabela 27 – Participação em atividades universitárias

Atividade	Não Participo porque não fico sabendo	Participo pouco, não é minha prioridade	Participo pouco por causa dos custos envolvidos	Participo pouco por falta de tempo	Participo com frequência, sempre que tenho a oportunidade
Cursos de extensão	34,55%	10,42%	29,03%	19,68%	6,33%
Eventos culturais promovidos pela Universidade	19,31%	21,78%	11,30%	35,31%	12,30%
Semana acadêmica	6,40%	9,14%	9,30%	19,31%	55,84%
Palestras, congressos e eventos científicos	11,03%	7,86%	22,19%	31,80%	27,11%
Atividades do Centro Acadêmico	33,60%	22,40%	5,15%	25,25%	13,60%
Representantes de turma	29,41%	42,62%	1,56%	18,28%	8,13%
Programa de estudo HNB (Habilidades do Núcleo Básico)	42,51%	19,30%	3,61%	23,50%	11,07%
Atléticas	39,88%	38,03%	4,88%	13,70%	3,51%
Coletivos da PUCPR	55,09%	23,26%	2,98%	15,60%	3,07%
Grupos culturais da PUCPR como: Orquestra, Coral, Teatro, Clube de Dança	48,91%	27,78%	3,16%	18,33%	1,82%
Atividades pastorais na PUCPR	34,06%	30,83%	3,07%	25,44%	6,60%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Procuramos também apreender a frequência com que os estudantes participavam de outras atividades realizadas no âmbito da universidade. Os estudantes foram questionados sobre o tipo da atividade frequentada, assim como os possíveis motivos que os impediam de participar de determinada atividade, como falta de interesse ou pouco conhecimento.

A Semana Acadêmica foi a que apresentou maior porcentagem de participação dos estudantes, com 55,8%. A segunda atividade mais recorrente é a participação em palestras, eventos e congressos científicos, com 27,1% de participação. Por outro lado, entre esse último grupo de atividades, muitos dos respondentes apontaram não poder participar por falta de tempo (31,8%) ou pelos custos (22,1%). Outras atividades indicadas como muito frequentadas pelos estudantes são aquelas desenvolvidas pelo centro acadêmico (13,6%), os eventos culturais promovidos pela PUC (12,3%) e os programas de estudos de Habilidades do Núcleo Básico (HNB) (11%).

As atividades com menor índice de participação entre os bolsistas foram os grupos culturais (1,8%), coletivos da PUCPR (3%) e atléticas (3,5%). Nessas três atividades, a falta de informação consistiu no principal motivo da não participação dos estudantes.

Ao calcularmos a média de participação nos diferentes aspectos citados, é importante destacar que apenas 14% dos estudantes participavam regularmente das atividades promovidas *na* e pela universidade. A falta de informação se apresenta como uma das principais justificativas de não participação, com 32%, seguida pelo fato de não ser prioridade naquele momento (23%), falta de tempo (22%) e falta de dinheiro (9%).

Retomando a noção de que o Ensino Superior se constitui como um espaço de formação integral dos sujeitos, tanto acade-

micamente como socialmente, os resultados aqui coletados indicam a necessidade de refletir sobre mecanismos para elevar a participação dos alunos nas atividades extracurriculares orientadas na instituição. Os dados sugerem que muitos dos bolsistas não estão tendo a oportunidade de vivenciar o câmpus em sua integralidade, perdendo a oportunidade de construção de redes de interação e experiências diversificadas.

A elevada participação dos estudantes na Semana Acadêmica reforça a conclusão da importância desse evento na vida estudantil da PUCPR, podendo-se apontar também algumas razões para isso. Diferente de outras atividades, ela é organizada pelos próprios estudantes do curso, cuja participação é gratuita, envolve baixos custos indiretos e ocorre nos horários das próprias aulas. Possivelmente, esses detalhes têm incentivado a participação dos estudantes bolsistas nessa atividade e podem servir para orientar a organização de outras experiências universitárias.

Acrescentamos ainda que uma boa parte dos alunos declarou o desejo de participar dos programas de intercâmbio oferecidos pela universidade (81,6%). Contudo, como vimos no capítulo sobre trajetórias, o domínio de línguas estrangeiras entre os estudantes não é muito elevado, apesar do predomínio de um conhecimento básico do idioma inglês.

Avaliação e percepção a respeito da comunidade universitária

Iniciamos essa seção com uma análise do nível de satisfação geral dos estudantes com alguns componentes da comu-

nidade universitária, como os professores, estrutura física, o ensino e os relacionamentos. De maneira geral, o grau de insatisfação foi baixo em todos os elementos analisados. A estrutura física da universidade foi o requisito com maior proporção de alunos muito satisfeitos, com 33,9%. Em segundo lugar, 22% apontaram o ensino. Em seguida, 18,8% disseram estar muito satisfeitos com os professores e 15,1% com os relacionamentos. A dimensão com mais respostas negativas foi o corpo docente, em que 10,5% dos respondentes disseram estar insatisfeitos e 3,7% muito insatisfeitos.

De forma geral, os dados indicam que os estudantes bolsistas estavam satisfeitos com a PUC e com a formação acadêmica. Talvez o ponto que chama mais atenção seja com relação aos professores, necessitando de análises que esclareçam mais adequadamente a relação dos bolsistas com o corpo docente. De todo modo, muitos estudantes identificaram a PUCPR como uma boa instituição de ensino e relataram estar tendo uma oportunidade de estudar em uma universidade de qualidade. Somente 3,7% dos respondentes apontaram que não se sentiam bem na universidade de modo geral.

Tabela 28 – Percepção de preconceito

Resposta	Porcentagem
Existe um preconceito velado em relação aos estudantes bolsistas	25,10%
Existe um preconceito explícito através de comentários, “piadas” e interação em relação aos estudantes bolsistas	7,16%
Não percebo qualquer forma de preconceito em relação aos estudantes bolsistas	67,73%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma faceta preocupante da implementação das políticas de ampliação do acesso ao Ensino Superior, incluindo o Prouni, é a garantia de que os estudantes atendidos sejam bem acolhidos pelas instituições, tanto pelos professores como pelos próprios colegas estudantes; questão que outros estudos também dedicados ao Prouni investigaram (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012; SANTOS, 2012). Desse modo, procuramos identificar se os estudantes estariam enfrentando situações de preconceito durante seu percurso na universidade. Apesar de a maioria dos respondentes ter apontado que não percebem qualquer forma de preconceito contra os bolsistas (67,7%), uma proporção considerável dos estudantes respondeu perceber ou ter percebido alguma forma de preconceito: 32,2% dos entrevistados. Destes, 25,1% especificaram que existe uma forma de preconceito velado em relação aos estudantes bolsistas, enquanto 7,1% disseram que ele ocorre de maneira explícita, por meio de comentários ou piadas e na própria interação com os alunos atendidos.

Tabela 29 – Percepção sobre o grupo de pessoas que oferecem tratamento diferenciado

Resposta	Porcentagem
Professores	17,77%
Funcionários	10,02%
Outros estudantes	72,21%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Procuramos ainda especificar a fonte desses preconceitos no interior da instituição: originam por parte do corpo docente, dos funcionários ou circulam entre os próprios colegas? Os resultados se concentram no último caso, pois 72,2% dos estudantes que percebem alguma forma de preconceito afirmaram que esse comportamento parte de outros estudantes da universidade. Em seguida, apontaram os professores, com 17,7% e os demais funcionários, com 10%.

Apesar de a maioria dos alunos pesquisados não ter registrado formas de preconceito na universidade, o número dos que se sentiram discriminados de alguma forma é bastante significativo. Além disso, ele apresenta um recorte racial, pois entre os estudantes negros, a proporção dos que responderam perceber situações de preconceito é superior à dos que negaram, alcançando aproximadamente 58% das respostas – 47,3% percebem de modo velado e 10,6%, de maneira explícita. Assim como os demais bolsistas, a principal origem dessa sensação de discriminação vem dos estudantes. Como se trata de um grupo minoritário na universidade, esses dados indicam um risco de ocorrer um isolamento social desses estudantes, elevando os riscos de evasão (TINTO, 2012).

Esses resultados são coerentes com os de Fontele e Crisóstomo (2016), que, por meio de relatos de alunos do Prouni, também identificaram a sensação de preconceito vindo dos próprios colegas e professores. Como a amostra dessa pesquisa é bem superior, esse quadro indica a necessidade de compreender mais adequadamente como os bolsistas vivenciam essa situação, a fim de elaborar um planejamento mais eficaz para lidar com esse problema.



Mobilidade

Moro a aproximadamente 30 km da instituição, em outra cidade; são oito ônibus por dia de ida e volta e quase quatro horas por dia de locomoção, na maioria das vezes carregando, além da bolsa, um computador. Trabalho ainda oito horas por dia e tenho pouco tempo para estudar, para lazer, para dormir; sinto dores por ficar muito tempo de pé no ônibus; na sala de aula minha aprendizagem é afetada pelo cansaço. As sextas-feiras se tornaram os piores dias pois a sensação de exaustão ao findar a semana é péssima (Estudante do curso de Ciências Contábeis, câmpus Curitiba).

A mobilidade urbana se apresenta como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos habitantes das grandes cidades do país. Estudos têm constatado que o tempo de deslocamento das pessoas entre a casa e o trabalho não tem diminuído nos últimos anos, expressando a inadequação do atendimento dos transportes públicos e o aumento dos congestionamentos (RODRIGUES, 2013; SILVA, 2013). Entre os bolsistas do Prouni, pesquisas têm apontado a relevância da questão do transporte entre as dificuldades enfrentadas (FONTELE; CRISÓSTOMO, 2016; OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012).

Para muitos atendidos pelo programa, principalmente entre aqueles que trabalham, os fatores de distância e de transporte influenciam a própria escolha da instituição a ser frequentada (ABDAL; NAVARRA, 2014). Procurando apreender como essa questão se apresenta aos estudantes, discutimos também os meios de transporte utilizados, o tempo diário de deslocamento dos alunos e as dificuldades relacionadas ao trajeto entre a casa e a universidade.

Em primeiro lugar, questionamos como os estudantes se deslocam até a universidade, procurando identificar o meio

utilizado e a frequência com que o usam cotidianamente (os respondentes poderiam selecionar até três respostas, indicando a frequência de uso).

Tabela 30 – Deslocamento

Atividade	Muito frequentemente	Frequentemente	Pouco frequentemente
Ônibus	69,99%	13,40%	16,61%
Veículo próprio	27,18%	14,28%	58,54%
Carona	14,56%	19,85%	65,59%
Bicicleta	8,41%	5,30%	86,29%
Táxi/uber	1,09%	4,60%	94,31%
A pé	25,38%	13,02%	61,60%
Transporte escolar (van)	21,93%	3,18%	74,89%
Veículo da prefeitura	4,50%	1,32%	94,18%
Outro. Qual?	8,99%	2,57%	88,44%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O principal meio de transporte utilizado pelos estudantes foi o ônibus, tendo sido mencionado por 2.896 deles e ainda apontado como a maneira mais frequentemente utilizada de transporte por 70% dos alunos. Em segundo lugar foi a carona, que apresentou 1.889 citações, mas com uma menor frequência, já que 65,5% dos que registraram essa opção apontaram utilizá-la poucas vezes. Esse resultado demonstra a dependência dos alunos bolsistas dos meios de transporte público e do auxílio

ocasional de conhecidos ou amigos para se deslocar para a universidade. Apesar de uma quantidade significativa de estudantes se deslocarem por veículo próprio (1.604) ou por vans particulares (944), os que selecionaram essas opções registraram que as utilizavam com pouca frequência.

Percebemos ainda a baixa frequência dos estudantes que chegam à instituição a pé ou de bicicleta, situação ligada a vários fatores, como a distância da residência à universidade, a falta de segurança e a inadequação das vias para os ciclistas. Com base em relatos fornecidos por universitários brasileiros, Olekszechen e Kuhnen (2016) e Grau (2015) observaram que um dos principais impeditivos do uso de bicicletas entre eles foi a ausência de infraestrutura para o uso desse transporte.

Tabela 31 – Tempo diário de deslocamento

Resposta	Porcentagem
30 minutos	7,05%
1 hora	14,37%
1 hora e meia	15,62%
2 horas	16,34%
2 horas e meia	14,44%
3 horas	14,09%
3 horas e meia	8,73%
4 horas ou mais	9,35%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Perguntamos também a respeito do tempo que os estudantes gastavam com transporte para realizar todas as atividades diárias das quais participavam, como trabalho e a universidade. Se utilizarmos a referência tomada por pesquisadores do Observatório das Metrópoles, do Rio de Janeiro, de que o tempo adequado para o deslocamento entre casa-trabalho seria de até uma hora (Ribeiro et al., 2013), adicionando uma hora para incluir o tempo de deslocamento para a universidade, percebemos que 62,2% dos bolsistas da universidade gastavam mais de duas horas de transporte para todas as suas atividades diárias. Número muito elevado, que provavelmente está ligado ao fato de que boa parte dos estudantes bolsistas eram também trabalhadores, gastando boa parte do tempo diário para se deslocar entre a casa, o trabalho e a universidade, ou viviam também em outras cidades, o que pode resultar em um tempo de deslocamento muito maior.

Os problemas de transporte presentes na rotina do estudante bolsista da PUCPR ficam um pouco mais claros com os resultados de duas questões referentes aos desafios experimentados pelos respondentes durante sua trajetória acadêmica. Na primeira, perguntamos quais as principais dificuldades experienciadas pelos alunos em seu percurso na universidade. Nela, 27,1% dos estudantes registraram que tiveram muita ou extrema dificuldade com transportes, sendo que 40% apontaram ter alguma dificuldade. Na segunda, apresentamos uma série de frases a respeito de dificuldades cotidianas da vivência universitária e questionamos com quais eles mais se identificavam. Nela, 32,6% destacaram enfrentar grandes dificuldades de mobilidade (como transporte, preço de estacionamento etc.). Portanto, percebe-se como a questão do transporte constitui parte

importante dos desafios experimentados pelos sujeitos ao longo de seu percurso estudantil, como expressado por essa aluna: “A maior dificuldade que tenho é financeira e falta de tempo para me dedicar ainda mais aos meus estudos. Gosto muito da universidade, mas é de difícil acesso, preciso pagar quatro passagens de ônibus para me deslocar até a universidade [...]” (Estudante do curso de História, câmpus Curitiba).

Os dados sobre mobilidade indicam um problema sério vivenciado pelo estudante bolsista da PUCPR – provavelmente presente em outros contextos universitários do país. Um tempo muito elevado de deslocamento significa menos tempo para estudos e descanso, afetando as condições de permanência no curso. Acrescenta-se o fato de que alguns desses estudantes são trabalhadores, dividindo ainda mais o tempo disponível para frequentar regularmente as disciplinas, bem como estudar fora do tempo regular da universidade – algo extremamente importante no Ensino Superior (COULON, 1998). Novamente, levantamos a necessidade de reflexão dos agentes envolvidos nas políticas de acesso ao Ensino Superior a respeito não somente da abertura das oportunidades de ingresso à universidade, mas também das condições de permanência dos estudantes, entre elas, o transporte.

Saúde, alimentação, cultura e lazer

No nosso câmpus, Toledo, não há nenhuma atividade cultural no sentido de: oficina de teatro, oficina de dança... E também não há nenhum tipo de lazer esportivo (piscina, quadras). Sinto muita falta de um R.U. (restaurante universitário) com um preço acessível como há em faculdades públicas, em que fosse possível, para

eu comer todos os dias (Estudante do curso de Direito, câmpus Toledo).

Tenho problemas de saúde, tais como ansiedade e depressão, o que dificulta muito a realização de trabalhos, provas e até de comparecer às aulas (Estudante do curso de Jornalismo, câmpus Curitiba).

As pesquisas sobre os estudantes Prouni, assim como muitas pesquisas sobre a escola e educação, tendem a focar suas análises na condição de estudante desses sujeitos (ARROYO, 2009). Os dados abordam aspectos como aprendizagem, aprovação e reprovação nas disciplinas e participação nas aulas. Nesse olhar, outras dimensões da vida dos estudantes são deixadas de lado, não compreendendo os sujeitos em sua totalidade.

Neste estudo, buscamos tentar conhecer os jovens para além de sua condição de aluno, visando analisar sua vivência juvenil em suas múltiplas dimensões (DAYRELL, 2003). Nesse sentido, discutimos a vida social desses estudantes para além do ambiente universitário, dedicando-nos às dimensões da cultura, da saúde e da alimentação.

A falta de acesso a bens culturais e de lazer para a população jovem pobre, seja pelos custos envolvidos ou pela ausência de equipamentos de cultura e lazer nas periferias (DAYRELL, 2016) é amplamente discutida nas pesquisas sobre a juventude pobre brasileira. Da mesma forma, nos últimos anos, o tema da saúde vem sendo pauta de reflexão entre a população juvenil. Aspectos como a diminuição das práticas esportivas, má alimentação e fatores estressores da vida cotidiana vêm antecipando para essa população problemas de saúde que em outras épocas eram recorrentes apenas a partir da vida adulta.

Tabela 32 – Hábitos culturais

Resposta	Porcentagem
Frequento esses lugares com certa regularidade	21,00%
Frequento pouco, por falta de tempo	27,38%
Frequento pouco, por falta de dinheiro	47,76%
Frequento pouco, por falta de informação	1,77%
Não me interessa	2,09%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresenta a frequência de participação dos respondentes em atividades de cultura e lazer, como teatros, parques e cinema. 21% dos estudantes disseram frequentar espaços culturais com certa regularidade. Entre os que frequentam pouco, o principal motivo apontado foi a falta de dinheiro, selecionado por 47,8% deles. A falta de tempo também foi indicada por uma boa parte dos estudantes, alcançando 27,3% das respostas. Importante destacar que apenas 2,1% dos estudantes disseram não ter interesse em atividades culturais e 1,8% disseram não participar por falta de informação.

Ao pensarmos a formação integral do estudante universitário, reconhecemos como baixa a taxa de 21% desses jovens frequentando com regularidade espaços culturais como teatros, museus e parques. Observando as razões expostas pelos respondentes, vemos que, assim como a condição financeira precária e a falta de tempo podem afetar o percurso universitário dos alunos, elas também prejudicam sua vivência de lazer e cultura para além do ambiente universitário. Os dados aqui apresenta-

dos ratificam um aspecto amplamente trabalhado nos estudos sobre juventude que consiste no baixo acesso a bens culturais, principalmente pela parcela jovem da população.

Por outro lado, pode-se problematizar a dimensão econômica como justificativa de não participação, tendo em vista a existência de atividades culturais gratuitas disponíveis nas cidades e dentro da própria universidade. Desse modo, pode-se cogitar que muitos estudantes não tenham informações a respeito da ocorrência de muitos eventos culturais nesses espaços. Como apontado no capítulo 7, vimos que muitos alunos responderam não tomar conhecimento de atividades de lazer e cultura que ocorrem no dia a dia na universidade.

Saúde

Tabela 33 – Cuidados com saúde

Resposta	Porcentagem
Vou ao médico e faço exames de forma regular	20,72%
Vou ao médico e faço exames menos do que gostaria, por falta de tempo	25,99%
Vou ao médico e faço exames menos do que gostaria, por falta de dinheiro	36,46%
O cuidado com a saúde não é uma prioridade para mim agora	16,82%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação aos cuidados com a saúde, apenas 20,7% dos estudantes disseram ir ao médico e fazer exames de forma regular. Dos motivos apresentados pelos estudantes para não ter os cuidados regulares com a saúde, novamente se destacam os motivos financeiros, já que 36,5% justificaram dessa forma. Em

seguida, 26% indicaram a falta de tempo e 16,9% responderam que a saúde não é uma prioridade para eles no momento.

Tabela 34 – Forma de acesso à saúde

Resposta	Porcentagem
Posto de saúde, UPA	61,53%
Hospitais	7,76%
Convênio médico	27,34%
Médicos e clínicas privadas	3,37%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Buscamos detalhar essa questão perguntando quais os meios acessados pelos alunos quando necessitam de atendimento médico. Para 61,5%, os postos de saúde ou de pronto atendimento eram a forma mais utilizada pelos bolsistas. Em segundo lugar, estavam aqueles capazes de arcar convênios de saúde, opção apontada por 27,3%. Trata-se de um percentual próximo do número de indivíduos no Brasil que possui algum plano de saúde (28,9%) (IBGE, 2013). Alcançando proporções muito baixas, hospitais (7,7%) e médicos e clínicas privadas (3,3%), esse quadro expressa a dependência desses estudantes do serviço público de saúde.

Desse modo, os dados referentes à saúde reforçam a discussão feita em relação aos aspectos culturais. Os jovens bolsistas, de forma geral, apresentam poucos cuidados com a saúde, em grande medida por motivos econômicos e de tempo, já que um percentual mais baixo apontou que esse assunto não seria prioridade. Além disso, assim como a educação, utilizam principalmente os serviços públicos de saúde.

Alimentação

Tabela 35 – Local de almoço

Resposta	Porcentagem
Almoço em casa	47,60%
Trago comida de casa na PUC, no estágio ou trabalho	26,03%
Almoço regularmente nos restaurantes da PUC	4,34%
Almoço em restaurantes próximos da PUC ou do estágio/trabalho	13,60%
Não almoço	8,44%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 36 – Local de jantar

Resposta	Porcentagem
Janto em casa	52,11%
Trago comida de casa na PUC, no estágio ou trabalho	13,54%
Janto regularmente nos restaurantes da PUC	6,80%
Janto em restaurantes próximos da PUC ou do estágio/trabalho	1,37%
Não janto	26,17%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, questionamos os estudantes prounistas onde costumam almoçar (estudantes que estudam no turno diurno ou integral) e jantar (os que estudam no turno noturno).

Parte significativa dos estudantes relatou almoçar (47,6%) e jantar (52,1%) em casa. Por sua vez, também era bastante frequente trazer comida de casa, almoçando (26%) ou jantando (13,5%) na PUC, estágio ou trabalho. 13,6% disseram que almoçavam e 1,3% que jantavam em restaurantes próximos à PUC estágio/trabalho. 4,3% disseram almoçar e 6,8% jantar nos restaurantes da PUC. Também chamam a atenção aqueles alunos que disseram que não almoçam (8,4%) ou não jantam (26%) regularmente.

A alimentação de qualidade consiste em um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes bolsistas, seja pelo custo, seja pelo tempo para comer. Muitos estudantes relatam ter dificuldade de arcar com os custos de alimentação, principalmente aqueles que ficam grande quantidade de tempo fora de casa. Ligado a isso, destaca-se a quantidade significativa de estudantes que trazem comida de casa. Reflexo dos altos custos da alimentação nos restaurantes e lanchonetes, muitos estudantes acabam por optar em trazer lancheiras ou marmitas para se alimentar na PUC ou no estágio/trabalho. Articulando com a discussão anteriormente feita sobre saúde, é importante levar em conta que muitas vezes as opções alimentares mais saudáveis têm custo maior, como destaca esse estudante: “Os restaurantes são muito caros. Os mais baratos não têm comida saudável (Estudante de História, câmpus Curitiba).

Considerações finais sobre acesso e permanência

O modelo educacional deveria ser diferente. Com o aluno imerso em tempo integral na universidade, tendo aulas, grupos de estudos, prática de esportes ou oficinas técnicas e que agregam ao conhecimento adquirido na graduação. Com mais empresas em parceria com a escola e núcleo de pesquisas para o desenvolvimento tecnológico (Estudante do curso de Administração, câmpus Curitiba).

Se eu não precisasse trabalhar ou pudesse trabalhar menos tempo, tendo acesso à bolsa permanência ou outros projetos de iniciação científica remunerados, por exemplo, acredito que a minha produtividade seria potencializada, equilibrando também com a problemática financeira (Estudante do curso de Direito, câmpus Londrina).

Entendemos que esta publicação nos auxilia a ampliar o olhar sobre os estudantes Prouni na PUCPR. Ao analisarmos os dados constatamos que se trata de estudantes, em sua maioria, jovens, pobres e muitas vezes representantes da primeira geração a acessar o Ensino Superior. Muitos deles trabalham, responsabilidade essa que se soma às suas atividades diárias de aulas, estágios obrigatórios e deslocamentos pela cidade.

Amplamente discutidas durante a publicação, muitas são as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, como as passagens de ônibus, a alimentação, a compra de materiais e realização de cópias etc. Boa parte dessas dificuldades têm em comum o aspecto financeiro. Já outros desafios perpassam outras dimensões, como a percepção de situações de preconceito, o não aproveitamento integral das atividades oferecidas na comunidade universitária, ou os desafios de acompanhar disciplinas que exigem um conhecimento prévio muitas vezes não adquirido na educação básica.

Em algumas das questões analisadas, fica a sensação do estudante de não estar vivenciando sua formação de maneira plena, não conseguindo participar de pesquisas, grupos de estudos, cursos de extensão, palestras, cursos de línguas, entre muitas outras. Nessas dificuldades, a tríade de falta de tempo, falta de dinheiro e falta de informação se articulam nos impedimentos vivenciados por esses sujeitos.

Nos desafios enfrentados por esses jovens, os cuidados com a saúde, as atividades de lazer e as vivências culturais ficam em segundo ou terceiro plano. O resultado é que aspectos fundamentais para uma formação integral são deixados de lado. Perante tantos desafios, as taxas de evasão e desistência são significativas.

Inclusão

Tabela 37 – Se frequentaria algum curso universitário caso não fosse bolsista Prouni

Resposta	Porcentagem
Sim	14,87%
Não	39,88%
Difícilmente estaria cursando	45,25%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar dos desafios aqui discutidos, é importante demarcar o caráter inclusivo do Prouni. Apenas 14,8% dos bolsistas entrevistados disseram que estariam cursando o Ensino Superior se não tivessem a bolsa. 45,2% disseram que dificilmente esta-

riam cursando e 39,8% disseram que não estariam matriculados em uma faculdade, se não fosse pelo Prouni. Esse dado expressa que a bolsa tem garantido o acesso de grande parte dessa parcela jovem à universidade.

Tabela 38 - Expectativas após conclusão da graduação

Resposta	Porcentagem
Não continuar os estudos	1,83%
Continuar estudando e fazer outro curso de graduação	12,39%
Continuar estudando e fazer uma especialização	48,27%
Continuar estudando e fazer mestrado	37,51%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro dado interessante consiste no fato de que menos de 2% dos entrevistados disseram não ter pretensão de continuar os estudos após a conclusão da graduação. 48,2% disseram ter interesse em fazer uma especialização e 37,5% afirmaram ter interesse em continuar os estudos em nível de mestrado. Houve também aqueles que afirmaram que irão fazer outro curso de graduação (12,3%). O interesse na continuidade de estudos fica expresso na fala dessa estudante recém-formada: “Acabei de concluir meu curso, me formei em junho/2016 e fui extremamente feliz e satisfeita estudando na PUCPR. No próximo ano pretendo iniciar um curso de especialização...”.

Ao mesmo tempo, apesar dessas e de muitas adversidades, entendemos que o Prouni tem aberto as portas para uma parcela significativa da população jovem brasileira, que sem o programa não estaria cursando o Ensino Superior. Mesmo com

tantas dificuldades, muitos estudantes têm se formado, conseguido uma inserção profissional decorrente de sua graduação e, em muitos casos, feito planos futuros que se articulam a uma perspectiva de formação continuada.

A universidade precisa ser repensada

Com frequência, ao se discutir a respeito da realidade social dos estudantes bolsistas no Ensino Superior, corre-se o risco de cair em concepções que assumem somente o ponto de vista institucional, entendendo que cabe somente aos próprios alunos se adaptarem aos padrões tradicionais de ensino da universidade, percebida como uma instituição estanque, naturalizada.

Neste trabalho, assumimos um olhar diferente. Entendemos que o Ensino Superior, assim como a educação de forma geral, deve estar em constante transformação. Como discutido ao longo do livro, o Ensino Superior nacional (tanto no setor privado como no público) tem recebido nos últimos anos grupos de estudantes com perfis sociais muito diferentes daqueles a que a tradição universitária se adaptou. Em sua maioria vindos das camadas populares, são alunos que se veem obrigados a conciliar estudos e trabalho, vindos de cidades ou estados distantes e, pelas dificuldades materiais, encontram restrições para o tempo de estudar, de se alimentar, de usufruir de atividades culturais e de lazer. Por virem também das escolas públicas de educação básica, que apresentam insuficiências quanto à infraestrutura, estabilidade do corpo docente, entre outras, esses estudantes ingressam na universidade com dificuldades de acompanhamento do conteúdo acadêmico.

Compreendendo esse contexto, a inserção de novos perfis de estudantes no Ensino Superior, sejam eles bolsistas ou não,

nos instiga a repensar a própria instituição (ARROYO, 2012). Mesmo que o enfoque desta publicação tenha sido o perfil dos bolsistas Prouni, abordamos realidades que possivelmente são compartilhadas por outros estudantes da própria PUCPR, bem como de outros contextos universitários do país.

Apesar dos avanços educacionais significativos alcançados nos últimos anos, não podemos negar a persistência de sérios desafios para realizar uma concreta democratização do acesso ao Ensino Superior brasileiro. Um primeiro ponto se refere ao fato de que permanece uma sub-representação de alunos negros atendidos pelo programa com relação à proporção dessa população no estado. Isso reforça as observações de que as barreiras raciais de acesso ao Ensino Superior ainda são muito significativas (VALLE SILVA; HASENBALG, 2000), reforçando a necessidade de oferecer uma política que inclua o acesso desses estudantes nas instituições privadas por meio do Prouni.

Um segundo desafio se refere ao fato de o Ensino Superior não ser capaz de prescindir de mecanismos que garantam condições de permanência aos bolsistas. Vários aspectos dificultam a conclusão do processo de formação acadêmica desses estudantes. Um deles consiste nos custos para se manter durante a graduação. Apesar de ingressarem em universidades públicas ou receberem bolsas totais para as particulares, a graduação apresenta muitos gastos indiretos, como despesas com transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, livros e fotocópias. Por não conseguirem arcar com elas, muitos acabam optando pelo trancamento ou mesmo pelo abandono do curso. Apesar de o Prouni prever a possibilidade de fornecer bolsas de permanência, elas estão restritas aos cursos de tempo integral e têm um valor ainda baixo para custear as necessidades dos alunos ao longo do curso.

Além da questão financeira, há problemas de adaptação, relacionamento com professores e colegas e sentimento de inferioridade, principalmente pela discriminação por serem bolsistas (FONTELE; CRISÓSTOMO, 2016; OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012; SANTOS, 2013). Como abordamos ao longo do trabalho, muitos estudantes beneficiados pelo programa representam a primeira geração da família a ingressar no Ensino Superior, podendo enfrentar dificuldades adicionais por serem menos familiarizados com o contexto universitário. Assim, não apenas questões materiais se impõem aos estudantes bolsistas, mas até mesmo de sociabilidade e adaptação às instituições.

Verificamos também que dificuldades de aprendizagem caracterizam o percurso acadêmico de muitos bolsistas, repercutindo não apenas no desafio de ser aprovado nas disciplinas, como também na constituição de hábitos de estudos. Vindos das camadas populares, muitos desses alunos estão pouco familiarizados com a lógica escolar do Ensino Superior (THIN, 2006). Tendo realizado a maior parte de sua trajetória escolar na educação pública, estão despreparados academicamente para um currículo que pressupõe certos conhecimentos que não foram adquiridos por esses estudantes na educação básica. Esse é um desafio comum a todo sistema de Ensino Superior que se expande. Como observa Coulon (1998), situação semelhante foi identificada no contexto francês ao longo de sua expansão na década de 1990. Assim, ele propõe a formulação de programas ou oficinas extracurriculares que procurem não apenas auxiliar a aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, mas também ensinar o estudante a *aprender*, isto é, elaborar estratégias de organização do tempo, de seleção e interpretação do conteúdo, aperfeiçoamento da escrita etc.

Em meio a tantas faltas (tempo, dinheiro, base de conteúdos, cultura, saúde), observadas durante a pesquisa e a con-

vivência com os estudantes bolsistas, foi possível constatar a postura ativa desses jovens na tentativa de superação das dificuldades. Organizam grupos de carona, tiram fotos com o celular dos textos que não têm dinheiro para copiar em papel, trazem comida de casa pedindo para esquentar nas lanchonetes da faculdade, estudam em pé nos ônibus, moram “de favor” na casa de amigos ou parentes, entre muitas outras. No contexto de uma política pública que não oferece recursos suficientes para a permanência desses sujeitos, eles se desdobram em estratégias na tentativa de tirar o melhor proveito de sua formação.

Tabela 39 – Serviços que contribuem com a permanência

Resposta	Porcentagem
Bolsas permanência	25,51%
Creche Universitária	1,51%
Casa do Estudante	5,40%
Restaurante Universitário	19,72%
Auxílio Transporte	18,25%
Estacionamento mais barato	6,81%
Cotas de impressão e xerox	9,85%
Participação do PIBIC	12,95%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Indagamos os próprios participantes da pesquisa sobre quais serviços contribuíram para a permanência estudantil. Confirmando um dos pontos centrais deste trabalho, a maior

parte dos bolsistas apontou que a bolsa permanência constituiria um mecanismo importante para garantir a graduação, com 25,1% das respostas. Logo depois, temos o restaurante universitário, com 19,7%, e auxílio transporte, com 18,2%. Desse modo, o ponto de vista dos alunos confirmou algumas das análises realizadas ao longo deste trabalho. Por virem das camadas populares, os custos indiretos do curso representam uma fonte considerável de dificuldades para os bolsistas, fazendo com que os serviços vinculados a algum tipo de assistência financeira sejam percebidos como importantes para a permanência. Ressalta-se, por outro lado, o percentual considerável de estudantes que assinalou os programas de iniciação científica como um meio eficaz de permanência, reafirmando a importância dessas atividades que vão além do aspecto econômico da vida estudantil na universidade.

Por tudo isso, pensamos que a universidade deve atentar às necessidades dos estudantes, procurando se adaptar às transformações sociais que alcançam o espaço universitário. Mas instituir mudanças necessárias para se tornar uma instituição mais inclusiva não é uma tarefa simples. Modificações institucionais estão sujeitas a influências sociais externas, dependem da aprovação em instância da instituição e superiores, esbarram em aspectos legais e orçamentários e necessitam também de planos estratégicos para serem aplicadas (TINTO, 2012).

Boas práticas

Cientes de que experiências bem-sucedidas devem ser sistematizadas e difundidas, buscando ampliar a garantia do direito à educação superior para a população jovem brasileira, divul-

gamos no site da publicação (<http://observatoriodasjuventudes.pucpr.br/advocacyprouni/>) algumas experiências de “boas práticas” (*Advocacy*) desenvolvidas na PUCPR, que, a partir de nossa avaliação, têm trazido contribuições positivas para o acesso e permanência de estudantes bolsistas e não bolsistas na instituição. Esses programas estão longe de serem soluções definitivas, necessitando de constantes avaliações e modificações a partir da análise dos resultados — objetivo desta pesquisa. De toda maneira, pretendemos contribuir com a discussão a respeito dos possíveis mecanismos institucionais que podem auxiliar a efetivação prática de políticas como o Prouni.

Referências

ABDAL, A.; NAVARRA, J. Uni por uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa: Deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do Prouni no Ensino Superior privado. *Novos Estudos-Cebrap*, n. 99, p. 65-87, 2014.

ALMEIDA, W. M. Os herdeiros e os bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 130, 2015.

ALON, S.; DIPRETE, T. A. Gender differences in the formation of a field of study choice set. *Sociological Science*, v. 2, p. 50-81, 2015.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 4, n. 7, p. 49-82, 2016.

ARROYO, M. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espacos educativos*. Porto Alegre: Penso Editora, 2012. p. 33-45.

ASSIS-PETERSON, A. A.; COX, M. I. P. Inglês em tempos de globalização: para além de bem e mal. *Calidoscópico*, v. 5, n. 1, p. 5-14, 2007.

BARRETO, A. A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, n. 6, 2014.

BOLSISTAS do Prouni têm bom desempenho na PUC Minas. 13 mar. 2006. [S. l.]: *Universia Brasil*. Início. Notícias. Mobilidade, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Manual do Bolsista Prouni*. 2015. Brasília: MEC/Sesu/Dipes – Coordenação Geral de Projetos Especiais para a Graduação, 2015 Disponível em: <http://prouni-portal.mec.gov.br/images/pdf/manual_bolsista_prouni.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*, 1, 30 ago. 2012. Seção p. 1.

CARVALHO, M. P. de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 185-193, 2003.

COULON, A. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: Edufba, 2008.

DO VALLE SILVA, N.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, v. 43, n. 3, 2000.

FACHIN, P. Desvinculação religiosa entre os jovens é maior do que a adesão ao pentecostalismo. Entrevista especial com Silvia Fernandes. São Leopoldo/RS: Portal do Instituto Humanitas Unisinos. *Entrevistas*. 25 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566902-desvinculacao-religiosa-entre-os-jovens-e-maior-do-que-a-adesao-ao-pentecostalismo-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

FELICETTI, V. L.; FOSSATTI, P. Alunos Prouni e não Prouni nos cursos de licenciatura: evasão em foco. *Educar em Revista*, n. 51, 2014.

FERNANDES, D. C. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. *Prêmio Ipea 40 anos. Ipea-Caixa 2004*. Monografias premiadas. Brasília: Ipea, 2004.

FONTELE, T. L. L.; CRISÓSTOMO, V. L. Prouni – pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 21, n. 3, 2016.

FRANKENBERG, C. L.; CÔRTEZ, H. S. O impacto do Prouni sobre a universidade: levantamento e diagnóstico preliminar do rendimento de alunos da primeira turma a ingressar sob essa modalidade de seleção, nos cursos de engenharia da PUCRS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA (COBENGE), 34. Passo Fundo: *Anais....* Ed. Universidade de Passo Fundo, set. 2006.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Portal QEdu*. Disponível em: <<http://qedu.org.br>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GODOY, E. V.; ALMEIDA, E. de. A evasão nos cursos de Engenharia e a sua relação com a Matemática: uma análise a partir do COBENGE. *Educação Matemática Debate*, v. 1, n. 3, p. 339-361, 2017.

GRAU, R. I. *Mobilidade cicloviária em viagens a campi universitários* — estudo de caso. 2015. 92p Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Educação e deslocamento: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde*. 2013. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9162&t=destaques>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*: 2016. Rio de Janeiro: IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*: 2017. Rio de Janeiro: IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da educação superior 2016 – Principais resultados*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ISHITANI, T. T. A longitudinal approach to assessing attrition behavior among first-generation students: Time-varying effects of pre-college characteristics. *Research in higher education*, v. 44, n. 4, p. 433-449, 2003.

JAHN, G. M.; DELL'AGLIO, D. D. A religiosidade em adolescentes brasileiros. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 9, n. 1, p. 38-54, 2017.

MENDONÇA, C. M. C. et al. Políticas de acesso à educação superior e desempenho de alunos bolsistas: O caso de uma universidade privada de Natal/RN. *RAUnP*, v. 7, n. 2, p. 15-29, 2015.

NOGUEIRA, C. M. M.; NONATO, B. F.; FLONTINO, S. D.; RIBEIRO, G. M. Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação em Revista*, v. 33, 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Brasil. Resultados Principais, Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_brazil_prt.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

OLEKSZECHEN, N.; KUHNEN, A. Barreiras e facilitadores no uso da bicicleta como meio de transporte entre universitários. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 13, n. 2, p. 119-140, 2016.

OLIVEIRA, M. A. M.; CONTARINE, M. L. M.; CURY, C. R. J. Prouni: análise de uma política pública no âmbito da PUC Minas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 28, n. 1, 2012.

PASCARELLA, E. T. et al. First-generation college students: Additional evidence on college experiences and outcomes. *The Journal of Higher Education*, v. 75, n. 3, p. 249-284, 2004.

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. et al. (Orgs.) *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

RIBEIRO, L. C. de Q.; KAZTMAN, R. (Orgs.) *A cidade contra a escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2008.

RIBEIRO, L. C. de; KOSLINSKI, M. C. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. *EURE (Santiago)*, v. 35, n. 106, p. 101-129, 2009.

RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; DE QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César. *Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI*. Letra Capital Editora LTDA, 2013.

ROCHA, C. S.; VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão de bolsistas Prouni de cursos de licenciaturas em uma universidade privada. In: *Congressos CLABES*, 2016.

RODRIGUES, J. M. Mobilidade urbana. In: RIBEIRO, L.C. de Q.; RIBEIRO, M. G. *IBEU: índice de bem-estar urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 40-46.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001.

SANTOS, C. T. Ações afirmativas no Ensino Superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do Prouni na PUC-Rio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 93, n. 235, 2013.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 944-968, 2015.

SILVA, É. T. Dinâmica populacional e migrações nas regiões metropolitanas nos anos 2000. In: RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia Gonçalves; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI*. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, 2013. p. 5967-5979.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, v. 43, n. 3, 2000.

THIN, D. Famílias populares e instituição escolar: entre autonomia e heteronomia. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. SPE, p. 65-77, 2010.

THIN, D. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 211, 2006.

TINTO, V. *Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S.M.R., (Org.). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [on-line]*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145-168.

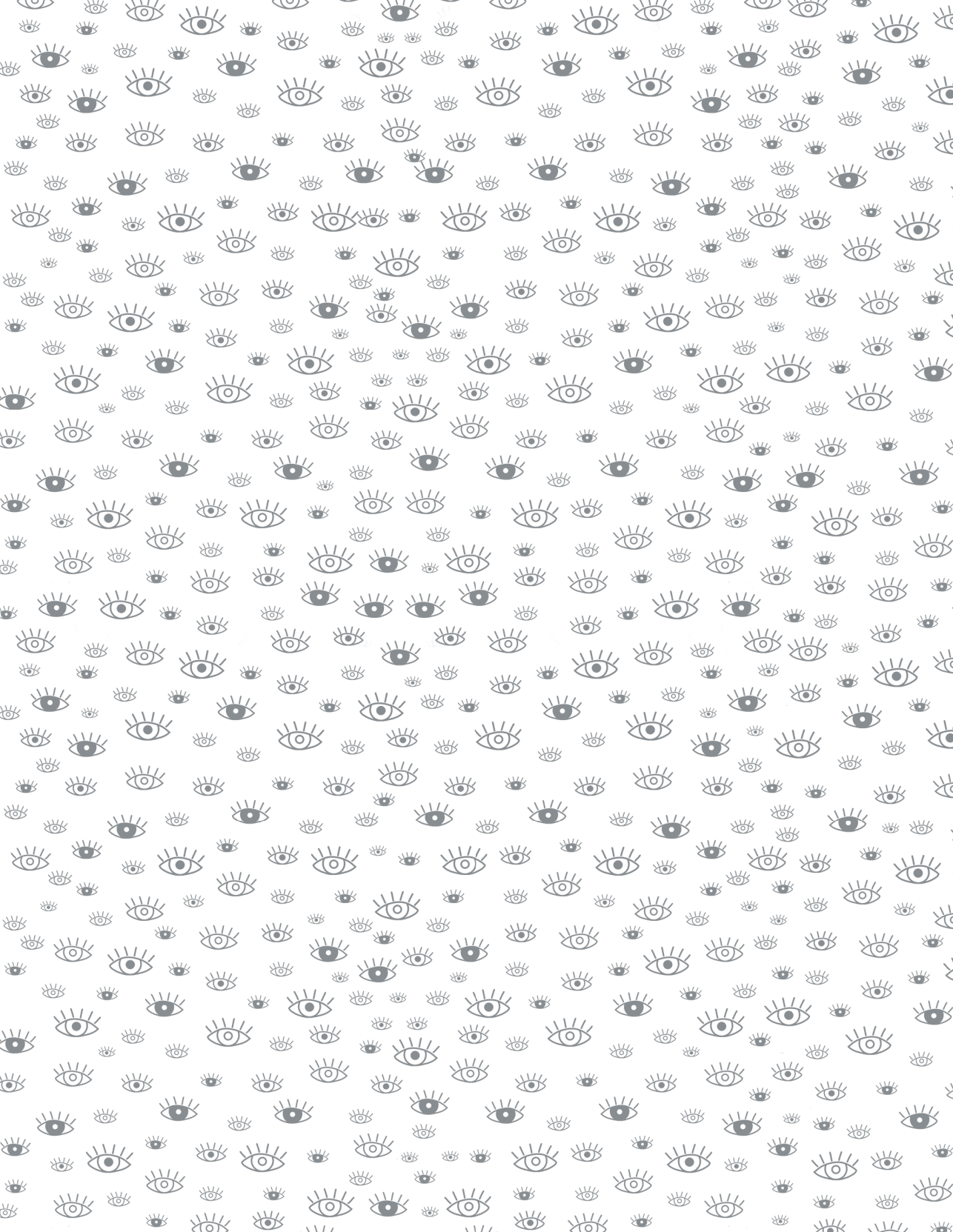
VIEGAS, A. Cresce o acesso da pessoa com deficiência ao Ensino Superior no país. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/cresce-o-acesso-da-pessoa-com-deficiencia-ao-ensino-superior-no-pais.html>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

VILLASENOR, R. L. Crise institucional: os sem religião de religiosidade própria. *Revista Nures*, n. 17. 2011.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no Ensino Superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 2017.

XAVIER, F. P.; ALVES, M. T. G. Níveis de desempenho escolar evidências de exclusão educacional. *Revista Argumentos*, v. 12, n. 1, p. 107-136, 2017.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, 2006.



PARTE II

ALIMENTAR-SE OU EDUCAR-SE: DIREITOS E PRIVAÇÕES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Caroline Filla Rosaneli¹

Natan Monsores de Sá²

¹ Pos-doutora em bioética pela UnB. Docente do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR.

² Doutor em Bioética. Docente do Programa de Pós-graduação em Bioética da UnB.

A mente e o corpo obedecem a regimes alimentares próprios, cada qual com suas carências e necessidades. Ambos podem padecer de fome. A educação e a cultura saciam a fome da mente. E para o corpo, deve haver provisão de comida. Educar-se e alimentar-se são Direitos Humanos que deveriam permanecer indissociáveis. Uma mente sã depende de um corpo sã. Uma mente nutrida carece de um corpo nutrido. Para educar-se, um estudante precisa ter providas suas necessidades básicas, entre elas, ter acesso à alimentação adequada.

Na instrução elementar, que é obrigatória, a merenda escolar supre – pelo menos em teoria, já que há uma gama de problemas relacionados à sua provisão – as necessidades dos estudantes (BEZERRA, 2009). Mas, à medida em que se progride para séries mais avançadas, os estudantes ficam à mercê do alimento que têm em sua casa. E, em contextos de pobreza e exclusão social, isso pode significar privação. A comida que falta no prato implica em baixo rendimento escolar (MALTA, GOULART, COSTA, 1998).

A vulnerabilidade no que tange à alimentação não é exclusiva ao ensino elementar ou fundamental. A recente abertura do acesso à vida universitária para populações de baixa renda, mediante políticas públicas inclusivas, estende a questão da privação e da fome para os bancos universitários. Os custos para se manter no Ensino Superior vão além dos valores de mensalidade. Há despesas com transporte, material didático, moradia e, obviamente, alimentação. A permanência na universidade depende de certo equilíbrio entre tais aspectos orçamentários.

A principal política brasileira voltada para acesso, permanência e inclusão de estudante de baixa renda no Ensino Superior é o Prouni, que tem permitido que segmentos histórica e socialmente vulneráveis tenham a chance de graduar-se numa carreira

universitária. Esse programa foi criado pela Medida Provisória nº 213, de 2004, sendo institucionalizado pela Lei nº 11.096, de janeiro de 2005. Trata-se de uma política de ação afirmativa, que envolve ações em contrapartida por parte do Estado brasileiro (renúncia fiscal federal de parte dos tributos cobrados) e por parte de instituições de Ensino Superior (concessão de subsídios para os estudantes ou bolsas de estudo) (MORAIS, 2011).

Enquanto porta de entrada, o Prouni consolidou-se como estratégia, mas o acesso à universidade, em certas circunstâncias, não oferece garantias simétricas de permanência ou, tampouco, de inclusão social. Esse é o pano de fundo para o presente capítulo, que aponta elementos acerca do acesso à alimentação durante a permanência de estudantes em cursos de graduação.

Educação enquanto Direito Humano

A educação é um Direito Humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os outros direitos (UNESCO, 2015). Ela capacita o sujeito a exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que auxilia sua inclusão na sociedade moderna, conduzindo-o dessa forma para seu pleno potencial de desenvolvimento humano.

As diretrizes internacionais de Direitos Humanos³ têm o intuito de promover condições para uma vida com dignidade, com harmonia e com bem-estar, por meio da garantia do acesso à saúde, à educação, à moradia, à informação e à alimentação adequada

³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Paris, 10 dez. 1948; BRASIL. Decreto n. 591 de 6 de julho de 1992. Dispõe sobre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. *Diário Oficial da União*, 7 jul. 1992; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Universal Declaration on Bioethics and Human Rights*, 2005.

(VALENTE et al., 2007). Esses direitos são inalienáveis e independem de legislação específica, devendo ser contemplados de forma universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada. Cabe ressaltar que eles avançam de acordo com a organização e com os conhecimentos construídos pela sociedade e pelo Estado, bem como à medida que a humanidade se desenvolve (BRASIL, 2014).

Os tratados internacionais de Direitos Humanos definem, entre outros deveres, a obrigação dos Estados nacionais de respeitar, proteger, promover e prover os Direitos Humanos para todos, baseados na dignidade e na igualdade de direitos dos seres humanos. De acordo com a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), é dever assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, além de outros direitos elementares, devendo colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A sustentação ética desses direitos passa pelo reconhecimento de que todos os seres humanos são fins em si mesmos e merecedores de dignidade, de modo que todos os setores da sociedade devem cultivar valores que permitam condições de vida compatíveis com a dignidade humana (FORTES, ZOBOLI, 2008).

Dentro desse contexto, é importante compreender que todo e qualquer ser humano é vulnerável, entretanto, determinadas circunstâncias podem expor ainda mais o ser humano a essa condição. Diante disso, é possível depreender que alguns seres humanos são mais vulneráveis do que outros, pois estão mais expostos a situações adversas, e por conta disso demandam medidas para alterar essa realidade.

Uma das formas mais justas de fazer com que os indivíduos vulneráveis se tornem iguais em dignidade é através do empoderamento, já que o ato de se empoderar torna o ser

vulnerável mais protegido e garante seus direitos de cidadania, auxiliando então a atingir os potenciais humanos de que é dotado. Essa condição estabeleceria um fortalecimento do diálogo e na ação entre diferentes setores da sociedade, para que se amplie a consciência acerca da vulnerabilidade, bem como se fortaleça a intersetorialidade no ensino no Brasil (CORA; TRINDADE, 2015).

Nesse contexto, nos questionamos sobre a inclusão dos excluídos: será que de alguma forma o acesso à universidade equaliza a vulnerabilidade dos bolsistas Prouni? Será que a inclusão não requer outros aportes essenciais à permanência na universidade?

O direito humano à alimentação

O direito de se alimentar, parte essencial dos Direitos Humanos, só se concretiza quando o alimento adquire a verdadeira dimensão humana, que é quando o ser humano se alimenta de forma correta, atingindo dessa forma dignidade e o reconhecendo como sujeito de direitos.

A alimentação saudável deve estar de acordo com as necessidades alimentares, levando em consideração a cultura, gênero, etnia, condição financeira e os aspectos de qualidade, variedade, equilíbrio e moderação.

A alimentação segura é um direito elementar vital para todos os cidadãos. O direito humano à alimentação adequada (DHAA) se concretizaria quando todas as pessoas, independentemente de classe social, nacionalidade ou etnia, tivessem acesso permanente à alimentação saudável e aos meios físicos e financeiros adequados para sua aquisição, com variedade de

produtos disponíveis, sustentabilidade social e ambiental e respeito às questões religiosas e étnicas.

A promoção de práticas alimentares saudáveis se configura como relevante questão de saúde global, preocupação de instituições governamentais e profissionais de saúde assim como de indivíduos que sofrem com os efeitos de uma alimentação inadequada (LARA; PAIVA, 2012).

Na avaliação de Sen (2000), a segurança alimentar e a promoção da liberdade pessoal constituem condições essenciais para garantir que qualquer comunidade humana possa assumir a condição de verdadeiro Estado democrático de direito.

É importante reconhecer que o desenvolvimento das civilizações e a evolução da espécie humana somente se tornaram possíveis com a garantia de segurança alimentar, e que oportunidades sociais, como educação, estimulam iniciativas para superar as privações. Segundo Batista Filho (2003), é notória a necessidade de um modelo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural que permita ao Brasil oferecer à sua população, de forma contínua, segurança alimentar e nutricional, meta necessária para tornar possível a redução da enorme exclusão social imperante no país.

A efetivação do direito à alimentação, como direito fundamental, exige, em todos os níveis, um olhar transdisciplinar, pois é essencial para contemplar os aspectos social, biológico, sanitário, jurídico e econômico envolvidos na temática (BRASIL, 2014).

Em 2013, o documento *A juventude levada em conta: demografia* delinea os interesses, as necessidades e a compreensão das políticas públicas, no Brasil, por parte dos jovens brasileiros. As categorias consideradas prioritárias foram: educação de qualidade, acesso à saúde, alimentação de qualidade, governabilidade, segurança e oportunidades de trabalho.

Para um bolsista Prouni que vive em situação de vulnerabilidade social, com necessidade financeira para a aquisição de alimentos, além de outros recursos para se manter na universidade, a falta de acesso à alimentação adequada e segura pode comprometer sua dignidade.

Para Leite et al. (2012), a qualidade de vida de estudantes está relacionada diretamente a fatos vivenciados na vida pessoal e acadêmica, como problemas familiares e de saúde, questão financeira, presença de sofrimentos, conquista da independência e escolha da profissão futura, interferindo no bem-estar psicológico, ambiental, físico e social. Além de interferir no desenvolvimento educacional, na motivação, no interesse e na formação profissional.

Alguns autores analisam que a entrada na universidade é uma etapa marcada por intensas mudanças na vida do estudante, com interferência direta no ato de alimentar-se, e que vários fatores podem influenciar o comportamento alimentar, resultando em práticas que podem gerar riscos à saúde (ALMEIDA et al., 2013; SANTOS et al., 2014).

Para conhecer as percepções sobre ambiente e alimentação saudável de estudantes universitários, bem como conhecer suas práticas alimentares, Busato et al. (2015) analisaram 175 universitários e demonstraram que a rotina, assim como as necessidades alimentares também são aprendidas dentro de sala de aula. Além disto, enfatiza que a universidade deve promover ações de intervenção junto aos estudantes, em especial àqueles que passam a viver longe das famílias e são os responsáveis pela escolha e, muitas vezes, pela elaboração de sua alimentação.

Oliveira e colaboradores (2017) analisaram aspectos relativos à influência de ambientes universitários nas práticas

alimentares – como acessibilidade, disponibilidade, qualidade, variedade e custo dos alimentos – para a saúde do estudante. Nessa pesquisa, o restaurante universitário foi considerado um potencial promotor do acesso à alimentação adequada e à saúde global, considerando que o próprio espaço universitário não proporciona um ambiente alimentar favorável ao consumo de alimentos considerados apropriados. Esses aspectos podem coibir ou favorecer práticas alimentares saudáveis, influenciando a qualidade de vida e a qualidade do aprendizado do aluno.

Das reivindicações dos acadêmicos analisados por Oliveira et al. (2017), a falta de opções mais saudáveis de alimentos *in natura* com preços acessíveis, é o que leva estudantes a ter uma alimentação desequilibrada.

Leibovich (2015) estudou o consumo de estudantes em um restaurante de uma universidade pública de Brasília, demonstrando que esse equipamento desempenha papel essencial na política de assistência estudantil, na segurança alimentar e nutricional, e também na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Esse tipo de acolhimento à refeição do estudante é uma opção que possibilita a garantia de direitos, uma vez que tem o compromisso com a qualidade e quantidade, oferecendo alimentos seguros e adequados aos jovens.

Duarte e colaboradores (2013) analisaram a alimentação fora do domicílio de universitários, concluindo que, entre universitários, o consumo de alimentos “não saudáveis” é elevado, com uma frequência relativamente alta de doces, salgados, biscoitos, *fast foods* e refrigerantes.

Maia e Recine (2015) entrevistaram estudantes universitários investigando se os jovens se expressam no mundo por meio de suas escolhas alimentares e seu modo de vida. Na amostra do estudo, se constatou que os critérios que mais favorecem uma

alimentação saudável são o preço, o interesse próprio e o tempo. Além disto, os estudantes relatam que a alimentação está diretamente relacionada à saúde, ao autocuidado e à inserção dos indivíduos nos grupos aos quais pertencem e na sociedade.

As ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) têm como um dos princípios a articulação entre o governo e a sociedade para a formulação de políticas e para a definição de orientações para que o Estado garanta o DHAA, a fim de fazer cumprir o dever do poder público em respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do DHAA, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (CONSEA, 2004).

Para efeito de proteger ou eliminar fomes, a alimentação demanda recursos financeiros, motivo pelo qual, em grupos mais vulneráveis, passa a ser potencialmente prejudicada na sua qualidade para prover sua quantidade. Esse processo de insegurança alimentar vigente expôs as classes socialmente mais baixas à alimentação predominantemente com alto teor de gorduras saturadas e *trans*, com baixo teor de fibras e rica em calorias.

Cardoso e colaboradores (2005) investigaram as instalações dos equipamentos prestadores de serviços de alimentação de um campus universitário. Situações insatisfatórias foram detectadas, além da ausência de controle de qualidade da água, instalações inadequadas ao funcionamento, entre outros. O treinamento para manipulação de alimentos reflete diretamente na segurança dos produtos elaborados e serviços nos locais de alimentação para alimentação coletiva.

Ao estudante universitário que tem dificuldades financeiras para se alimentar e busca pelo preço menor como critério para suprir sua necessidade nutricional, o risco de uma alimentação de baixa qualidade pode estar relacionado ao custo da

produção do alimento. Há reconhecidos avanços na legislação e nos serviços que gerenciam a produção de alimentos para fins coletivos. Porém, sabe-se que a fiscalização de toda a cadeia que envolve essa produção está escassa (MAGALHÃES, 2017).

A garantia do direito ao alimento seguro é ainda questionável no Brasil. Por isso, para grupos vulneráveis devem-se encontrar alternativas flexíveis que respeitem seus hábitos alimentares. Entre as alternativas elencadas como potenciais na proteção dos direitos dos estudantes ao acesso ao alimento seguro em quantidade e qualidade adequadas estão cozinhas coletivas com equipamentos para aquecimento dos alimentos trazidos de casa e restaurante universitário.

Alguns jovens consomem de uma até três refeições/ lanches por dia, e a carga horária de alguns cursos não permite que os estudantes trabalhem, o que dificulta a compra de alimentos na universidade, pois 74,7% das famílias desses estudantes têm renda mensal de um a três salários mínimos.

Como a universidade pode transpor as barreiras além da educação e suprir as diferentes fomes dos estudantes, para que eles possam ser seres completos em busca da liberdade e dignidade? Não há soluções simples, mas todas passam pela garantia de acesso à educação e de permanência durante o período de formação.

Considerações finais

Sem a oportunidade criada pelo Prouni de acesso ao Ensino Superior, grande parcela dos bolsistas teria seus futuros mais comprometidos e estaria exposta à severidade das contingên-

cias sociais que reproduzem o ciclo da pobreza e que reforçam vulnerabilidades. Mas garantir apenas um direito não basta ao ser humano. Temos gosto pela liberdade e, no contexto de sociedades organizadas, compreendemos que emergem direitos inalienáveis, como por exemplo, o potencial para crescermos enquanto seres éticos, justos e providos de dignidade.

Cabe garantir institucionalmente essas conquistas e fazer que as inquietações, discussões, estudos e pesquisas possam atingir as diversas fronteiras na perspectiva dos indivíduos que ao longo da história de alguma forma tiveram e ainda têm esses direitos universais restritos ou negados.

Do que de fato os bolsistas universitários Prouni têm fome? De cidadania. A privação de direitos, a violência estrutural que ameaça a paz e a segurança, as injustiças e a desigualdade parecem ser a norma social. É dever da universidade, além de proporcionar espaços de crescimento intelectual e profissional, promover equidade e saúde, permitindo que as ameaças se transformem numa cultura de Direitos Humanos exercidos por todos. A universidade pode e deve ser uma das instituições que garantem a proteção dos sujeitos vulneráveis. Mas enquanto não ordenar as prioridades aos grupos dos mais necessitados, der voz ativa e empoderar os sujeitos, apenas a educação não será suficiente para potencializar a dignidade que almeja cada estudante que adentra seus portões.

Como afirmado no início, a alimentação é um dos caminhos para garantir potencial de vida digna e saudável para todos os seres humanos. E, em contrapartida, a educação é o caminho para exercício do pleno potencial para autonomia do ser humano. Quando se prima por ambos, a vida se torna justa e digna.

Referências

ALMEIDA, A. B. P. et al. Avaliação do comportamento alimentar de estudantes universitários. *Nutrire*. São Paulo, v. 38, p. 411, 2013.

BATISTA FILHO, M. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. *Cad Saúde Pública*. v. 19, n. 4, p. 872-873, 2003.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 103-115, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. *Educação Alimentar e Nutricional: Uma estratégia para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Ideias na Mesa*. Brasília, 2014.

BRASIL. *Juventude levada em conta: demografia*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos; IPEA, 2013. 56p.

BUSATO, M. A.; PEDROLO, C.; GALLINA, L. S.; ROSA, L. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de estudantes universitários. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*. Londrina, v. 36, n. 2, p. 75-84, jul./dez. 2015.

CARDOSO, R. C. V.; SOUZA, E. V. A.; SANTOS, P. Q. Unidades de alimentação e nutrição nos campi da Universidade Federal da Bahia: um estudo sob a perspectiva do alimento seguro. *Rev. Nutr. Campinas*, v. 18, n. 5, p. 669-680, set./out., 2005.

CONSEA. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. In: *conferência nacional de segurança alimentar e nutricional*, 2004, Olinda, PE, Textos de referências. Brasília, 2004. 80p.

CORA, E. J; TRINDADE, L. L. Intersetorialidade e vulnerabilidade no contexto da educação integral. *Educ. rev.* v. 31, n. 4, p. 81-94, dez. 2015.

DUARTE, F. M.; ALMEIDA, S. D. S.; MARTINS, K. A. Alimentação fora do domicílio de universitários de alguns cursos da área da saúde de uma instituição privada. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 37, n. 3, p.288-298, 2013.

FORTES, P. A. C.; ZOBOLI, E. Ética na saúde pública. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. *Saúde Pública: bases conceituais*. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 253-268

LARA, B. R.; PAIVA, V. S. F. A dimensão psicossocial na promoção de práticas alimentares saudáveis. *Interface* (Botucatu). v. 16, n. 43, p. 1039-1054, dez. 2012.

LEIBOVICH, Y.H. Avaliação do consumo alimentar de estudantes frequentadores do Restaurante Universitário da UnB. 2015. Dissertação. (Mestrado em Nutrição Humana) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 94p.

LEITE, A. C. B.; GRILLO, L.P.; CALEFFI, F.; MARIATH, A.B.; STRUKER, H. Qualidade de vida e condições de saúde de acadêmicos de nutrição. *Revista Espaço para a Saúde*, Londrina. v. 13, n. 1, p. 82-90, 2012.

MAGALHÃES, R. Regulação de alimentos no Brasil. *R. Dir. sanit.*, São Paulo v. 17 n. 3, p. 113-133, nov. 2016./fev. 2017.

MAIA, R.P.; RECINE, E. Valores e práticas sobre alimentação de estudantes da Universidade de Brasília. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2015.

MALTA, D. C.; GOULART, E. M. A.; COSTA, M. F. F. L. Estado nutricional e variáveis sócio-econômicas na repetência escolar: Um estudo prospectivo em crianças da primeira série em Belo Horizonte, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 14, p. 157-164, 1998.

MORAIS, F. A. A. O Prouni e a promoção da inclusão social. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>. Acesso em: mar. 2018.

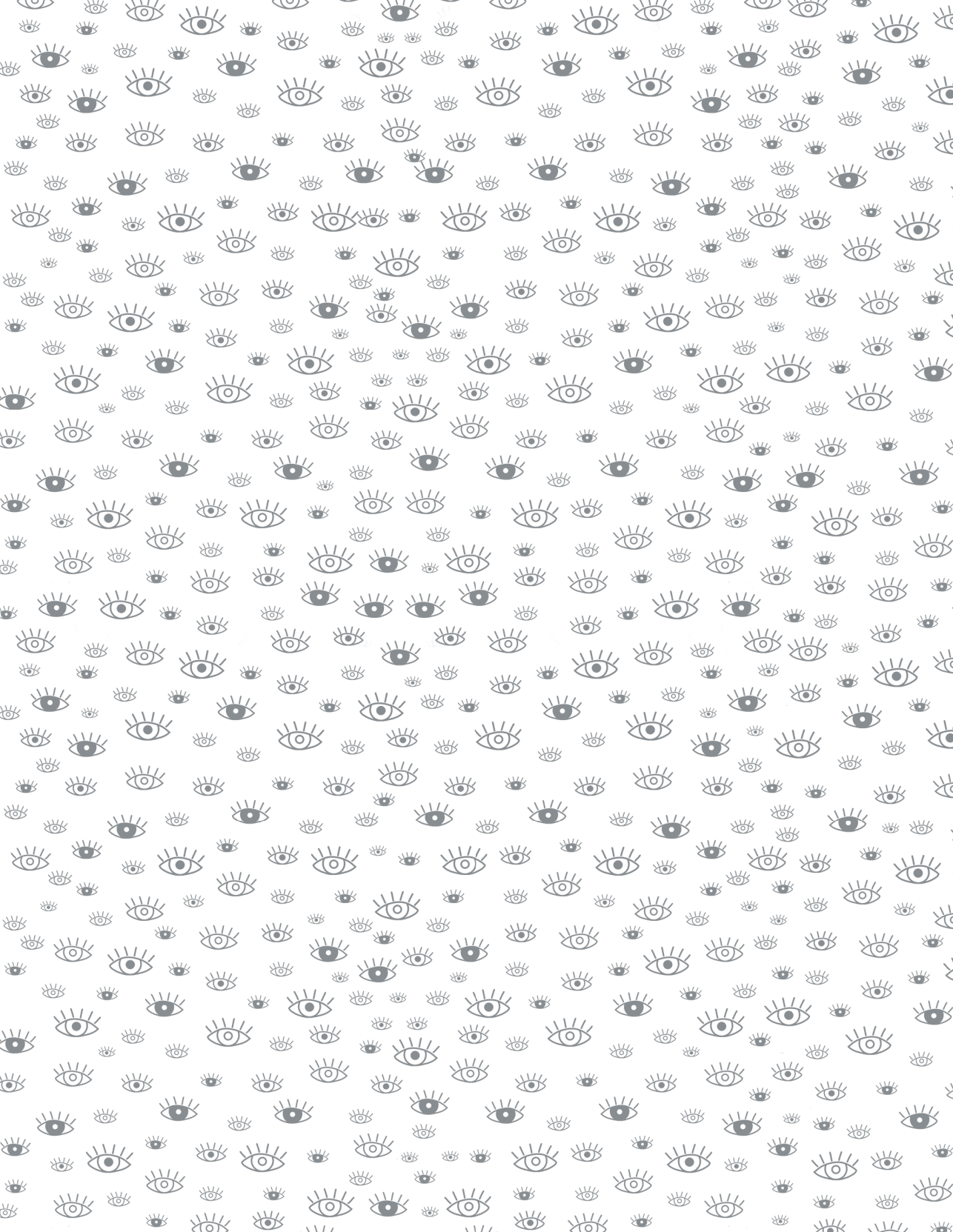
OLIVEIRA, M. C.; SANTOS, C. R. B.; NASCIMENTO, H. S.; SANTOS, I. P. G. Ambientes alimentares universitários: percepções de estudantes de Nutrição de uma instituição de Ensino Superior. *Demetra*, v. 12, n. 2, p. 431-445, 2017.

SANTOS, A. K. G. V.; REIS, C. C.; CHAUD, D. M. A.; MORIMOTO, J. M. Qualidade de vida e alimentação de estudantes universitários que moram na região central de São Paulo sem a presença dos pais ou responsáveis. *Rev. Simbio-Logias*, v. 7, n. 10, Dez/2014.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. *Educação Para Todos 2000-2015: progressos e desafios*. Relatório conciso. Paris, França: 2015.

VALENTE, F.; FRANCESCHINI, T.; BURITY, V. *A exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada*. ABRANDH – FAO. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/exigibilidade.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.



JUVENTUDE E MIGRAÇÃO: DESAFIOS PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO

Caroline Filla Rosaneli⁴

Anna Silvia Penteado Setti da Rocha⁵

⁴ Pos-doutora em bioética pela UnB. Docente do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR.

⁵ Pós-doutora em Bioética pela PUCPR. Docente da UTFPR.

No atual cenário da educação superior no Brasil, questões como vagas, acesso, permanência e evasão têm permeado diferentes espaços de discussão. Para Ristoff (2014), a expansão da educação superior observada nas últimas décadas pode sugerir, à primeira vista, que o Brasil já tenha atingido um sistema de educação superior de excelência, tendo em vista que sete milhões de estudantes estão dentro das universidades. Porém, para Piovesan (2004), a atenção que o Estado está dedicando aos grupos socialmente vulneráveis no Ensino Superior, com a inclusão das minorias étnicas e sociais, por meio da elaboração e execução de políticas públicas educacionais que buscam promover sua ascensão e diminuir as desigualdades sociais, ainda não é suficiente para atingir níveis aceitáveis de proteção.

Pesquisas e reflexões sobre a temática da inclusão social na educação têm sido desenvolvidas, focalizando discussões sobre o acesso à educação superior no Brasil e as dificuldades do estudante em sua entrada na vida universitária (PINTO, 2004; COULON, 2008; MATOS et al., 2012).

Considerando que, no Brasil, o acesso ao Ensino Superior ainda é restrito, será que essas políticas públicas têm capacidade de diminuir a vulnerabilidade social, proporcionando a construção de uma sociedade mais equitativa e menos desigual?

Entre essas políticas, tem destaque o Prouni, que deve contribuir para a democratização do nível superior de educação em suas várias dimensões, como acesso e permanência dos egressos. Porém, a pesquisa apresentada neste livro sobre o perfil dos estudantes Prouni na PUCPR revelou que um dos principais problemas que esses estudantes enfrentam é a ausência de condição financeira que possa garantir a dedicação aos estudos. Para Santos (2012), as universidades devem providenciar medidas de

suporte ao estudante durante sua vida universitária, para garantir uma formação de qualidade e a conclusão do curso.

Os resultados da pesquisa levam-nos a questionar se a inclusão de membros de uma sociedade marcada pela desigualdade, por meio do Prouni, está colaborando para garantir, além de sua inserção na universidade, a sua permanência de forma não marginalizada e igualitária. Seus direitos fundamentais estão sendo reconhecidos e promovidos, auxiliando na conclusão do curso escolhido, ou o modo como estão sendo inseridos tem acentuado a sua condição de vulnerabilidade social e econômica?

A vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica entre segmentos sociais diferenciados, em que a diferença entre eles se transforma em desigualdade. Cabe ressaltar que a vulnerabilidade está associada a fatores diversos e complexos, contudo, as questões sociais, políticas e gerenciais emergem como decisivas, especialmente no campo de seu enfrentamento (CORA; TRINDADE, 2015).

Para Felicetti (2014), a permanência na instituição de educação superior desse novo perfil estudantil é permeada por diversas dificuldades, com gastos com alimentação, transporte e outros materiais para execução dos projetos e trabalhos acadêmicos. Esses percalços podem ou não levar à desistência ou ao desânimo dos bolsistas Prouni. Para alunos que necessitam de migração para estudar, as dificuldades são, por vezes, difíceis de superar.

Sobre as necessidades básicas apontadas em estudos sobre bolsistas Prouni (SANTOS, 2012; SAMPAIO, 2011) percebe-se a escassez de ferramentas para auxiliar na discussão e no enfrentamento dos problemas morais oriundos desse contexto. Optamos por focar o princípio de justiça e equidade no que tange ao acesso à educação por esses estudantes, à luz da Bioética

de Proteção. Esse campo científico visa dar amparo aos sujeitos e populações para realizar seus projetos de vida razoáveis e justos, ou seja, capacitá-los a alcançar uma vida digna – no sentido preconizado pela assim chamada cultura dos Direitos Humanos, alcançar aquilo que é moralmente correto e necessário para o convívio humano (SCHRAMM, 2008).

Nesse sentido, os conflitos morais expostos no enfrentamento do acesso à universidade por meios diferenciados para proteção aos vulneráveis podem ser resolvidos dando suporte (protegendo) aos afetados, para que possam desenvolver suas potencialidades até que possam enfrentar por si suas condições existenciais, com seus próprios meios ou com os meios oferecidos pelas instituições vigentes e atuantes, e, assim, deixem de precisar dessa proteção (SCHRAMM, 2008).

Nessa linha de pensamento, oferecer acesso à vida universitária é garantia de proteção dos direitos fundamentais? Há outros direitos elementares dos vulneráveis a serem protegidos?

Sen (2010) aponta que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

E é devido a isto que garantir o acesso das classes sociais mais vulneráveis à universidade, e aos demais direitos, deve se tornar uma ação essencial, pois a educação pode vir a ser a principal porta de entrada para obtenção de todos os Direitos Humanos elementares.

De acordo com Cora e Trindade (2015), tem-se observado uma mudança estrutural na educação no Brasil. Essa mudança definiu também novos cenários educacionais, por meio de programas de acesso à universidade. A partir deles, é necessária

uma revolução silenciosa, que perpassa pela introdução de novos olhares, principalmente para os “novos” sujeitos que estão chegando à vida universitária. O Brasil precisa proteger melhor seu capital humano, zelando por seus potenciais.

Mongim (2015) aponta que o aluno que é classificado e entra na universidade como bolsista Prouni passa por diversos dilemas e constrangimentos, pois sua inserção nesse novo universo de significados traz à tona sentimentos e sentidos diversos, que o fazem ter a sensação de que a vida transita entre dois mundos, em universos simbólicos diferentes. Esse autor relata também que parte dos bolsistas tem sentimentos de auto exclusão e de discriminação, evidenciando a dificuldade de convívio com as diferenças. Essa situação notavelmente expressa desigualdade social.

Em análises do Observatório da Vida Estudantil, Sampaio (2011), argumenta que, quando um estudante chega à universidade, não há somente adaptação à sua vida acadêmica, mas também mudanças de hábitos relativos à saúde, alimentação, lazer, práticas culturais e sexuais e em suas relações com a família e a comunidade.

Quando imaginamos alunos que fazem migrações para estudar; como auxiliar a vida universitária para atender os desafios de morar, viver e estudar longe dos seus familiares, e, por vezes, sozinhos?

Essa reflexão faz-se necessária porque toda a vulnerabilidade na nova vida do jovem estudante irá potencializar ou fragilizar sua permanência na formação profissional, olhando para isto como realização de um desejo e de um direito.

Nas considerações de Sampaio (2011), o acesso à educação universitária já é restrito e difícil, e a complexidade continua mesmo após se vencer essa primeira barreira, quando o estu-

dante se depara com a necessidade de apoio com acesso a políticas estudantis como vagas de estágio, bolsa de estudo, bolsa alimentação entre outras.

Tem-se discutido como a universidade pode cuidar das políticas de acesso e de permanência, viabilizando economicamente a permanência com bolsas de estudo, de moradia e de alimentação; como outras categorias de instituição que recebem o aluno Prouni podem organizar esses cuidados, a fim de potencializar a permanência saudável e digna.

É o caso da pesquisa realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA) (SAMPAIO, 2011), em que se constatou que os gastos dos alunos com a bolsa que recebem para auxiliar a vida acadêmica são com transporte, alimentação e material didático de consumo, sendo assim, o recurso financeiro disponibilizado pelo programa cumpre seu papel de favorecer a permanência na universidade.

A dimensão social da vulnerabilidade está associada ao acesso às informações e às decisões políticas, aos diferentes recursos materiais, ao grau de liberdade de expressão, às condições de bem-estar social, moradia, escolarização, saúde, alimentação entre outras. Considera-se a vulnerabilidade social dos indivíduos diretamente proporcional às limitações de cada um ou do conjunto desses aspectos.

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO, 2005) estabelece que a igualdade fundamental de todos os seres humanos em dignidade e em direitos deve ser respeitada para que eles sejam tratados de forma justa e equitativa.

A justiça como princípio, para Rawls (1997), estabelece que os valores sociais de liberdade e oportunidade devem ser distribuídos igualmente, salvo se alguma desigualdade for benéfica para todos. Nesse raciocínio, o objeto primordial da justiça

seria contribuir para construir uma sociedade verdadeiramente equânime, com garantia e proteção dos direitos fundamentais para cada indivíduo vulnerado ou não (ROSANELI et al., 2015).

Considerar o desenvolvimento de um país em termos de liberdades traz implicações tanto para esta, como para futuras gerações, devendo ser preconizados o respeito à dignidade humana e a eliminação das privações dos seres humanos.

Potencializar o jovem para participar do mercado de trabalho, garantindo o acesso à educação superior por meio de bolsas do Prouni, ainda não potencializou outras fronteiras socioeconômicas em relação à sua permanência social na universidade, pois ainda existem muitos obstáculos dentro desse contexto, que, no Brasil, ainda estão longe de serem vencidas, amenizadas ou eliminadas.

Como podemos oferecer esperanças de um futuro digno e justo, através do mercado de trabalho, se, antes mesmo de chegar até ele, os jovens enfrentam barreiras para sua permanência em sala de aula? Será que há uma alternativa de superação humana por meio da qual os Direitos Humanos fundamentais possam ser garantidos a todos, de forma igualitária?

A adoção de políticas de ações afirmativas e de novas formas para a assistência estudantil é o condutor da transformação da realidade dos estudantes (SAMPAIO, 2011). Precisamos empoderar os sujeitos para exercerem suas capacidades plenas.

Migrações e potencialidades

Migração é considerada a movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos,

normalmente em busca de melhores condições de vida, podendo acontecer entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.

Os migrantes, sejam eles internacionais ou nacionais, são populações que necessitam de atenção especial em diversas questões, dentre elas a educação. As diferenças culturais encontradas e as vulnerabilidades morais sofridas como, por exemplo, com a estigmatização, o racismo e a xenofobia, são fatores que influenciam diretamente no acesso à educação.

A Lei da Migração no Brasil (Lei nº 13.445 de 2017) declara que a política migratória brasileira se rege pelos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos, tendo como diretriz o repúdio à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação. Defende a não criminalização da migração e a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa migrou, primordialmente com acolhida humanitária (BRASIL, 2017).

No Brasil, as migrações internas refletem a histórica desigualdade nas regiões geográficas e nos níveis de escolaridade da população. As cinco regiões brasileiras apresentam numerosas diferenças nos aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais, caracterizando uma realidade de contrastes e refletindo-se na educação de jovens e adultos. Essa diversidade é vista nas salas de aula e repercute sobre o sistema educacional. No Brasil, a migração causada por uma procura de melhores condições de vida levou a uma maior solicitação pelos direitos à educação, trazendo para o interior das salas de aula grupos de alunos vindos das mais variadas unidades federativas e representando grupos culturais diversificados (VARGAS, 2003).

O mundo moderno e globalizado conduz o progresso econômico, e, em função disto, novos deslocamentos são provocados, engendrando fenômenos sociais, como êxodo rural e migrações

nacionais e internacionais. As migrações colocam os sujeitos a enfrentar riscos e o desconhecido; envolvendo rupturas espaciais e temporais, que estremecem os estruturantes laços com sua terra natal e sua cultura (FRANKEN; COUTINHO; RAMOS, 2012).

Segundo Cury (2008, p. 128):

Partimos da concepção de que o sujeito é social, se (trans)forma na e pela relação com o outro: é, portanto, alteridade; carrega consigo o estranho e, em virtude disso, está sempre em transformação[...]. Diluída em todas essas identificações, pelas quais o sujeito está sempre atravessado, está a construção identitária. A identidade, sempre em construção, sempre em constante transformação, é formada pelas diversas identificações e posições sociais que o sujeito ocupa em todas as instâncias e situações que vive.

Para o autor, que estudou *A construção da identidade do aluno migrante em sala*, o aluno migrante parece sofrer preconceito de forma direta e explícita, seja por parte da escola, seja por parte dos colegas (CURY, 2008).

Nas migrações internacionais, a globalização e o processo de internacionalização nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades nos faz repensar no acolhimento de brasileiros estudantes em outros países, bem como na receptividade de migrantes internacionais em solo brasileiro.

Morais e Silva (2011) apontam que os conflitos vividos no Brasil com alunos imigrantes tornam-se fontes de aprendizado e colocam em perspectiva configurações identitárias, que são reestruturadas a partir dessas experiências. Isso mostra que a hospitalidade deve ser algo a ser trabalhado dentro dos espaços universitários, criando oportunidades de relacionamentos e garantia de acesso à educação, reestruturando o que é considerado espaço de elite no nosso país.

Daí advém que o olhar da democratização do Ensino Superior deve ser entendido não somente como o acesso físico às universidades, mas também relacionado com a prática da hospitalidade e sensação de pertencimento a um grupo em busca de conhecimento e melhores condições de vida; prática esta que combate a evasão universitária, a qual deve ser repensada de modo que as barreiras culturais, econômicas e morais encontradas por migrantes internacionais ou nacionais possam ser suavizadas e a diversidade valorizada em todas as formas. A negação de políticas de inclusão dessa população dentro das universidades, públicas ou privadas, coloca em cheque a promoção de justiça social e dos Direitos Humanos.

Segundo Boneti e colaboradores (2017), ainda há uma grande dificuldade para se conseguir uma vaga na educação superior para a maioria dos jovens, mesmo com aumento de ofertas de números de vagas, alterações nos processos seletivos, como as cotas, e outras tentativas de inclusão. O acesso ainda é restrito, especialmente nas universidades e nos cursos de graduação mais pleiteados, impondo dificuldades para a democratização do direito à educação, principalmente quando se pensa na permanência e na formação profissional de jovens bolsistas.

Como reflexão final neste breve capítulo, fomenta-se a necessidade de promover o debate sobre o processo da migração em busca do Ensino Superior, com desafios para além da educação, pois o fenômeno tem possibilitado novas experiências e potencialidades para o universo educacional; e para que essa trajetória não seja interrompida, o envolvimento com os professores e com os pares parece ser um incentivador da permanência dos bolsistas Prouni na vida acadêmica, com seus direitos garantidos.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, *Diário Oficial da União*, 25 mai. 2017. Seção 1, p. 1.

BONETI, L. W., GISI, M. L., FILIPAK, S. T. Do direito à educação superior ao desafio do acesso para todos. *Revista Diálogo Educacional*, v. 13, n. 39, p. 521-540, 2017.

CORA, E. J; TRINDADE, L. L. Intersetorialidade e vulnerabilidade no contexto da educação integral. *Educ. rev.* v. 31, n. 4, p. 81-94, dez. 2015.

COULON, A. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: Edufba, 2008.

CURY, D. L. A construção da identidade do aluno migrante em sala de aula. *Língua, Literatura e Ensino*, v. 3, 2008.

FELICETTI, V. L. Comprometimento do aluno Prouni: acesso, persistência e formação acadêmica. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* v. 95, n. 241, p. 526-543, dez. 2014.

FRANKEN, I.; COUTINHO, M. P. L.; RAMOS, M. N. P. Representações sociais, saúde mental e imigração internacional. *Psicol. Cienc. Prof.* v. 32, n. 1, p. 202-219, 2012.

MATOS, M. S. PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I.; et al. O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao Ensino Superior público gratuito. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* v. 93, n. 235, p. 720-742, dez. 2012 .

MONGIM, A. B. Crescimento pessoal, mediação e sacrifício: itinerários sociais de estudantes beneficiários do Prouni. *Educ. Soc.* v. 36, n. 133, p. 927-943, dez. 2015.

MORAIS, S. S.; SILVA, K. C. MORAIS. Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas indenitárias. In: CONGRESSO LUSOAFROBRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 9, 2011. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade*. v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004.

PIOVESAN, F. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Rev. int. direitos human.*, v. 1 n. 1, p. 20-47, 2004.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

ROSANELI, C. F. et al. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. *Revista Bioética*, v. 23, n. 1, p. 89-97, 2015.

SAMPAIO, S. M. R. (Org). *Observatório da Vida Estudantil: primeiros estudos*. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, C. T. Ações afirmativas no Ensino Superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do Prouni na PUCRio. *Rev. Bras. Estud. Pedagog*, v. 93, n. 235, p. 770-790, 2012.

SCHRAMM, F. R. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Revista Bioética*, v. 16, n. 1, p. 11-23, 2008.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNESCO. *Universal Declaration on Bioethics and Human Rights*. 2005. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/bioethics/bioethics-and-human-rights/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

VARGAS, S. Migração, Diversidade Cultural e Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Educação & Realidade*, v. 28, n. 1, p. 113-131, 2003.

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: SENTIDOS E TENSÕES DE UMA RELAÇÃO COMPLEXA

*Cauê Krüger*⁶

*Maria Isabel Silva Bezerra Linhares*⁷

*Rodrigo de Andrade*⁸

⁶ Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor Coordenador da Especialização em Antropologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

⁷ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professora Coordenadora da Especialização em Psicopedagogia e Gestão Educacional da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

⁸ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Coordenador Especialista do Observatório das Juventudes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Introdução

As atividades diárias de estudar e trabalhar podem dar a impressão de dar conta da rotina de boa parte da população jovem. Entretanto, por trás dessa relação entre educação, juventude e trabalho, tidos como fases comuns de qualquer trajetória de vida, é possível, com um olhar mais atento, vislumbrar grande complexidade e diversidade. Parte essencial da tarefa crítica das ciências humanas e sociais está, aliás, relacionada com esse processo: visa trazer à luz fenômenos pouco perceptíveis e demonstrar como fatores históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos se entrelaçam com os horizontes de possibilidades, escolhas individuais e percursos dos diferentes sujeitos.

Assistimos, nas últimas décadas, vertiginosas modificações no ensino, no trabalho e também no significado do conceito geracional, cultural e identitário de “juventude”. As instituições educacionais e o mundo do trabalho foram fortemente impactados pelas novas formas de acesso e produção de informação e tecnologia. Ir para a universidade e para o trabalho, portanto, não são mais experiências similares às aquelas vivenciadas por gerações anteriores. De forma semelhante, a própria noção de juventude sofreu fortes modificações em relação aos sentidos que articulava, no – não tão distante – século XX.

Adentrar neste cenário do mundo do trabalho pressupõe ter presente o momento atual do sistema sociometabólico do capital, que atinge um ponto-limite ao tornar supérfluos, ao seu modo de funcionamento, um grande contingente de trabalhadores. Cabe, então, refletir sobre as expressões desse atual momento no contexto das juventudes, particularmente dos jovens que estudantes e trabalhadores pobres.

Frente a tamanhas mudanças é importante o desenvolvimento de análises teóricas que tenham base em dados empíricos recentes, tanto de caráter quantitativo quanto qualitativo. Nesta direção, este texto propõe reflexões acerca da relação entre juventude, trabalho e Ensino Superior, especialmente no que se refere à realidade dos universitários oriundos de famílias economicamente vulneráveis. Alguns dados sobre os estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI) na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) corroboram esta abordagem.

Juventude e trabalho no Brasil

Os aspectos que impactam mais diretamente o mercado de trabalho atual tiveram origem no contexto da reestruturação capitalista da década de 1980. Sobre esse cenário, Maria Carla Corrochano (2014) destaca as diversas e novas formas de organização do trabalho: flexibilização, polivalência, organizações do trabalho autônomo, tempo parcial, temporário, virtual, tele-trabalho e diversos outros processos.

Nadya Araujo Guimarães (2005) reflete sobre a reestruturação produtiva a partir das mesmas premissas, e aponta que a inserção da juventude no mundo do trabalho deixou de ser vista de forma natural, passando a emergir como problema não apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Essa inserção aleatória no mundo do trabalho gera rupturas: (i) na equiparação entre trabalho e emprego remunerado, (ii) no modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo (iii) nos contratos de longa duração, que cobriam grande parte da vida produtiva do trabalhador, gerando diversos níveis de precarização.

Embora se tenha testemunhado no Brasil, desde os anos 2000, uma ampliação de postos formais de trabalho e uma expansão do assalariamento, tais avanços não foram capazes de eliminar a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, de forma que “novas formas de precarização das ocupações avançam, tal como a terceirização, e persistem desigualdades na qualidade dos postos de trabalho, nos salários e nas jornadas” (CORROCHANO, 2014, p. 211). Alguns analistas defendem que tais fenômenos de inserção incerta e insegurança ocupacional no mundo do trabalho podem acarretar perda de significação subjetiva do trabalho, marcando não apenas uma diferença em relação a ética do trabalho de gerações anteriores, mas apresentando, à juventude atual, um caráter estético, disforme e subjetivamente periférico.

A pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada em 2003, permitiu forte questionamento da premissa acima, uma vez que o trabalho foi retratado pelos jovens como categoria central. Junto com a educação, o trabalho apareceu com centralidade no que se refere aos interesses dos jovens, e também como sua principal preocupação; o desemprego é o elemento mais temido pela maioria dos respondentes. Neste sentido, Guimarães (2005) postula que a centralidade do trabalho para os jovens não advém principalmente de seu significado ético, ainda que ele não deva ser de todo descartado, “mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar” (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Ainda que os dados apontem para a grande incidência de experiências de trabalho informal realizadas pela maior parte da juventude nacional, é importante frisar que, como os demais fenômenos do mundo do trabalho, as interpretações dessa realidade são plurais. Guimarães (2005) aponta a existência de diversos “sentidos do trabalho” e também “do desemprego”. Assim, as difi-

culdades provenientes dessas condições ao invés de produzirem a perda da significação do trabalho para os jovens trabalhadores “levam à produção de novos e diferenciados significados, que refletem em grande medida o contexto em que se trabalha, bem como a trajetória percorrida e o perfil do jovem trabalhador” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Ao que Corrochano complementa:

Em nossa sociedade e, particularmente em países como o Brasil, ainda é por meio do trabalho ou do salário recebido no trabalho que a maioria das pessoas consegue efetivar outros direitos, tais como o de alimentação, cultura, lazer e até mesmo o direito à educação. Mas se o trabalho assalariado foi a forma específica assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, ele não é a única forma existente e, tampouco, significa ganhar a vida com suor do próprio rosto, sempre e da mesma maneira para todos os indivíduos. Nessa perspectiva, é preciso ir além de um olhar para o trabalho, focalizando sua forma predominante no modo de produção capitalista. O trabalho doméstico, o trabalho voluntário, o trabalho de cuidado, o trabalho cooperativo são outras formas existentes em nossa sociedade e que também podem estar muito presentes no cotidiano dos jovens. [...] Do mesmo modo, compreendido enquanto relação social e não apenas em sua dimensão econômica, o trabalho é atravessado por outras relações sociais (de gênero, de raça, de grupo étnico, de idade, de classe) e pode ter muitos significados para além da obtenção de uma renda (CORROCHANO, 2014, p. 208-209).

Entre os sentidos associados ao trabalho identificados pela pesquisadora na referida enquete, além da associação com “necessidade”, ganham destaque categorias como “independência” (seja no que tange à posse de recursos materiais ou a circulação por espaços mais amplos do que os restritos ao universo familiar e local), “crescimento” e “realização pessoal”, enquanto projeto de futuro. O principal entrave à empregabilidade dos

jovens é aquele referente à exigência de experiência prévia, que se reveste seja na falta de oportunidades e de canais de aprendizagem, seja na falta de reconhecimento de atividades anteriores efetivadas, em sua maioria em âmbito informal.

Para além dos significados que o trabalho possa ter para a juventude em geral, Maria Carla Corrachano e Maria Virgínia Freitas salientam como características diferenciadoras das camadas jovens mais pobres do Brasil a precoce inserção profissional e a conciliação entre estudo e atividade produtiva: “Para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para outros, o trabalho ou as múltiplas combinações entre trabalho e estudo fazem parte de sua realidade desde muito cedo” (CORROCHANO; FREITAS, 2016, p. 157-158).

Em tal cenário altamente competitivo, o Ensino Médio completo aparece como mínimo denominador comum para um diferencial, ainda que reduzido, de inserção no mercado. Corrochano destaca que os jovens têm consciência de que a escola não lhes garante o acesso ao universo dos empregos, mas por outro lado, tendem a permanecer na instituição por saberem que sem o mínimo de escolaridade, suas chances no mercado seriam ainda menores. Há, nesse âmbito, “um esforço coletivo das famílias para garantir a conclusão desse nível de ensino, inclusive prescindindo do trabalho juvenil, como mostram muitos estudos” (CORROCHANO, 2014, p. 221).

No que tange a essa complexa relação entre escolarização e empregabilidade, Corrochano (2014, p. 210-211) afirma que as novas tecnologias e as mudanças na divisão do trabalho passaram a exigir maior escolaridade e qualificação dos trabalhadores, especialmente dos mais jovens. Entretanto, a despeito da necessidade de mão de obra especializada para determinadas funções, na me-

dida em que a escolaridade da população aumenta e as vagas de emprego reduzem, a qualificação universitária se torna um mecanismo de seleção para os empregadores e uma estratégia dos trabalhadores para melhorar sua posição na fila do desemprego.

Trabalho e Ensino Superior

O Brasil possui uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo. Esse fato repercute no acesso à educação superior, que tem como traço característico a elitização dos cursos mais valorizados socialmente e, regra geral, ofertados no turno diurno. Alguns estudiosos entendem que estudar as situações dos jovens pobres, no que diz respeito ao acesso ao Ensino Superior, identificando “o que permite a alguns fugir ao círculo vicioso que leva à exclusão e à marginalidade, pode ser tão ou mais útil para propostas de políticas sociais quanto apontar esse círculo vicioso” (MORIS et al, 1999, p. 324-325).

A inclusão da juventude na agenda pública brasileira decorre do reconhecimento do expressivo contingente que essa categoria vem representando em relação ao total da população, bem como das condições de vulnerabilidade que atingem um alto percentual desse segmento. Fenômeno que impacta outras fatias da população, mas que pode assumir proporções mais aguçadas por seus quantitativos e na medida em que compromete não apenas a precariedade de vida dos jovens no momento presente, como também vai se encarregando de construí-la e perpetuá-la futuramente. Nesse sentido, a existência de políticas de trabalho voltadas para jovens, por exemplo, “revela uma concepção de sociedade preocupada em apoiar determinado segmento etário no interior do mercado de trabalho, especial-

mente quando este se encontra em situação menos favorável em relação aos demais extratos sociais” (POCHMANN, 2007).

A interpenetração entre o desenvolvimento industrial e o capitalismo internacional, ocorrida de forma mais intensa na década de 2000, rearticulou a funcionalidade do Ensino Superior no Brasil, de modo que a “universidade praticamente passa do estágio de formação das elites nacionais, como concepção, para o de formação de força de trabalho” (PRANDI, 1982, p. 47). Nesta mesma década o Brasil mais que dobrou o número de concluintes da educação superior. Segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2011, o crescimento de universitários no País foi de 110%. Por outro lado, no mesmo período, o desemprego aumentou significativamente entre aqueles com mais de 11 anos de estudos: 36,82% em 2002; 46,19% em 2005; e 56,46% em 2009 (IBGE/PME).

Diversas pesquisas demonstram que pessoas com nível universitário passam a ocupar funções anteriormente identificadas como próprias do ensino médio, o que, conseqüentemente, representa o aumento do subemprego para este segmento. Tal situação leva à crença de que a universidade, por si só, é hoje incapaz de garantir ocupação específica, emprego estável, status social, prestígio e rendimento nos moldes até poucos anos vigentes no país. Alves (2012) reconhece os jovens universitários da atualidade como o novo “precariado”, que é a expressão de classe do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social descartabilizadas pelas relações sociais de produção capitalista. Para o autor, o precariado é expressão do sistema social da produção do desperdício generalizado, já que se desperdiça a futuridade de jovens altamente escolarizados, penhorando-se suas perspectivas de carreira e mobilidade social.

Já em 1982, José Reginaldo Prandi constatava a existência de um contingente de jovens com ocupação estranha à forma-

ção universitária, jovens formandos com inserção ocupacional que, diz ele, “corrói a anteriormente sólida base dos projetos de vida individuais e familiares das classes médias urbanas órfãs do milagre brasileiro”. O autor os denomina de “favoritos degradados”. Embora a economia brasileira tenha se reestruturado e reorganizado durante as décadas de 1990 e 2000, o fenômeno dos “favoritos degradados” se mantém, apesar de assumir hoje outras dimensões. A promessa de mobilidade social se interverteu na ideologia de resignação à proletariedade flexível, o que explica, de certo modo, atitudes de pragmatismo que visam tão somente se adequar às exigências do mercado, que, incapaz de validar as promessas civilizatórias da vida digna, cultiva o ideal da “vida fluída”, marcado pelo estigma da incerteza e da flexibilidade, que quebra, no plano da subjetividade, as possibilidades de estratégia coletiva e acirra as estratégias individuais de sobrevivência na “selva” do mercado de trabalho (ALVES, 2012).

Bourdieu (1983), ao comparar o sistema escolar do passado com o da atualidade, no que diz respeito aos seus desdobramentos, que entendia como relativamente claros e hierarquizados, afirma que “indo-se além do primário, entrava-se num curso complementar, numa escola técnica, num colégio ou num Liceu” (BOURDIEU, 1983, p. 5). No entanto, tais desdobramentos eram claramente hierarquizados e não se confundiam. Quanto aos desdobramentos do sistema educacional na atualidade, como são muitos e pouco diferenciados entre si, alerta que é preciso ser muito consciente para escapar dos “jogos dos becos sem saída” ou das “ciladas”, e também da “armadilha das orientações e títulos desvalorizados”, entendendo que isto contribuirá para favorecer certa defasagem das aspirações em relação às chances reais.

A escolha do aprimoramento continuado ou cursos de especialização e pós-graduação tornou-se a versão atual do alongamen-

to da escolarização, não apenas como a alternativa mais recorrente dos jovens diante do desemprego, mas como necessidades de qualificar-se melhor para acesso a certos postos de trabalho melhor remunerados, que não são para todos (ALVES, 2012).

Para Bourdieu (1983) o antigo estado do sistema escolar tornava os limites fortemente interiorizados e fazia com que se aceitasse o fracasso ou os limites como justos ou inevitáveis. Já o sistema atual encoraja estes jovens e suas famílias a esperar aquilo que o sistema escolar assegurava aos estudantes secundaristas no tempo em que eles não tinham acesso a estas instituições. Conforme afirma Alves (2012), as universidades públicas e privadas, que formam, todo ano, milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado de trabalho e nos novos locais de trabalho reestruturados, correm o risco de se tornarem meras “incubadoras do precariado”.

A realidade do estudante-trabalhador / trabalhador-estudante

A relação entre juventude, educação e trabalho no século XXI pode ser ilustrada pela realidade do estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante. Esta dupla denominação se dá em razão da realidade a partir da qual o jovem se relaciona com o estudo ou com o trabalho: àquela na qual o estudante precisa trabalhar para custear seus estudos e necessidades pessoais (estudante-trabalhador); ou àquela na qual o jovem já inserido no mundo do trabalho busca conciliar emprego e estudo vislumbrando a possibilidade de uma melhor condição e posição no mercado de trabalho. É certo que há intersecções e trânsitos

entre estas realidades, pois um mesmo indivíduo pode adotar as duas perspectivas. “Trata-se, assim, de uma situação particular e recorrente na condição do estudante da educação superior e que atua como um complicador para a sua permanência e conclusão” (VARGAS; PAULA, 2013).

Sobre esta realidade, alguns dados da pesquisa *Os estudantes PROUNI na PUCPR: uma análise sobre o acesso e a permanência de jovens bolsistas no Ensino Superior*, realizada com quase 4 mil estudantes PROUNI, em 2016, ajudam a perceber o contexto e os desafios do jovem que estuda e trabalha. Constatou-se que 63% dos respondentes já trabalhavam antes de entrar na faculdade, o que tende a classificá-los como trabalhadores-estudantes; que buscam qualificar sua força de trabalho. Neste caso, os estudos aparecem como contingência – principalmente para aqueles 34% que responderam serem responsáveis pela renda familiar. O trabalhador costuma escolher “um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória” (FORACCHI, 1977, p. 51).

Uma vez na universidade, 58% dos bolsistas afirmaram conciliar estudo e trabalho. Entretanto, 2/3 confessam não atuar profissionalmente na área do curso em que estão matriculados.

O jovem que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, [...] acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias. Contudo, nesse caso, o trabalho é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial (FORACCHI, 1977, p. 51).

Ainda que estejam isentos parcial ou integralmente da mensalidade, 86% dos estudantes PROUNI da PUCPR alegam enfrentar alguma dificuldade para arcar com seus custos pessoais e de estudo; o que reforça o aspecto, ao mesmo tempo, essencial e acessório do trabalho na vida do estudante universitário que busca no emprego uma fonte de renda capaz de subsidiar suas necessidades básicas de subsistência.

Dois dos relatos registrados pela referida pesquisa com estudantes prounistas na PUCPR corroboram a afirmação acima e destacam outras dificuldades oriundas da conciliação – ou tentativa de – entre trabalho e estudo:

Passei a trabalhar em feriados e finais de semana em um shopping para ajudar nas despesas, pois meus pais não conseguiam mais me manter sozinhos, e mesmo com a bolsa havia gastos que eu não conseguia suprir sozinha (Dieila G. de Lima)

É importante salientar que conseguir uma bolsa no Prouni é apenas o primeiro passo na longa caminhada durante a universidade. A trajetória é composta por inúmeros desafios; entre eles posso citar [...] a necessidade de conciliar o trabalho com estudo; o desafio de ficar acordado prestando atenção nas aulas até às 23 horas após um longo dia de trabalho, o tempo perdido com o ônibus até chegar à universidade... (Francieli M. O. Lima).

Em contraste com esta realidade do trabalhador-estudante ou estudante-trabalhador, está a situação do estudante não trabalhador que, de acordo com Vargas e Paula (2013), pode optar por carreiras que demandam investimento de tempo integral e, no momento oportuno, poderá trilhar o ritual do estágio que antecede a boa colocação profissional. Esta categoria é decrescente na educação superior brasileira, entretanto, a configuração das

universidades ainda tem se estruturado de acordo com este perfil, especialmente nos cursos historicamente mais prestigiados, como é o caso da medicina, direito e engenharia civil. Em muitas situações, o horário das aulas, das atividades complementares e dos estágios, a demanda de estudos, leituras e pesquisas acadêmicas, consideram tão somente a situação do estudante não trabalhador, tornando difícil o alto rendimento acadêmico do estudante que se divide entre o trabalho e o estudo.

Face à realidade dos estudantes que trabalham a Universidade não deve abrir mão da sua tarefa de educar a partir do ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, seus processos precisam estar em sintonia com o contexto vivido por seu corpo discente, apoiando-o em seu desenvolvimento humano, profissional e cidadão, seja por meio da adequação das grades horárias, seja pela formação sociopolítica que leve seus estudantes a se tornarem trabalhadores conscientes e defensores de seus direitos.

Considerações finais

A precarização estrutural do mundo do trabalho é um fenômeno que compõe a atual etapa da sociedade capitalista, não sendo uma decorrência direta da qualificação ou da desqualificação do trabalhador. Entende-se que a concepção de qualificação, hoje vigente assume uma dimensão ideológica de configurar-se como condição de possibilidade de trabalho, desviando o eixo das determinações estruturais do desemprego e da precarização do trabalho.

Ao lançar um olhar sobre as políticas de acesso ao Ensino Superior é necessário perguntar sobre as condições de permanên-

cia, uma vez que a maioria dos jovens universitários prounistas conciliam estudo e trabalho. Neste sentido, a universidade se vê na urgência de repensar algumas estruturas e processos que historicamente sempre privilegiaram o estudante não trabalhador.

O trabalho é um dos direitos fundamentais de cidadania mais reclamado pelos jovens. Para eles, o trabalho se configura como forma de sobrevivência, formador de identidade e espaços de sociabilidades. Assim, é preciso articular elementos que viabilizam uma compreensão dos sentidos que o trabalho assume para os jovens na contemporaneidade, seja para os que participam de políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, seja para os que deixam de acessá-las.

Referências

ALVES, G. *A educação do proletariado*. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>. Publicado em 17/12/2012. Acesso em: 01 jun. 2018.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CORROCHANO, M. C. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho? In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (orgs). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CORROCHANO, M. C.; FREITAS, M. V. Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios. In: NOVAES, R.; VENTURI, G.; RIBEIRO, E.; PINHEIRO, D. (orgs). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

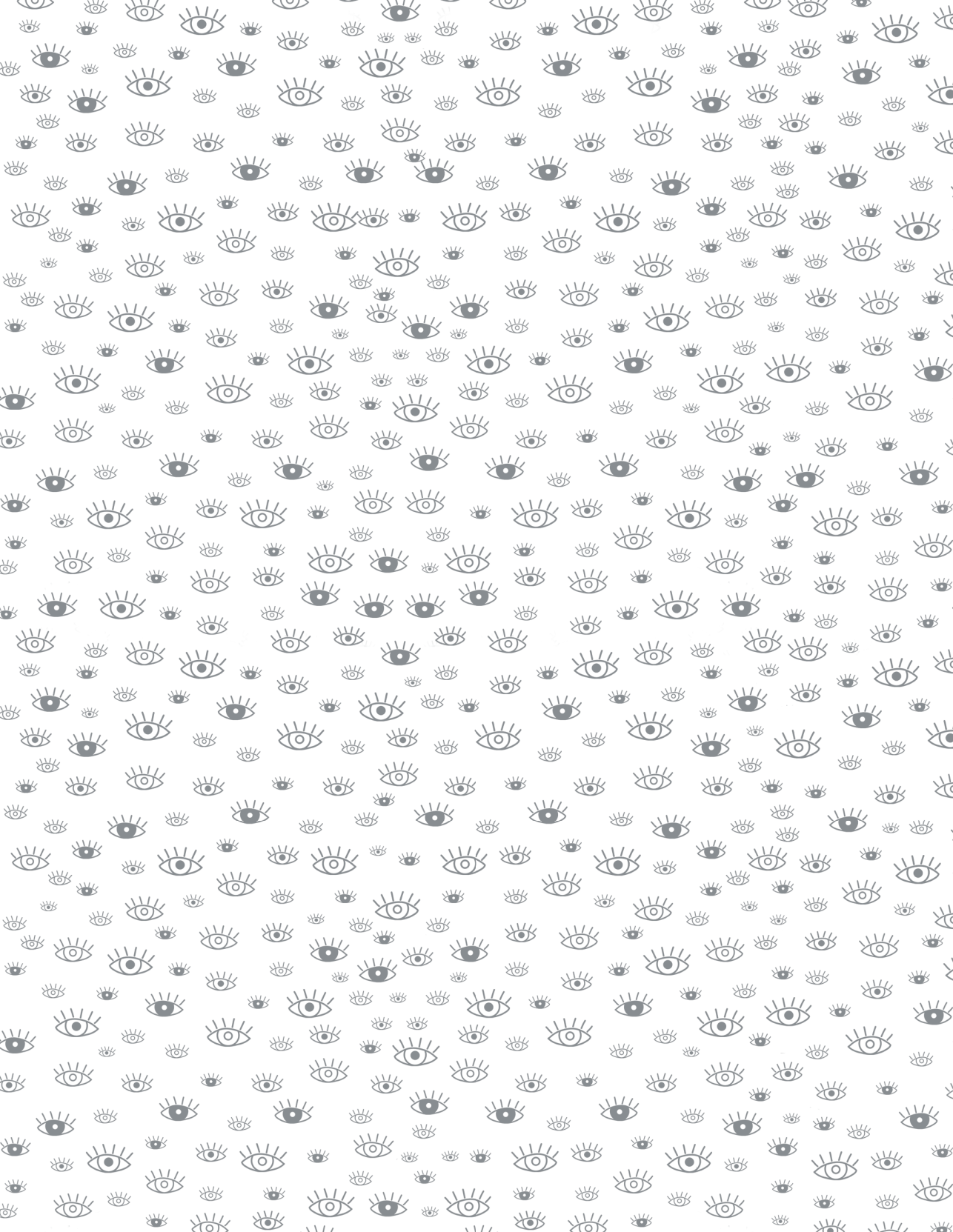
MARIZ, C. L.; FERNANDES, S. R. A.; BATISTA, R. Os universitários da favela. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 323-337.

POCHMANN, M. *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos*. São Paulo: São Paulo, 2007.

PRANDI, R. *Os favoritos degradados: Ensino Superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juv_res_web>.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. *A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado*. Avaliação (Campinas) [on-line]. 2013, v.18, n. 2, p.459-485.



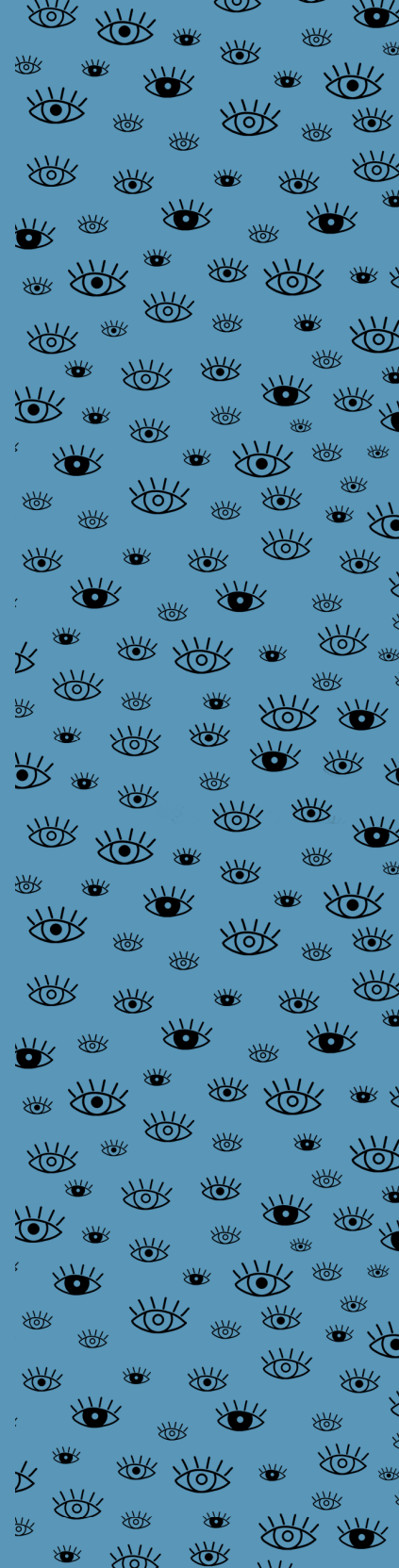
Esta edição foi composta pela Editora Universitária
PUCPRESS e a impressa em papel Lux Cream 90g/m²
(miolo) e papel supremo 250/m² (capa).

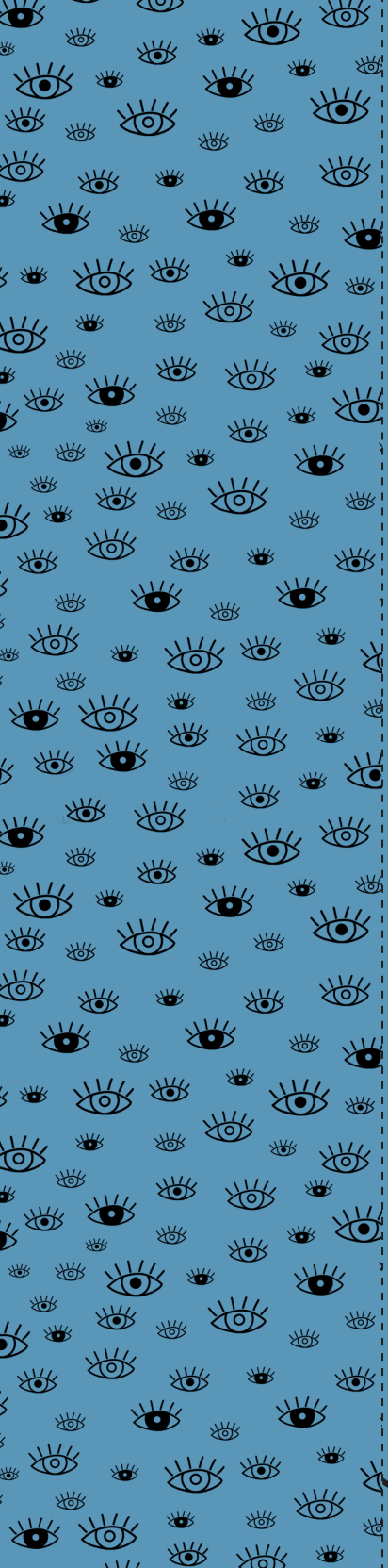
No último semestre de curso, depois de assistir a algumas palestras, fiz iniciação científica com a professora Michelle Sostag Meruvia, que abriu meus horizontes para novas possibilidades e desafios. Ao fim do curso, muito satisfeito com tudo o que tinha conquistado, eu ganhei o Prêmio “Marcelino Champagnat” por mérito acadêmico e isso foi uma das minhas felicidades, pois naquele mesmo período eu tinha acabado de entrar em um programa de mestrado em Física. Atualmente, me encontro finalizando o doutorado, na área de Dispositivos Eletrônicos Orgânicos, possuindo alguns artigos publicados em revistas internacionais e trabalhos apresentados em várias regiões do país. Meu sonho foi ampliado e hoje viso dar aula em universidades em um futuro próximo e formar novos profissionais competentes que farão a diferença no futuro.

Rafael Rodrigues

A maior dificuldade era em relação ao transporte, pois moro no sentido oposto da universidade. Recordo-me de que, em uma época na qual estagiava, pegava seis ônibus por dia. Então, aproveitava o tempo ocioso no coletivo para colocar a leitura ou o sono em dia.

Camila Aparecida Soares de Oliveira





Há dois anos, quando vi meu nome na lista de aprovados do Prouni, sem dúvida foi um dos momentos mais emocionantes na minha vida. Lembro-me bem da sensação de vislumbrar um futuro completamente diferente das expectativas que eu tinha para mim mesma até ali. Aquela criança que coletava latas de refrigerante e material reciclável para vender e comprar um lanche, no ensino fundamental, iria, sim, fazer Medicina. E isso significa muito. Que essas crianças tenham acesso a um Ensino Superior – quando muitas vezes lhes é negado o acesso à educação básica – significa muito para mim, para nossas famílias e para a construção de justiça social.

Izabel Borges da Silva

Lembro-me bem. Para a primeira reunião com os selecionados pelo Prouni para ingressar na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), escolhi, cuidadosamente, a minha pior roupa. Eu queria parecer ainda mais pobre (como se precisasse!), tudo por medo de ter o benefício retirado de mim caso eu parecesse “bem vestida demais”. Mas é que quando você é pobre, você se acostuma a ter oportunidades retiradas, a esperar o pior, e é difícil acreditar quando algo de bom acontece.

Patricia Fernanda Pereira

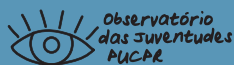
Lembro-me que viajava 17 quilômetros diariamente para chegar à escola; e foi assim durante 12 anos: acordava muito cedo, de madrugada, pois meu pai tinha que me levar de carro até a rodovia, na qual passava o ônibus, sendo dois quilômetros de terra e mais 15 de asfalto. Na volta, nem sempre meus pais iam me buscar, pois estavam trabalhando; então, eu tinha que andar a pé aquele trecho da rodovia até minha casa. Muitas e muitas vezes sujei o tênis com barro; quando chovia, o ônibus não passava, e meu pai às vezes tinha que me levar de trator para não encalhar o carro na lama.

Polyana Raquel Pedroso



Esta publicação é o resultado de um trabalho de dois anos desenvolvido pelo Observatório das Juventudes e pelo Instituto Ciência e Fé da PUCPR. Trata-se de um dos produtos do Ciclo Advocacy implementado pela universidade com o objetivo de compreender a situação de jovens alunos bolsistas, buscando fundamentar e desenvolver boas práticas institucionais para garantir seus direitos. Nela, apresentamos e analisamos os resultados de uma ampla pesquisa com cerca de 4.000 estudantes bolsistas Prouni da PUCPR. Os dados buscaram caracterizar não apenas o perfil social desses sujeitos, mas também sua vivência universitária e dimensões mais amplas, como moradia, trabalho e práticas culturais. Em uma segunda parte da publicação, com a colaboração de pesquisadores da área, são aprofundadas as reflexões sobre os temas juventude e trabalho; juventude e alimentação; juventude e migração. Com isso, este livro pretende contribuir com informações e reflexões acerca das transformações ocorridas ao longo das últimas duas décadas no Ensino Superior brasileiro, para que se possa repensar a universidade nesse novo contexto.

A versão on-line desta publicação, bem como os dados completos da pesquisa, estão disponíveis no site a seguir:
<http://observatoriodasjuventudes.pucpr.br/advocacyprouni/>



ISBN 978-85-54945-33-6



9 788554 945336